

**UNIVERSIDADE DE UBERABA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
HUMBERTO CORRÊA DOS SANTOS**

**ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE PATOS DE MINAS – MG
(1941-1998): DA EXPANSÃO À NUCLEAÇÃO**

UBERABA-MG

2012

HUMBERTO CORRÊA DOS SANTOS

**ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE PATOS DE MINAS – MG
(1941-1998): DA EXPANSÃO À NUCLEAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação, da Universidade de Uberaba – UNIUBE, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa I – Desenvolvimento Profissional e Trabalho Docente.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo.

UBERABA

2012

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

S59e Santos, Humberto Corrêa dos.
Escolas municipais rurais de Patos de Minas – MG (1941 – 1998): da
expansão à nucleação / Humberto Corrêa dos Santos. – Uberaba, 2012.
176 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de
Mestrado em Educação, 2012.

Orientador: Prof. José Carlos Souza Araújo

1. Educação rural. 2. Escolas rurais. I. Universidade de Uberaba.
Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 370.91734

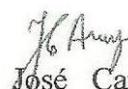
Humberto Corrêa dos Santos

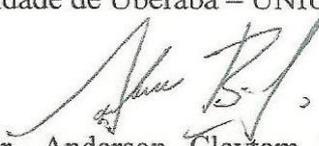
**ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE PATOS DE MINAS – MG (1941-1998):
DA EXPANSÃO À NUCLEAÇÃO**

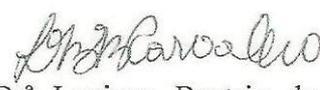
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 20/12/2012

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE


Prof. Dr. Anderson Claytom Ferreira
Brettas
Instituto Federal do Triângulo Mineiro –
IFTM


Profª Drª Luciana Beatriz de Oliveira
Bar de Carvalho
Universidade de Uberaba - UNIUBE

Dedico esta pesquisa aos meus pais, Joaquim Eduardo Filho e Terezinha Maria de Jesus, que sabiamente buscaram na educação a inspiração para que seus filhos pudessem alavancar na cidade, uma história de vida diferente daquela que tiveram, proporcionando-lhes a educação que lhes fora negada por residirem no meio campestre.

Esta barreira, longe de obscurecer nossa caminhada, aumentou nosso brilho, impulsionando-nos com mais força para enxergar no horizonte novas possibilidades de vida.

Lá na roça, aquele ambiente de montanhas e serras, rios e riachos, campos e capoeiras, frondosas árvores floridas com muitas cores e frutos com os mais variados sabores, animais e diversificados sons – hoje apenas em nossa memória.

AGRADECIMENTOS

As experiências adquiridas ao longo de minha trajetória de vida colocaram em meu caminho seres fenomenais. A todos manifesto gratidão, mas, de forma muito particular, agradeço àqueles que somaram, revelando-se ao longo dessa caminhada.

Em primeiro lugar, meu agradecimento a Deus, por estar comigo em todas as ocasiões iluminando e direcionando o melhor caminho a ser seguido, expondo os desafios em relação à organização de discussões sobre a educação do meio campesino. A Ele, minha eterna gratidão.

À minha esposa, Marli Alves da Mota Santos, pelo carinho, respeito, dedicação e cuidados constantes na educação de nossos filhos.

Aos meus filhos, Ariella Alves dos Santos e Humberto Corrêa dos Santos Júnior, por trazerem luz e alegria à minha vida. Mesmo residindo em outros países para complementar seus conhecimentos, estiveram presentes no meu caminhar, inspirando a confiança necessária para realizar minhas aspirações. Hoje, Ariella deixa para trás Irapuato-Guanajuato (México); Humberto Corrêa dos Santos Júnior: Vegreville-Alberta (Canadá). A eles dedico esta pesquisa.

Aos meus irmãos, Madalena, Marlene, Marilene, Joaquim e Elisene e respectivos familiares, pelo apoio imprescindível e singeleza somada para que esta pesquisa pudesse ser concluída.

Ao Professor Dr. José Carlos Souza Araújo, pela orientação competente, presente e essencial. De modo particular, agradeço pelas referências garimpadas nas mais distantes livrarias de nosso vasto país, onde tive a

oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a história da educação campesina do país.

Aos professores, Dr. Wenceslau Gonçalves Neto e Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho. Suas participações no Exame de Qualificação foram significativas para a confirmação de algumas hipóteses e a correção de rumos.

Aos colegas da Linha de Pesquisa Desenvolvimento Profissional e Trabalho Docente, pela ajuda constante, troca de experiências e apoio incondicional nessa busca de energias e impulsos necessários para formar uma rede de solidariedade e de muita, muita amizade.

À Coordenadora, Dr^a Vania Maria de Oliveira Vieira, e aos Professores que abriram as portas da Universidade de Uberaba, acolhendo, incentivando, valorizando e reconhecendo o trabalho desse pesquisador.

Meu sincero agradecimento ao professor Júlio César Resende pela revisão ortográfica e gramatical final desta dissertação.

A todos aqueles que, embora não nominados, contribuíram para a realização desta pesquisa, apoiando-me em distintos momentos, o meu reconhecimento e carinhosamente muito obrigado.

Ao homem camponês resta nada mais do que visionar seu olhar para o fundo do rio, das águas cristalinas de algum riacho ou barranco e ali encontrar algumas pepitas de ouro ou raras pedras preciosas para, no horizonte, enxergar sua ascensão social.

A escola campesina, nesse contexto, não consegue somar para o enraizamento do homem na roça; pelo contrário, esta o faz expandir os desejos de encontrar na cidade a profissão dos sonhos que o libertará da vida rural.

O ensino ali ofertado apenas o desperta para as trilhas citadinas, nada mais, não existe educação rural. A educação dos sonhos é aquela que faz de seus sonhos uma realidade: encontrar na cidade o refúgio e a distância necessária para viver longe do árduo trabalho campesino.

A vida campestre é tão afanosa, descrevê-la ninguém acredita, só mesmo vivendo no ardor do sol, frio, poeira e ao relampejar dos clarões dos trovões para saber o valor que o campesino representa no dia a dia para cada homem da nação brasileira.

Com escola ou sem escola, morar na roça é viver a própria civilidade e permanecer com os traços característicos do roceiro, sonho que a maioria das famílias ali abarracadas quer distanciar, optando por amontoar-se nas cidades e deixar para trás aquela vida simples ao ar puro da mais grata natureza.

O tempo é implacável e, para trás, vai ficando apenas os vestígios das antigas vivências, cedendo espaços para uma nova realidade, trazendo a memória apenas histórias perdidas, vagas lembranças da vida ali vivida.

Humberto Corrêa dos Santos

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa histórica educacional que teve como objeto principal o processo de criação e expansão das escolas municipais rurais de Patos de Minas, MG, delimitada no período de 1941 a 1998, quando essa expansão foi interrompida em função das políticas públicas de nucleação no Município. Para o desenvolvimento do estudo foram utilizadas, além da pesquisa documental histórica, baseada em documentos alusivos e legislação federal, estadual e municipal sobre o assunto; uma pesquisa bibliográfica por meio de consultas e análises de trabalhos já publicados por especialistas. Utilizou-se, ainda, a técnica de observação junto às escolas rurais de cada distrito pertencente a Patos de Minas. O recorte inicial do estudo data de 1941, ano em que a Administração Municipal promulgou o Decreto nº 77, regulamentando o ensino nas escolas municipais rurais. Por sua vez, o recorte final data de 1998, ano em que ocorreu a finalização do processo de nucleação. O estudo buscou responder dois questionamentos: 1) em que circunstâncias aconteceram o processo de criação e expansão das escolas municipais rurais de Patos de Minas (MG), no período de 1941 a 1998? 2) Quais as reais contribuições dos mestres-escolas na transmissão do saber informal/formal, antes da regulamentação do ensino institucionalizado? Em resposta à primeira indagação, o estudo concluiu que o processo de expansão dessas escolas rurais ocorreu em meio às constantes alterações no quantitativo de escolas funcionando no Município em razão da não permanência, no meio rural, de alguns professores indicados para esse trabalho, devido às condições precárias oferecidas para o exercício do ofício. Por sua vez, o estudo concluiu, em resposta ao segundo questionamento que a contribuição dos mestres-escolas junto à população do meio rural do município de Patos de Minas foi bastante relevante à medida que esses profissionais eram os únicos indivíduos com capacidade, mesmo que, muitas vezes, de forma precária, para repassar alguns ensinamentos àquelas crianças que não tinham condição de sair do campo para estudar na cidade. O estudo observou, ainda, que o processo de nucleação encerrado em 1998, em Patos de Minas, possibilitou a extinção das classes multisseriadas e que os professores pudessem ministrar os conhecimentos de forma específica para cada grupo aluno e série distinta, além da oferta do ensino fundamental completo. Por outro lado, a nucleação teve como implicações negativas o afastamento do aluno do local onde residia, as longas distâncias a serem percorridas via transporte escolar até à escola núcleo, além da perda do referencial **escola** mesmo nas pequenas comunidades. Espera-se que este estudo possibilite algumas reflexões por parte dos educadores e pesquisadores da história educacional campesina.

Palavras-chave: Escola Municipal Rural Primária. História. Nucleação Escolar. Patos de Minas.

ABSTRACT

It is about a historical educational research that had as its main subject the process of creation and expansion of rural public schools in Patos de Minas - MG, covering the period from 1941 to 1998, when this expansion was interrupted due to public policies of nucleation in the City. To develop the study were used relevant documents from federal, state and municipal legislation, a historical documentary research and a bibliographical research through consultations and analysis of studies published by experts. It was also used the technique of observation together with the rural schools of each district belonging to Patos de Minas. The first record of the study is from 1941, the year the city government issued Decree nº 77, regulating rural education in rural municipal schools. In its turn, the last record date is 1998, the year which was finalized the nucleation process. The study sought to answer two questions: 1) in which circumstances occur'ed the process of creation and expansion of rural public schools in Patos de Minas - MG, between 1941 and 1998? 2) What are the real contributions of schoolmasters in the transmission of informal/formal knowledge, before the regulation of institutionalized education? Answering the first question, the study concluded that the process of expansion of these rural schools took place amid the constant changes in the number of schools not functioning due to the difficulties some teachers appointed for this work (precarious conditions to work). Answering the second question, the study concluded that the contribution of schoolmasters for the rural population of Patos de Minas was quite relevant as these professionals were the only individuals capable, even precariously, to pass on some lessons to those children who had no condition to leave the countryside to study in the city. The study also noted that the nucleation process, ended in 1998 in Patos de Minas, made possible the extinction of multigrade classes and teachers could teach in a specific way for each student group and distinct series, in addition to offering complete basic education. Furthermore, nucleation had negative implications as the remoteness of the location where the student lived, the long distances to be traveled through school transportation to the school core, beyond referencial lost of **schools** that existed in small communities. It is hoped that this study allows some reflections from educators and educational researchers of education in rural areas.

Keywords: Municipal Rural Primary School. History. School Nucleation. Patos de Minas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Matriz Curricular da Escola Primária Integral Rural.....	57
Figura 2	Província de Minas Gerais no período de 1836 a 1855.....	88
Figura 3	Palmatória.....	117
Figura 4	Ginásio João XXIII – Pindaíbas.....	119
Figura 5	Ginásio Municipal Esperança – em 1969.....	120
Figura 6	Ginásio Municipal Esperança – em 2007.....	120
Figura 7	Escola Municipal de 2º grau do Chumbo.....	121
Figura 8	Planta da Escola Municipal Josefina Mourão – São Luiz de Baixo.....	130
Figura 9	Escola Municipal Joaquim Eduardo dos Santos – Fazenda Areadinho.....	131
Figura 10	Planta Escola Municipal Alfredo Pereira da Fonseca – Córrego Rico.....	132
Figura 11	Escola Municipal Mário Noronha – Serra da Quina.....	132
Figura 12	Carteiras utilizadas nas escolas públicas até a nucleação em 1998.....	133
Figura 13	Escolas municipais rurais – julho de 1942.....	140
Figura 14	Confraternização dos professores municipais – 1948.....	143
Figura 15	Professorado do Distrito Sede – [19--].....	144
Figura 16	Professorado do Distrito de Guimarães – [19--].....	145
Figura 17	Professorado do Distrito de Chumbo – [19--].....	145
Figura 18	Professorado do Distrito de Lagoa Formosa – [19--].....	146
Figura 19	Professorado do Distrito de Santana de Patos – [19--].....	147
Figura 20	Alunos da Escola Municipal Rio de Janeiro – 1951.....	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Decréscimo da população rural no Brasil e regiões (1940 -1950).....	39
-----------	---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Taxa de analfabetismo no Brasil – 1872-1920.....	61
Quadro 2	Taxa de analfabetismo no Brasil – 1940-2000.....	62
Quadro 3	Principais benfeitorias da Cidade e data de inauguração.....	93
Quadro 4	Agentes executivos e prefeitos do município de Patos de Minas (1868-2012).....	100
Quadro 5	Frequência e aprovação nas escolas públicas primárias municipais rurais de Patos de Minas em 1941 – 1º, 2º e 3º anos.....	138
Quadro 6	Matrícula e frequência das escolas campesinas de Patos de Minas em 1942	140
Quadro 7	Cadeiras de Instrução primárias provinciais e estaduais rurais do município de Patos de Minas (1881 a 1935).....	150
Quadro 8	Cadeiras de Instrução primária municipal rural criadas de 1905 a 1939 no município de Patos de Minas.....	151
Quadro 9	Número de regulamentos para criação de escolas municipais rurais – 1948-1987.....	151
Quadro 10	Escolas primárias municipais rurais mistas de 1940 a 1998.....	152
Quadro 11	Habilitação e padrão dos professores municipais rurais em 1960.....	153
Quadro 12	Habilitação e padrão dos professores municipais rurais em 1964.....	153
Quadro 13	Escolas primárias estaduais rurais nucleadas.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População demográfica urbana e rural (Brasil/Minas Gerais – 1872/1950).....	36
Tabela 2	População demográfica urbana e rural (Brasil/Minas Gerais – 1960/2000).....	38
Tabela 3	População demográfica urbana e rural no Município (1890-1960).....	94
Tabela 4	População demográfica urbana e rural no Município (1970-2000).....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AID	<i>Agency for International Development</i>
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CEMPEF	Centro Municipal de Pesquisa e Formação Educacional
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
EDURURAL	Educação Rural
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção do Ensino e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MUP	Museu de Patos de Minas
ONU	Organização das Nações Unidas
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONASEC	Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais
PSECD	Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - A ESCOLA RURAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS: DE 1888 A 1998.....	23
1.1 CARACTERÍSTICAS DA VIDA RURAL BRASILEIRA.....	24
1.2 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E O ÊXODO RURAL.....	30
1.2.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICO, ECONÔMICO E CULTURAL DO ÊXODO RURAL NO BRASIL.....	40
1.3 A ESCOLA RURAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS.....	42
1.4 O ANALFABETISMO NO BRASIL E NO MEIO RURAL.....	59
1.5 DAS CAMPANHAS E NORMAS PERTINENTES À EDUCAÇÃO RURAL.....	62
1.5.1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO RURAL.....	65
CAPÍTULO II – PATOS DE MINAS NO CENÁRIO MINEIRO.....	72
2.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	73
2.1.1 A PICADA DE GOIÁS.....	78
2.1.2 DAS SESMARIAS E DO TRABALHO ESCRAVO EM MINAS GERAIS...	79
2.1.3 OS PRIMEIROS NÚCLEOS DEMOGRÁFICOS DO ESTADO.....	81
2.1.4 DAS IGREJAS DE MINAS GERAIS.....	83
2.2 PATOS DE MINAS E OS ASPECTOS PREDOMINANTES DE SUA HISTÓRIA.....	85
2.2.1 O DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO E DA CIDADE DE PATOS DE MINAS.....	90
2.2.2 DOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS, JUDICIÁRIOS E POLÍTICOS DA CIDADE.....	95
2.2.3 A AGROPECUÁRIA E O COMÉRCIO EM PATOS DE MINAS.....	101
2.2.4 A IGREJA E AS ATIVIDADES RELIGIOSAS DE PATOS DE MINAS.....	104
2.2.5 A CULTURA E O TURISMO EM PATOS DE MINAS.....	106
2.2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE PATOS DE MINAS NO CENÁRIO MINEIRO.....	109
CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO RURAL EM PATOS DE MINAS: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	111
3.1 MESTRES-ESCOLAS: O CAMINHO.....	112
3.1.1 ATUAÇÃO DOS MESTRES-ESCOLAS EM PATOS DE MINAS.....	114
3.1.2 MATERIAIS E MÉTODOS UTILIZADOS PELOS MESTRES-ESCOLAS...	115
3.2 O ENSINO INSTITUCIONALIZADO EM PATOS DE MINAS.....	118
3.2.1 AS PRIMEIRAS ESCOLAS RURAIS DE PRIMEIRAS LETRAS DO MUNICÍPIO.....	122
3.2.2 A INSTRUÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE	125
3.2.3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PATOS DE MINAS.....	128
3.3 A ESCOLA MUNICIPAL RURAL DE PATOS DE MINAS EM MEADOS DO SÉCULO XX.....	129
3.3.1 O REGULAMENTO MUNICIPAL DE 1941: NORMATIZAÇÃO PARA O ENSINO RURAL.....	134
3.3.2 MARCO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO: PRIMEIRA SEMANA PEDAGÓGICA DE 1948.....	141

3.4	A DECADÊNCIA DAS ESCOLAS RURAIS.....	149
3.4.1	O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE PATOS DE MINAS – A SOLUÇÃO.....	154
3.4.2	A MUNICIPALIZAÇÃO EM PATOS DE MINAS.....	159
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
	REFERÊNCIAS.....	164
	FONTES.....	176

INTRODUÇÃO

O interesse pela história da educação rural é procedente de raízes ligadas ao meio campesino, onde o autor deste estudo dedicou parte de sua vida à instrução primária e ao trabalho de atividades agropecuárias.

Salienta-se que o pesquisador trabalhou em uma escola com classe multisseriada a partir de 1977 até o ano de 1996, na Fazenda Areadinho, distrito de Chumbo, município de Patos de Minas, quando a Escola Municipal Joaquim Eduardo dos Santos, encerrou as atividades escolares em razão da inexistência de alunos em quantidade suficiente para o seu funcionamento.

Nesse contexto, foram vivenciados os problemas educacionais da escola campesina, como a falta de materiais básicos para o ensino das primeiras letras, além da falta de prédio escolar adequado para que o professor de uma sala só e classe multisseriada pudesse exercer seu ofício.

Essa escola campesina, com múltiplas tramas de interação, além do processo de alfabetização/escolarização, ao ar puro da natureza, buscava, junto aos moradores de seu entorno, realizar festas religiosas, atividades ligadas ao lazer e a propagação das tradições regionais às novas gerações.

Por vezes, a escola era aberta nos finais de semana e período de férias, cabendo ao professor liderar as atividades desenvolvidas, cujo interesse maior era a satisfação da coletividade.

A importância desse professor foi visionada pelo pesquisador que, posteriormente, atuando na Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas, no período de 2005 a 2011, visitou todos os prédios escolares municipais rurais dos distritos de Patos de Minas para elaborar um memorial descritivo e catalogar os bens patrimoniais do Município, quando deparou com o desleixo dos prédios escolares e o isolamento dos dispersos moradores campesinos.

Foi assim que o pesquisador constatou outras mudanças além da ruptura havida entre a escola e a comunidade campesina, a partir dos anos de 1990, quando foi iniciado o processo de nucleação das escolas municipais rurais de Patos de Minas. Verificou-se, dessa forma, que muitos prédios escolares existentes antes do início do processo de nucleação, foram demolidos e alguns completamente abandonados, descaracterizados ou com outras funções.

A visita aos prédios escolares campesinos significou o reencontro com o mundo da roça, a lembrança daquele tempo não muito distante que um dia a natureza criou e hoje alterado pela ação do homem. Foram as mudanças se processando no meio urbano e conceituando o campo como aquele lugar onde o atraso imperava e, sem esperança de dias melhores, a cidade apresentou-se como alternativa para o campesino alcançar a prosperidade.

No campo, tudo foi sendo abandonado e ficando para trás, além das escolas: os bois carreiros, o perfume de flores das laranjeiras, a sombra das mangueiras, a negritude das jabuticabeiras, as galinhas no poleiro, os porcos espalhados pelo terreiro, dentre várias outras lembranças. Os causos de assombração, as brincadeiras do faz-de-conta, o córrego para se banhar, a lamparina a querosene, muita coisa foi se diluindo em meio ao novo, ao progresso.

Essas lembranças evocaram um sonho: efetuar uma pesquisa sobre o processo de criação e expansão das escolas municipais rurais de Patos de Minas.

Após as visitas técnicas e encontrar cada edificação escolar; lugar que um dia foi cenário para que professores pudessem ganhar o minguido pão e trabalhado muito fazer para que as crianças campesinas pudessem ser alfabetizadas – várias abandonadas e descaracterizadas com suas histórias que, ao longo de anos, poderiam se perder, o pesquisador se viu desejoso de buscar registros históricos que pudessem caracterizar a instrução ali ofertada.

Diante desse desafio, o pesquisador se reportou aos fatos passados e iniciou uma investigação em fontes documentais que abordassem a educação rural no Brasil, Minas Gerais e, conseqüentemente, pudessem caracterizar de que forma ocorreu o processo de criação e expansão das escolas municipais rurais, ofertantes do ensino de primeiras letras, no município de Patos de Minas.

O período temporal mais específico da pesquisa foi de 1941 a 1998 – uma vez que a abordagem anterior e posterior também foram feitas e apresentada no Capítulo III deste estudo. O recorte inicial deve-se ao Decreto Municipal nº 77/41 que regulamentou o ensino nas escolas municipais rurais de Patos de Minas e o recorte final, 1998, o ano em que as atividades das escolas analisadas foram encerradas em função das políticas públicas de nucleação.

A pesquisa documental foi considerada, a princípio, uma pretensão ousada dada a ínfima literatura existente na área a ser investigada. Assim, ao buscar nos arquivos públicos informações que pudessem somar para desvendar o crescente desejo de interação com as ascendências do ensino ministrado nas escolas rurais visitadas, iniciou-se o presente estudo.

As fontes pesquisadas puderam, à sua época, testemunhar os acontecimentos ali vivenciados, possibilitando, de forma sequencial, uma análise compreensível de como foi tratado o campo educacional, quer seja no meio rural ou urbano, embora nem tudo tenha ficado registrado para futuras pesquisas.

De acordo com a análise documental realizada junto ao Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público Municipal, Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas, Museu da Cidade, Procuradoria-Geral do Município e outras fontes, foi possível localizar o Decreto nº 77 de 2 de outubro de 1941 que regulamentou o ensino nas escolas municipais rurais de Patos de Minas, objeto desta pesquisa.

Ciente da importância do mestre-escola na instrução inicial dos alunos do meio campesino antes da regulamentação desse ensino e, a partir dessa análise documental que possibilitou importante reflexão sobre o assunto, procurou-se responder, no decorrer deste estudo, dois questionamentos básicos: quais as reais contribuições dos mestres-escolas na transmissão do saber informal/formal, antes da regulamentação do ensino institucionalizado? Em que circunstâncias aconteceram o processo de criação e expansão das escolas municipais rurais de Patos de Minas – MG, no período de 1941 e 1998?

Nesse sentido, e a fim de responder às indagações formuladas, realizaram-se os seguintes tipos e técnica de pesquisa: a) técnica de observação junto às escolas rurais de cada um dos distritos pertencentes ao município de Patos de Minas; b) pesquisa bibliográfica, realizada por meio de obras que abordassem a educação rural; c) pesquisa histórica/documental, realizada por meio de consultas aos documentos históricos e à legislação pertinente ao tema e promulgada no decorrer do recorte temporal em estudo.

A técnica de observação pode ser utilizada de forma conjugada com outros métodos e tipos de pesquisa e não consiste apenas em ver ou ouvir, mas também em “examinar fatos ou fenômenos que se deseja investigar” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 277). Essa técnica permite, portanto, um contato mais direto do pesquisador com a realidade investigada.

Valendo-se da pesquisa bibliográfica, realizada em obras específicas sobre as temáticas que compõem este estudo, foram utilizadas contribuições de autores diversos, interagindo de forma direta com os acontecimentos históricos sobre o tema central investigado no período delimitado. Assim, acontecimentos abordados em diversas fontes primárias puderam ser confrontados, possibilitando caracterizar detalhadamente o objeto investigativo.

Desta feita, a cada obra lida aguçava-se o interesse em buscar outras referências que pudessem contemplar o estudo, possibilitando determinar os objetivos, e os elementos necessários para a fundamentação da temática da educação rural.

As referências bibliográficas são consideradas, de acordo com Ruiz (2011) como sendo um conjunto das produções escritas sobre determinado assunto, cujos autores podem ser conhecidos e identificados ou anônimos e que durante a evolução do homem servem de base para análise do que já havia produzido sobre determinada temática ou “o exame ou consulta de livros ou documentação escrita que se faz sobre determinado assunto” (BASTOS; KELLER, 1999, p. 55).

Por sua vez, Fachin (2001, p. 125) define pesquisa bibliográfica como sendo o “conjunto de conhecimentos reunidos em obras. Tem como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.”

A escolha das obras examinadas se deu a partir de abordagens pontuadas por recortes temporais considerados importantes para a análise de cada uma das temáticas específicas que constituíram este estudo. Após essa seleção, fichas foram usadas para registrar os tópicos a serem utilizados no decorrer da pesquisa, levando em consideração o que pudesse somar para compreender o processo de inserção do ensino no meio campesino.

O pesquisador selecionou, visando melhor compreensão do estudo, além dos livros que compõem o item referências, os seguintes documentos: legislação educacional nacional; legislação educacional do estado de Minas Gerais; regulamentos e atas da Câmara Municipal de Patos de Minas; plantas arquitetônicas das escolas municipais rurais; jornais; programas de ensino vigentes na rede municipal de ensino rural e imagens que pudessem retratar a escola campesina no Município.

Quando da pesquisa documental, realizada junto aos acervos públicos municipais, as fontes primárias foram catalogadas e organizadas permitindo uma análise pormenorizada, o que foi essencial para compreender como ocorreu o processo de expansão das edificações escolares municipais rurais, bem como as práticas escolares.

A documentação localizada numa pesquisa pode ser entendida como “o acervo de textos decisivos para esclarecimento ou demonstração de problema escolhido como tema pelo pesquisador” (RUIZ, 2011, p. 67) ou, ainda, como “textos originais, ou textos de primeira mão sobre determinado assunto” (RUIZ, 2011, p. 58).

A leitura e interpretação de atos dos Agentes Executivos e Prefeitos do município de Patos de Minas possibilitaram identificar os fatores que influenciaram a criação e

construção de escolas municipais em comunidades rurais, bem como os procedimentos adotados para o ingresso na docência do ensino primário.

Portanto, ao pesquisador coube:

investigar os acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje. Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem do passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função (ANDRADE, 2010, p. 121).

Este estudo trata, portanto, de uma pesquisa histórica que é definida como aquela que realiza uma investigação metódica para a solução de um problema ocorrido e ainda não verificado, considerando as múltiplas opções encontradas (BOAVENTURA, 2011).

A pesquisa histórica possibilita a reconstrução do passado, ordenadamente, pois permite o exame de evidências apresentando conclusões (MARTINS, 2010). Nesse sentido as metodologias “devem incentivar a interatividade, as atividades investigativas e de criação, estimular a indagação e a curiosidade científica” (RAMOS, 2009, p. 146).

A fim de responder aos questionamentos formulados, este estudo foi fracionado em três capítulos distintos:

No Capítulo I, foram analisados os aspectos mais relevantes da história da escola rural e urbana no Brasil e no estado de Minas Gerais, examinando fatores que contribuíram para a realidade que essas escolas se apresentaram e se apresentam, sobretudo, a escola rural.

Diversos assuntos foram abordados nesse capítulo, como: as consequências advindas da Abolição da Escravatura na vida da população rural; a proclamação da República, o êxodo rural; as atividades desenvolvidas na escola rural; o papel do professor no campo; o analfabetismo no Brasil; as campanhas e programas educacionais rurais e, por fim, a legislação brasileira aplicada à educação rural, sobretudo as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

As características da vida rural brasileira foram também analisadas no Capítulo I, destacando as diferenças existentes entre a vida da população no meio campesino e citadino. Foram selecionadas as obras de Monteiro Lobato (1968; 1948; 1919) e Euclides da Cunha (1982) para caracterizar esse homem campestre do início do século XX, o que permitiu visionar o abandono da população brasileira que vivia fora das aglomerações urbanas e que, àquela época somavam em torno de 90% de analfabetos (FARHAT, 1984).

No segundo capítulo foi historiado o processo de formação do estado de Minas Gerais e sua localização geográfica em relação aos demais estados do país. A exploração das Minas do Ouro no início do século XVIII, o surgimento dos primeiros núcleos demográficos e as vilas.

As consequências advindas da busca de riquezas naturais e idas e vindas dos bandeirantes saindo de São João del-Rei rumando para Goiás, formaram-se as picadas que dariam início aos povoados na beira desses caminhos que atravessavam as Minas Gerais e que por onde passavam deixavam suas marcas, uma vez que parte de seus homens se fixavam em locais estratégicos. Sendo assim, deu-se o início da formação dos arraiais, onde se levantava um cruzeiro e, com o passar dos tempos, os fiéis edificavam uma igreja.

Essa movimentação de pessoas fez com que surgisse vários povoados e que, posteriormente, se tornaram cidades. Foi o caso da Fazenda “Os Patos”. Ao fixar os primeiros habitantes nas proximidades do Rio Paranaíba, formou-se o povoado, o distrito e, por fim, o município de Patos de Minas.

A educação rural foi contemplada no terceiro capítulo com uma abordagem histórico-educacional sobre o processo de criação e expansão das escolas municipais no meio campesino de Patos de Minas.

Procurou-se considerar a educação a partir do ano de 1866, quando da emancipação do Município, historiando a fase inicial da escolarização, quando poucas escolas públicas existiam para atender a demanda citadina e campesina.

Traçou-se um diagnóstico das raízes da instrução de primeiras letras na municipalidade, e abordou, para melhor compreender a educação rural e o ensino ofertado pelos mestres-escolas, representantes do conhecimento intelectual que saíam mundo afora dando aula nas fazendas, mediante contrato firmado com os fazendeiros.

Contemplou-se, ainda, a importância dos mestres-escolas no período em que as escolas com ensino institucionalizado de primeiras letras não eram em número suficiente para atender à população em idade escolar, sendo suprida essa carência pelos mestres-escolas.

Fatores que influenciaram para o processo de construção das escolas municipais em comunidades rurais, bem como os procedimentos adotados para o ingresso na docência do ensino primário também foram verificados.

Salienta-se que o presente estudo tem por objeto uma pesquisa histórico-educacional sobre o processo de criação e expansão das escolas municipais rurais de Patos de Minas – MG, a partir da década de 40 do século passado até o ano de 1998, quando suas atividades são encerradas em função das políticas públicas de nucleação.

Esta pesquisa justifica-se à medida que possibilitou o registro de um período considerado importante para a história da educação rural de Patos de Minas, em que o pesquisador pôde confrontar os conhecimentos empíricos adquiridos no decorrer dos anos em que residiu e trabalhou como professor no meio campesino, com as fontes documentais pesquisadas junto aos arquivos públicos.

A relevância desta pesquisa deve-se ao fato de que a história da educação rural no Brasil, em especial, a abordagem sobre o ensino rural no município de Patos de Minas, contribuirá não só para o desenvolvimento de outros estudos relacionados ao cenário da instrução campesina brasileira, como também, para o registro histórico da Cidade e fonte de futuras pesquisas na área da Educação, uma vez que vários registros do período abordado por esta pesquisa constituem fatos ainda não tratados por historiadores.

CAPÍTULO I

A ESCOLA RURAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS: DE 1888 A 1998

Este capítulo demonstra por meio de uma abordagem histórica da educação, sobretudo da educação rural no Brasil e em Minas Gerais, a importância da educação em qualquer ambiente, seja ele rural ou urbano, a fim de possibilitar a análise de diversos fatores que contribuíram para a realidade que a educação no meio campesino se apresentou e se apresenta.

Sendo assim, é fundamental analisar as características da vida rural brasileira, destacando as diferenças existentes entre a vida da população rural e urbana, as consequências advindas da Abolição da Escravatura, a proclamação da República, o êxodo rural, as atividades desenvolvidas na escola rural, o papel do professor no campo, o analfabetismo no Brasil, as campanhas e programas educacionais rurais e, por fim, a legislação educacional brasileira com destaque para a educação rural, sobretudo nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

É importante salientar que as abordagens são pontuadas por recortes temporais considerados importantes para análise da escola rural brasileira: 1888 e as décadas de 40 a 60 do século XX.

Em 1888, ocorreu a Abolição da Escravatura e, no ano seguinte, a proclamação da República, dois marcos históricos que, àquela época, propiciaram um processo de alterações nos aspectos econômicos, político e cultural do Brasil.

Por sua vez, as décadas de 40 a 60 merecem destaque tendo em vista o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945. Foi quando Getúlio Vargas foi deposto e novas possibilidades surgiram no sentido de restabelecer os princípios da democracia devido não só às transformações sócio-políticas decorrentes do capitalismo liberal como, também, às mudanças na área educacional em face da redemocratização do ensino e às discussões iniciadas em 1948 e finalizadas em 1961, quando houve a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

1.1 CARACTERÍSTICAS DA VIDA RURAL BRASILEIRA

Euclides da Cunha¹ (1982) em sua obra **Os Sertões**, tratou de vários aspectos da vida do homem do campo desde o século XVII ao século XX. Publicado em 1902, *Os Sertões* aborda os afazeres do homem rurícola no seu dia a dia referenciando as velhas anomalias históricas herdadas do Brasil Colonial, em que os aborígenes, ao prepararem suas roças para o plantio, faziam queimadas e alargavam o círculo de degradação nas capoeiras do meio sertanejo.

Esquecemo-nos, todavia, de um agente geológico notável – o homem. Este, de fato, não raro reage brutalmente sobre a terra e entre nós, nomeadamente, assumiu, em todo o decorrer da história, o papel de um terrível fazedor de desertos. Começou isto por um desastroso legado indígena. Na agricultura primitiva dos silvícolas era instrumento fundamental – o fogo (CUNHA, 1982, p. 48).

No alvorecer do século XVII, a agricultura no Brasil era primitiva, o colonizador ainda utilizava os mesmos procedimentos dos silvícolas para colocar a terra em condições de plantar. O homem camponês, com sua ignorância e modo de vida, causava indignação a quem considerava a natureza em algo a ser preservada; esse homem usava o fogo, abusivamente, como instrumento para fazer suas roças incendiando as florestas numa paragem sem limites.

Ora, estas selvatiquezas atravessaram toda a nossa história. Ainda em meados deste século, no atestar de velhos habitantes das povoações ribeirinhas do São Francisco, os exploradores que em 1830 avançaram, a partir da margem esquerda daquele rio, carregando em vasilhas de couro indispensáveis provisões de água, tinham, na frente, alumando-lhes a rota, abrindo-lhes a estrada e devastando a terra, o mesmo batedor sinistro, o incêndio. Durante meses seguidos viu-se no poente, entrando pelas noites a dentro, o reflexo rubro das queimadas (CUNHA, 1982, p. 49).

¹ “Euclides Rodrigues da Cunha (1866-1909) é o primeiro escritor a encarnar o gigantismo da terra brasileira, fazendo de sua obra um dos principais alicerces da consciência nacional. [...] Encerra, em seu talento e estilo, a primeira transposição autêntica de um Brasil maior ainda não descoberto, geográfica e socialmente marginalizado pela civilização litorânea. Embora sua obra seja das mais elogiadas da literatura brasileira, continua sob muitos aspectos um desafio. Se de um lado se comunica pela paixão desabrida, que tem raízes cravadas no fundo do romantismo, de outro, na consciência e nos meios, se orienta por um realismo didático e de caráter cientificista. O resultado é uma linguagem singular, de vigorosa força dramática e ritmo febril, em que se confundem a fúria primitiva e o apuro civilizado.” (BARSA, 1999b, p. 39-40).

Nas palavras de Cunha (1982), ao homem sertanejo faltava-lhe ainda a postura correta, o arcabouço das organizações atléticas, pois era deselegante, desengonçado e torto. Esse homem tinha um caminhar sem firmeza, sem prumo, tortuoso e membros desarticulados o que lhe daria um caráter de humildade deprimente. Se esse homem estivesse a caminhar, ao parar, recostava-se ao tronco de uma árvore ou parede onde se encontrava; a cavalo, “se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela” (CUNHA, 1982, p. 49).

Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bandolear característico, de que parecem ser o traço geométrico dos meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável (CUNHA, 1982, p. 91).

Os termos usados para descrever o homem sertanejo do final do século XIX e início do século XX, o caracterizava como possuidor de uma preguiça invencível, estado de imobilização e quietude. Porém, segundo Cunha (1982), essa feição de cansaço ilude; o homem sertanejo surpreendia em segundos com os improvisos, bastava surgir um incidente que exija o desencadear dessas energias adormecidas.

Por sua vez, Lobato² (1968), no artigo, **Velha Praga**, publicado em 1914, demonstra sua aflição e descontentamento em relação ao homem sertanejo. O autor considerava esse homem preguiçoso, vagabundo, dependente da natureza, ignorante e incapaz de somar para o progresso da nação brasileira.

A natureza, segundo o autor, era formidável e ali estava “formigando dentro dela, um homem seu filho, expoente da sua vis, rude, bárbaro, inculto, heroico sem o saber, imensamente pitoresco” (Lobato, 1948, p.50).

² “José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) foi um intelectual engajado na causa do nacionalismo, que foi sua preocupação fundamental, tanto na ficção quanto no ensaio e no panfleto. Crítico de costumes, no qual não falta a nota do sarcasmo e da caricatura, de sua obra se eleva um largo sopro de humanidade e brasilismo. [...] Em 1917 comprou a *Revista do Brasil*, de programa nacionalista, onde já vinha publicando artigos. No ano seguinte editou sua primeira coletânea de contos, *Urupês*. O livro chamou a atenção de Rui Barbosa, que citou em discurso um de seus personagens, o Jeca Tatu, como protótipo do camponês brasileiro, abandonado à miséria pelos poderes públicos. A obra logo ficou famosa e mais ainda o autor, em meio à polêmica que se espalhou por todo o país sobre a veracidade da figura do caipira, para algum fiel, para outros exagerada” (BARSA, 1999c, p. 142-143).

As práticas do dia a dia dos homens camponeses foram questionadas por Lobato (1968), uma vez que causavam a destruição da natureza com suas tradições bárbaras e por destruírem o solo realizando queimadas para o cultivo e ainda nada produzirem para o crescimento do país. As montanhas, segundo o autor, eram vítimas de “um parasita, um piolho da terra” (LOBATO, 1968, p.271).

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a picapau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (LOBATO, 1968, p. 271-272, grifo do autor).

O homem camponês àquela época seria o causador da devastação das matas, pois colocava fogo na vegetação sem nenhum tipo de aceiro e vivia a caminhar sem tréguas, dia e noite até a barragem natural de um rio, gruta ou estrada. Esse homem se dedicava a colher apenas o que a natureza derramava pelo mato e tinha apenas o trabalho de espichar a mão e a colheita fazer.

Esse homem e familiares plantavam apenas o necessário para sua sobrevivência sem usar qualquer técnica de manejo do solo, ora aqui, ora acolá, não se fixando em lugar algum por muito tempo, não se apegando a terra, usando práticas obsoletas e destruidoras da natureza.

No meio da natureza brasileira, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a inflorescência dos cedros, as primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos angorás, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachô permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas.
Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.
Só ele, no meio de tanta vida, não vive... (LOBATO, 1968, p.291-292)

Após as queimadas o camponês seguindo práticas usuais de fertilização do solo, considerava que, ao seu término, a terra estava esterçada e pronta para ser cultivada, era só esperar a chuva para as sementes plantar. “Entrando setembro, começo das “águas”, o caboclo planta na terra em cinzas um bocado de milho, feijão e arroz; mas o valor da sua produção é nenhum diante dos males que para preparar uma quarta de chão que ele semeou” (LOBATO, 1968. p. 275).

Ainda no artigo publicado em 1914: “Velha Praga”, Lobato inventa a figura patética do Jeca Tatu, personagem que no final do mesmo decênio vem possibilitar uma visão real de como vivia a maioria da população brasileira que residia no meio rural, constituída por caboclos, mestiços com barba rala, calcanhares rachados, sem bens patrimoniais e sem instrução.

Jeca Tatu vivia a sua pobreza e miséria, e, segundo Lobato: “seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço – e nisto vai longe”.

Começa na morada. Sua casa de sapê e lama faz sorrir aos bichos que moram em toca e gargalhar ao João-de-Barro. Pura biboca de bosquímano. Móvel, nenhuma. A cama é uma espigada esteira de peri posta sobre o chão batido. Às vezes se dá ao luxo de um banquinho de três pernas – para os hóspedes. Três pernas permitem o equilíbrio; inútil, portanto, meter a quarta, o que ainda o obrigaria a nivelar o chão. Para que assentos, se a natureza os dotou de sólidos, rachados calcanhares sobre os quais se sentam? (LOBATO, 1968, p. 281).

Assim como Lobato, Torres (1943) afirma que as construções campesinas àquela época aproveitavam os recursos naturais e, dependendo da região, eram feitas de pau a pique, barro sopado entre os bambus, chão batido e cobertura de capim sapê.

Era, em geral, o próprio caboclo que edificava seu rancho, fincando paus um ao lado do outro, arranjando palha e amolecendo o barro, sendo auxiliado por toda a família. No entanto, o que se observava nessas construções era o desconforto e a total falta de higiene causadora das constantes enfermidades no homem campestre.

Nesse sentido, o personagem Jeca Tatu possibilitou uma ampla reflexão sobre a realidade de como era de fato na maior parte interiorana do Brasil. Lobato transforma, então, seu personagem em arma no combate as mazelas campesinas, engajando em campanhas de saúde, meio ambiente e reforma agrária em favor das necessidades básicas do homem de um país predominantemente agrícola.

A visão de Lobato sobre o homem campesino passou a ser diferente daquela de 1914, quando elaborou o artigo **Velha Praga**, e, assim, o autor pede desculpas a Jeca Tatu, antes responsável pela miséria. Compreende que a doença endêmica, ausência de educação, falta de acessibilidade aos serviços de saúde e o abandono pelas autoridades governamentais do país seriam as causas do atraso do homem camponês.

Sendo assim, o homem caipira doente, preguiçoso, barrigudo, parasita, depredador, não civilizado e descompromissado com o trabalho passou a ser visto de outra maneira por Lobato (1919):

Eu ignorava que eras assim, meu caro Jeca, por motivo de doenças tremendas. Está provado que tem no sangue e nas tripas todo um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharada cruel que te faz papudo, feio, molenga inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade. Perdoe-me, pois, pobre opilado, e crê no que te digo ao ouvido: és tu isso sem tirar uma vírgula, mas ainda é melhor coisa desta terra. Os outros, os que falam francês, dançam o tango, fumam havanas e, senhores de tudo, te mantêm nessa geena infernal para que possam a seu favor viver vida folgada a custa do teu trabalho, esses, meu caro Jeca Tatu, esses tem na alma todas as verminoses que tu tens no corpo. Doente por doente, antes como tu, doente só do corpo... (LOBATO, 1919, p.38).

As críticas negativas que Lobato construía do homem da roça ganharam repercussão nacional pela divulgação do desleixo e precariedade em que o mesmo se encontrava, principalmente pela falta de saneamento no meio rural e das doenças que o vitimava num total descaso das autoridades governamentais.

Para Lambert (1959), essa população rural era constituída de indivíduos isolados ou em pequenas aglomerações muito homogêneas na vasta extensão do Brasil, que não participava diretamente da vida econômica, nem da vida política nacional, por isso, viviam precariamente.

Aos acontecimentos históricos da nação brasileira, segundo Lobato (1968), o campônio pouco se importava, nem mesmo uma ferroada o punha de pé, permanecia indiferente. Vivia na penumbra e ignorava o que acontecia dentro do país, mesmo diante da proclamação da Independência, Abolição da Escravatura e Proclamação da República. Não sabia o que era pátria, sendo o sentimento de patriotismo desconhecido.

Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta estrouvinhado a crise duma mudança de dono, o caboclo ergue-se, espia e acocora-se de novo.

Pelo 13 de Maio, mal esvoaça o florido decreto da Princesa e o negro exausto larga num fu! o cabo da enxada, o caboclo olha, coça a cabeça, magina e deixa que do velho mundo venha quem nele pegue de novo.

A 15 de Novembro troca-se um trono vitalício ante o inopinado da mudança. O caboclo não dá pela coisa (LOBATO, 1968, p. 279-280).

Werebe (1970), ao discorrer sobre a situação rural do ano de 1950, observa que o camponês àquela época ainda permanecia como se estivesse vivendo em séculos passados. Não havia consciência política nem organização, a ignorância e as superstições faziam parte do seu dia a dia e, o que era pior: a passividade diante da miséria e da fome, como se fossem males inevitáveis.

Àquela época, afirma Fontoura (1945), a riqueza brasileira dependia da produção econômica e essa produção vinha do campo, ou seja, das mãos do homem camponês. Contudo, nessa ocasião, quando se pensava em auxiliar o meio rural do Brasil, “pensava-se em sementes, adubos, reprodutores selecionados, galinhas de raça. Só não se pensa é no homem rural” (FONTOURA, 1945, p. 2).

Entretanto, não havia como pensar no desenvolvimento rural sem valorizar o homem do campo, afirmava Fontoura (1945). Levando-se em conta que o desenvolvimento rural abrangia e continua abrangendo vários setores é que se deve pensar no homem do campo e no seu modo de vida, principalmente pensando numa educação voltada para atender os seus interesses.

Primordial é, dessa forma, para a análise dos aspectos da educação rural no Brasil pensar o homem rural, o ambiente onde ele vive; suas maiores características; as diferenças entre ele e o homem da cidade. Pensar a escola rural brasileira é pensar no homem do campo e “seu contexto, sua dimensão como cidadão, sua ligação com o processo produtivo” (LEITE, 1999, p. 14); é, também, “questionar a aproximação direta dessa mesma escola com o universo sócio-cultural dos rurícolas, qual o seu grau de comprometimento e de interferência na ‘formação’ desses indivíduos, bem como sua atuação nas transformações ocorridas no campo” (LEITE, 2000, p. 131).

Ocorre que, de acordo com Leite (2000, p. 131)

a educação rural no Brasil, de certa forma, por motivos sócio-políticos e até mesmo culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, tendo por retaguarda ideológica o elitismo escolar instalado no país pelos Jesuítas e a interpretação da oligarquia agrária de que ‘gente da roça não carece de estudos. Isto é coisa da cidade.’

Apesar disso, o homem do campo, seu trabalho e sua produção foram, por sua vez, “focos de interesse do capitalismo contemporâneo” afirmou Leite (1999, p. 14), corroborando no que foi sustentando por Fontoura (1945).

Nesse sentido, uma vinculação com a vida do homem camponês, seu trabalho e sua produção agrícola deve-se ao fato de que esses fatores estão diretamente ligados à educação e à escola rural (LEÃO, 1940; SMITH, 1946; BRANDÃO, 1984).

Os contrastes entre o homem rural e o homem urbano sempre foram bastante evidentes. Quando Smith (1946) tratou desse tema em sua obra, afirmou que havia entre o próprio homem do campo diferenças, também, visíveis. Havia e ainda há, realmente, essa

diversidade. Ao observar, por exemplo, o ruralista que sempre lidou mais com a agricultura do que com a pecuária, percebe-se que há, entre eles, diferentes ritmos.

Um dos aspectos mais evidentes dessa diversidade entre o campo e a cidade, refere-se à densidade demográfica, com suas vantagens e desvantagens. Ao homem da cidade significa ruído, impureza do ar, custo de vida alto, mas, também, oportunidade de especialização, cultura; ao homem do campo significa calma, ar puro, mas, também, isolamento, pouco acesso à saúde, cultura e lazer diversificado (SMITH, 1946).

A diferenciação social entre o homem do campo e o homem da cidade mereceu, também, destaque, na obra de Smith (1946). O autor afirmou que os grupos sociais da cidade são maiores e mais complexos que os do campo; ou seja, o número de classes sociais no meio rural é menor; o crescimento populacional da cidade advém da migração do homem do campo e, também, de outros países, resultando numa sociedade mais heterogênea, com diversos elementos raciais e culturais. Por sua vez, a sociedade rural é mais homogênea, “é como que segmentada; não age como uma única entidade. Em vez disso, ela é composta de milhares de pequenas unidades – famílias, vizinhanças, comunidades” (SMITH, 1946, p. 42).

Em se tratando, ainda, de aspectos sociais, Smith (1946) afirmou que no meio rural a estabilidade é uma característica fundamental, ao passo que na cidade, a mobilidade é essencial à vida urbana. Tanto a estabilidade, quanto a mobilidade dos dois ambientes sociais refletia no grupo familiar em que os lares desfeitos e as novas núpcias eram mais evidentes nas cidades, já no tempo da obra de Smith (1946).

A homogeneidade atribuída ao homem do campo foi de certa forma rompida com a abolição da escravatura e o êxodo rural, acontecimentos que alteraram a vida do campineiro, de sua família e de sua comunidade.

Realidade que perdura na atualidade, uma vez que significativo contingente de pessoas migra do meio rural para os centros urbanos buscando melhores condições de vida numa cidade despreparada para recebê-los.

1.2 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E O ÊXODO RURAL

No início do século XVI, os portugueses precisavam de mão de obra para explorar as terras brasileiras e em razão da força braçal indígena não ter logrado êxito pelo

posicionamento contrário dos religiosos, foi necessário suprir essa demanda buscando negros no Continente Africano.

A essa época iniciava-se no Brasil a expansão das lavouras e posteriormente a exploração das minas que eram mantidas quase que exclusivamente com a mão de obra escrava advinda da África.

Já em meados do século XIX, algumas regiões do Brasil passam a empregar brasileiros e imigrantes nas tarefas das fazendas e fábricas de açúcar, reduzindo o contingente de mão de obra escrava. Essa alteração se deu principalmente em consequência da forte influência do movimento abolicionista, tanto internamente e ou por pressão externa dos ingleses que defendiam o fim da escravidão no Brasil.

Porém, “a abolição concretizou-se em 13 de maio de 1888, um domingo, quando a Princesa Isabel, então regente do Império, sancionou a lei nº 3.353, que concedeu liberdade imediata a todos os escravos existentes no Brasil” (BARSA, 1999a, p. 13).

Após a abolição, os ex-escravos tiveram muita dificuldade para encontrar o mínimo de condições para sua sobrevivência e assim, parte significativa dessa população se desloca do meio rural para as cidades.

Os senhores da terra diante das dificuldades para se reorganizar e substituir essa força de trabalho escravocrata que vinha desde os tempos coloniais alimentando a economia agroexportadora brasileira, opta por vender ou ampliar suas propriedades. Nesse contexto, segundo (KOWARICK, 1994, p. 43) “qualquer trabalho manual passa a ser considerado coisa de escravo e, portanto, aviltante e repugnante”.

Isso leva a crer que a fixação do homem livre no trabalho agrícola seria um desafio a ser vencido nos decênios subsequentes, ou seja, “romper com as tradições negativas do trabalho manual caracterizado como tarefa de escravos” (ALMEIDA, 2009, p. 13).

O trabalhador brasileiro sempre renegou o trabalho forçado das lavouras de café, optando por viver da economia de subsistência e do pouco que recebia por trabalhos prestados a profissionais liberais ou comerciantes.

ressalta que a tarefa dos negros no sistema produtivo das lavouras, principalmente das lavouras cafeeiras, desde os tempos coloniais no Brasil, teve, sobretudo, a marca da disciplina e da regularidade conquistadas e conservadas pelos Barões do Império, o que ocorreu à custa da humilhação e da degradação dos negros africanos (ALMEIDA, 2009, p. 19).

Assim, a mão de obra do trabalhador brasileiro não foi direcionada para atividades manuais levando-os a ficarem mergulhados na miséria e na condição social inferior.

Por outro lado, a perda dos escravos pelos senhores da terra, sem nenhum tipo de indenização, fez com que muitos pobres vendessem ou arrendassem suas terras e se transferissem também para o meio urbano (LEÃO, 1940).

A perda de parte da mão de obra escrava, numa terra que já havia sido mal explorada fez com que alguns senhores com capital disponível comprassem novas propriedades, explorando-as de forma mais criteriosa. Por sua vez, algumas fazendas ficaram abandonadas, sendo que as grandes propriedades, constituídas de milhares de hectares, foram transformadas em pastagens, campos de trigo, cana de açúcar ou mandioca. Para explorar essas culturas contratavam-se colonos que cediam alguns dias de trabalho na fazenda e que, em geral, eram pagos com produtos e, também, cessão de terras necessárias ao cultivo de produtos para subsistência (LAMBERT, 1959).

Contudo, em decorrência da agricultura do Brasil ter sido primeiramente conduzida pelos escravos houve, assim, uma ligação direta com aspectos rudimentares e instrumentos pesados na condução do trabalho: “a foice, o machado, a enxada e o sacho, ficou a ideia de que a agricultura nada mais é do que o rude e aviltante manejo dos referidos instrumentos” (SOUZA, 1936, p. 12).

Silva (1952) afirmou que mesmo com mais de meio século de trabalho livre e mais de quatrocentos anos de existência, o Brasil ainda apresentava um desenvolvimento na agricultura bastante deficiente e que, àquela época permanecia, ainda, “na quase totalidade, na fase empírica da enxada e do arado a bois, malgrado tenha o nosso país nascido para o mundo na época em que se lançavam as bases da agricultura racional e mecanizada” (SILVA, 1952, p. 18).

A agricultura nesse decênio ainda era muito pobre na maior parte do território brasileiro, oferecendo a numerosa população rural condições de vida muito baixa e lastimáveis condições de sobrevivência. A miséria aliada à ignorância do homem campesino constituiu o centro de resistência ao desenvolvimento rural no país (LAMBERT, 1959).

Além da movimentação ocorrida – quando da Abolição – com o homem rural abandonando suas terras e indo para as cidades, houve também, em meados do século XX, em quase todas as regiões do país, a tentativa por parte de muitas famílias de encontrar, na cidade, algo que pudesse lhes proporcionar melhores condições de vida tendo em vista, principalmente, o desejo de suprir as necessidades educacionais e a falta de trabalho.

Para o campesino, a educação passou a ser vista como meio de vislumbrar ascensão social. O abandono rural em face da cidade significava emprego na indústria e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida. Algumas famílias se deslocaram para as cidades

ou pequenos povoados; outras resistiram em seus locais como antes, como se nada estivesse acontecendo no seu entorno.

A migração para o meio urbano foi considerável e promoveu, paulatinamente, a urbanização, trazendo consequências indesejáveis aos gestores políticos citadinos como o crescimento desordenado, a falta de emprego e o crescente aumento do subemprego. Muitos migrantes passaram a trabalhar na informalidade, a residirem em barracos de madeira ou em cortiços sem as condições mínimas necessárias para viver com dignidade.

Inúmeros camponeses venderam suas pequenas propriedades que foram, de forma geral, anexadas aos latifúndios, e se bandearam para os subúrbios dos locais com concentração de pessoas, acreditando terem tomado a melhor das decisões, mas se sentiam fragilizados pela simplicidade campestre e inaptos ao trabalho citadino, somando-se, assim, para o aumento dos problemas sociais.

Nessa época, meados do século XX, o Brasil passava por grandes mudanças com a intensificação do processo industrial, sendo priorizada a qualificação da mão de obra para suprir as indústrias, não havendo investimentos para atendimento das necessidades agrárias.

Foi nas primeiras décadas do século XX que o Brasil encontrou a oportunidade e as condições históricas necessárias para superar a crise da economia agroexportadora e alterar as formas tradicionais de dominação capitalista, através da industrialização (XAVIER, 1990, p. 30).

Para Lambert (1959), os camponeses brasileiros recém-chegados das zonas rurais atrasadas, nas primeiras décadas do século XX, representavam os operários da cidade que não haviam se desintegrado, ainda, da sociedade colonial. Com nível cultural inferior, estilo de vida antigo, esses “caboclos” não se enquadravam nem no quadro tradicional nem no atual. Esses camponeses estavam, assim, “em uma fase de desorganização; já não pertencem mais ao velho Brasil e ainda não se integraram no novo” (LAMBERT, 1959, p. 129).

Nesse sentido, em meados do século XX, o território brasileiro estava constituído de baixa densidade demográfica, em que a agricultura de subsistência estava estagnada e a pecuária sem relevância para a economia nacional.

Observa Lambert (1959, p. 194) que “o *habitat* rural é ainda primitivo e, na cidade, as favelas multiplicam-se mais depressa do que se consegue destruí-las. A população cresce muito rapidamente e aflui do campo as cidades.”

As famílias bem-sucedidas no meio urbano, ao retornarem às suas origens camponesas, já modificadas pelo vestuário e pela nova aparência, acabaram influenciando

outras famílias a buscarem o novo paraíso nas cidades, contribuindo dessa forma para acelerar o êxodo rural (TORRES, 1943).

Influenciados pelos familiares que tiveram bom êxito na cidade, alguns camponeses também se deslocam à procura de emprego e de uma vida mais abastada, seguindo os passos desses parentes. Essas relações pessoais havidas no campo servem de apoio e base para que essa migração não seja uma aventura ao desconhecido (DURHAN, 1973).

Os efeitos dessa influência familiar seriam prejudiciais para a economia sem que nenhuma ação governamental fosse tomada no sentido de melhorar as condições da vida no campo. Para o camponês seria melhor uma vida de conforto na cidade do que mourejar de sol a sol no meio rural, sem ter seus esforços devidamente compensados.

Durhan (1973) afirma que a concentração crescente do camponês na cidade é voluntária, pois ele tem consciência que encontrará condições mais favoráveis do que as existentes no meio rural. A autora ressalta que esses aspectos positivos não indicam que ao migrante é dado o direito de participar do processo de desenvolvimento da sociedade citadina, mas que refletem as facilidades e o acesso aos benefícios advindos desse desenvolvimento que o camponês passa a usufruir.

Para conter a migração dos camponeses rumo às cidades, ações foram implementadas visando fixar o homem no meio rural, como a instalação de escolas rurais, embora seus efeitos não surtiram impacto em razão da forte ideologia dominante de modernidade no país que impulsionava o camponês a vislumbrar uma vida similar à do citadino.

Nesse sentido, e por diversas causas – as de caráter técnico-econômico e as propriamente demográficas, como as advindas do progresso técnico na agricultura e do aumento natural da população camponesa – o êxodo rural significou “o decréscimo, ainda que relativo, da população rural”, constituindo, “sem dúvida, uma das manifestações mais características dos movimentos internos da população de um país” (CAMARGO, 1957, p. 21).

Esse êxodo ocorreu em diversas regiões do País. No extremo norte, em virtude da depressão econômica, da dificuldade de transporte, das inundações e endemias; em algumas regiões do Nordeste, em virtude da seca e do banditismo, fez com que houvesse uma mobilização das populações para os grandes centros (FONTOURA, 1945).

À cidade de São Paulo chegavam inúmeros trabalhadores rurais com suas famílias, seduzidos pelos salários dos operários e na expectativa de uma vida melhor.

Contudo, muitos desses migrantes eram analfabetos e desconheciam o trabalho manual das fábricas e oficinas, ficando, assim, desamparados. Vários regressavam à terra de origem, mas a maioria permanecia na cidade (FONTOURA, 1945).

Na cidade do Rio de Janeiro, por volta de 1940, 99% da população das favelas eram provenientes de habitantes vindos de outras terras em busca de uma vida melhor na capital (FONTOURA, 1945).

Na análise de Werebe (1970), em meados do século XX era perceptível o acentuado contraste em muitas cidades brasileiras. Referindo-se à cidade do Rio de Janeiro, a autora afirma que, ao lado da mais bela baía, estavam os arranha-céus e, do outro lado se erguiam, nos morros, as favelas miseráveis onde vivia uma população numerosa, em péssimas condições. Enquanto em São Paulo, o contraste era menos acentuado onde a população ficava acobertada nos porões, cortiços e nos subúrbios citadinos.

Naquela ocasião, a motivação do êxodo rural era a busca de uma vida melhor, o que resultou em escassez de mão de obra para suprir as necessidades campesinas.

Bem conhecem a força do êxodo os fazendeiros e sitiantes que debalde procuram arranjar um trabalhador, hoje em dia. A escassez de mão-de-obra na zona rural é a mais constante queixa que se ouve, de norte a sul do Brasil. E sua consequência imediata é a diminuição da produção agrícola, a crise de gêneros alimentícios de primeira necessidade (FONTOURA, 1945, p. 25).

Outro aspecto do êxodo rural, considerado desastroso para Fontoura (1945) refere-se ao fato de que inúmeras propriedades rurais passaram a ficar nas mãos de administradores, uma vez que seus donos optaram por viver nas cidades grandes indo visitar suas terras apenas de vez em quando. A pior consequência do êxodo rural, segundo o autor, foi a queda da produção agrícola.

A Tabela 1 demonstra o aumento desse êxodo rural ressaltando que essa verificação só foi possível a partir de 1940 quando os recenseamentos passaram a ser discriminados por suas localizações: urbana e rural.

Tabela 1 – População demográfica urbana e rural (Brasil/Minas Gerais – 1872/1950)

Brasil e UF	Situação / domicílio	VARIÁVEL = POPULAÇÃO (PESSOAS) – ANOS						
		1872	1890	1900	1920	1940	1950	
Brasil	Urbana	X	X	X	X	12.880.182	18.782.891	
	% Urbana	X	X	X	X	31,23%	36,16%	
	Rural	X	X	X	X	28.356.133	33.161.506	
	% Rural	X	X	X	X	68,77%	63,84%	
	Total		9.930.478	14.333.915	17.318.556	30.635.605	41.236.315	51.944.397
	% Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%
Minas Gerais	Urbana	X	X	X	X	1.693.040	2.322.915	
	% Urbana	X	X	X	X	25,14%	36,16%	
	Rural	X	X	X	X	5.043.376	5.459.273	
	% Rural	X	X	X	X	74,86%	63,84%	
	Total		2.039.735	3.184.099	3.594.471	5.888.174	6.736.416	7.782.188
	% Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fontes: Para 1872, 1890 e 1920, ver: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Recenseamento geral do Brasil**, 1920, v. IV, 4ª Parte – População, o qual reproduz os dados dos censos anteriores sobre alfabetização. Para os demais censos: IBGE, Censo Demográfico 1940, 1950. (*apud* FERRARO, 2009, p. 87).

Para o censo de 1900: IBGE. Anuário estatístico do Brasil. IBGE: Rio de Janeiro, volume 56, 1996.

Para o censo de Minas Gerais: IBGE – Censo demográfico.

Notas:

- 1) Nos anos: 1872, 1890, 1900 e 1920, somente população total;
- 2) Para os anos 1940 e 1950: população presente;
- 3) Para o ano de 1950: os dados referentes ao **Brasil** e à região **Sudeste** incluem a população da região de Serra dos Aimorés, área de litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo.

O primeiro censo oficial brasileiro foi realizado no Período Imperial no ano de 1872, quando o Brasil menosprezava a ordem escravocrata e rumava ao capitalismo. Depois de 18 anos, já em 1890 aconteceu o primeiro censo republicano.

Analisando os dados censitários do país de 1872 a 1890, constata-se que nesse período a população brasileira cresceu 44,34%; nos dez anos compreendidos entre 1890 e 1900, 20,82%; e que nos vinte anos subsequentes entre 1900 e 1920 o crescimento foi de 76,89%.

No mesmo período analisado, verifica-se que em Minas Gerais o crescimento populacional de 1872 a 1890 foi de 56,1%, cifra superior a média nacional; 1890 e 1900, 11,41% e 1900 a 1920, 55,46%, cifras abaixo dos dados verificados para a média nacional.

Em 1920 o Brasil contabilizava 30.635.605 habitantes e “contava, com apenas, 74 cidades maiores do que vinte mil habitantes, nas quais residiam 4,6 milhões de pessoas, ou seja, 17% do total da população brasileira. Dos que residiam nas cidades, mais da metade deles se concentrava na Região Sudeste” (BRITO, 2006, p. 221-222).

Para o período compreendido entre 1920 e 1940, houve um crescimento da população brasileira na ordem de 34,6% e os dados censitários de 1940 apontam que 68,77% da população brasileira residiam no meio campesino o que caracterizava a predominância populacional afastada dos centros urbanos, pronunciando um caráter rural acentuado.

Já no período de dez anos compreendidos entre 1940 e 1950 o crescimento da população brasileira ficou em torno de 25,96%. Para o recenseamento de 1950 foram usados critérios mais precisos que os que antecederam, mostrando alterações salientes nessas porcentagens, com um índice de 63,84% da população total residindo no meio rural e de 36,16% no meio urbano.

Os dados censitários de 1940 revelam que 74,86% da população do estado de Minas Gerais residiam em áreas rurais, cifra considerada acima da média nacional, que era de 68,77%. Para os censos demográficos a partir de 1950, houve a inclusão da categoria suburbana relacionada aos habitantes das vilas – sedes distritais, que passou a ser computada em separado e incluída na totalização da população das cidades – sedes municipais. Há que se observar que a população rural é aquela que reside fora dos limites das cidades e vilas.

Deve-se acrescentar que os dados estatísticos não contradizem as duas categorias de população – rural e urbana – mas introduz uma terceira – suburbana – apresentando características bem parecidas com as da população do meio rural.

Camargo (1957) afirma que no período de 1940 a 1950 o crescimento relativo à população rural nas regiões e unidades da Federação não ultrapassou o da população total, mas nota-se a existência de uma enorme disparidade na desproporção verificada entre as duas décadas.

Segundo Werebe (1970) em 1950, em apenas 36% da área do território nacional concentrava-se 93% da população. Dados que demonstram um Brasil ainda despovoado na sua grandeza geográfica.

Um intenso fluxo migratório do meio rural para o urbano continuou ocorrendo na década de 50, sobretudo em razão do acentuado processo de crescimento econômico e da intensificação do processo de industrialização o que viria favorecer a mudança da capital para Brasília, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – População demográfica urbana e rural (Brasil/Minas Gerais – 1960/2000)

Brasil e UF	Situação / domicílio	VARIÁVEL = POPULAÇÃO (PESSOAS) – ANOS				
		1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	Urbana	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826	160.925.792
	% Urbana	45,09	55,98	67,70%	75,47%	84,36%
	Rural	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633	29.830.007
	% Rural	54,91	44,02	32,30%	24,53%	15,64%
	Total	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	190.755.799
	% Total	100%	100%	100%	100%	100%
Minas Gerais	Urbana	3.964.580	6.167.113	9.185.088	11.776.538	16.715.216
	% Urbana	39,80%	52,96%	67,28%	74,86%	85,29%
	Rural	5.995.460	5.477.982	4.466.764	3.955.423	2.882.114
	% Rural	60,20%	47,04%	32,72%	25,14%	14,71%
	Total	9.960.040	11.645.095	13.651.852	15.731.961	19.597.330
	% Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fontes: Para 1872, 1890 e 1920, ver: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Recenseamento geral do Brasil**, 1920, v. IV, 4ª Parte – População, o qual reproduz os dados dos censos anteriores sobre alfabetização. Para os demais censos: IBGE, **Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000**. O Censo de 1900 não foi considerado em razão da distorção resultante do sub-recenseamento de extensas áreas rurais. Sobre isto, ver o censo de 1920, v. IV, 4ª Parte – População, Ferrari (1985), *apud* FERRARO, 2009, p. 87).
Para o censo de Minas Gerais: IBGE – Censo demográfico.

Notas: 1) Para o ano de 1960: os dados referentes ao **Brasil** e à região **Sudeste** incluem a população da região de Serra dos Aimorés, área de litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo;

2) Para 1960 até 1980: população recenseada;

3) Para 1991 até 2000: população residente;

4) Para 2000: dados da Sinopse Preliminar.

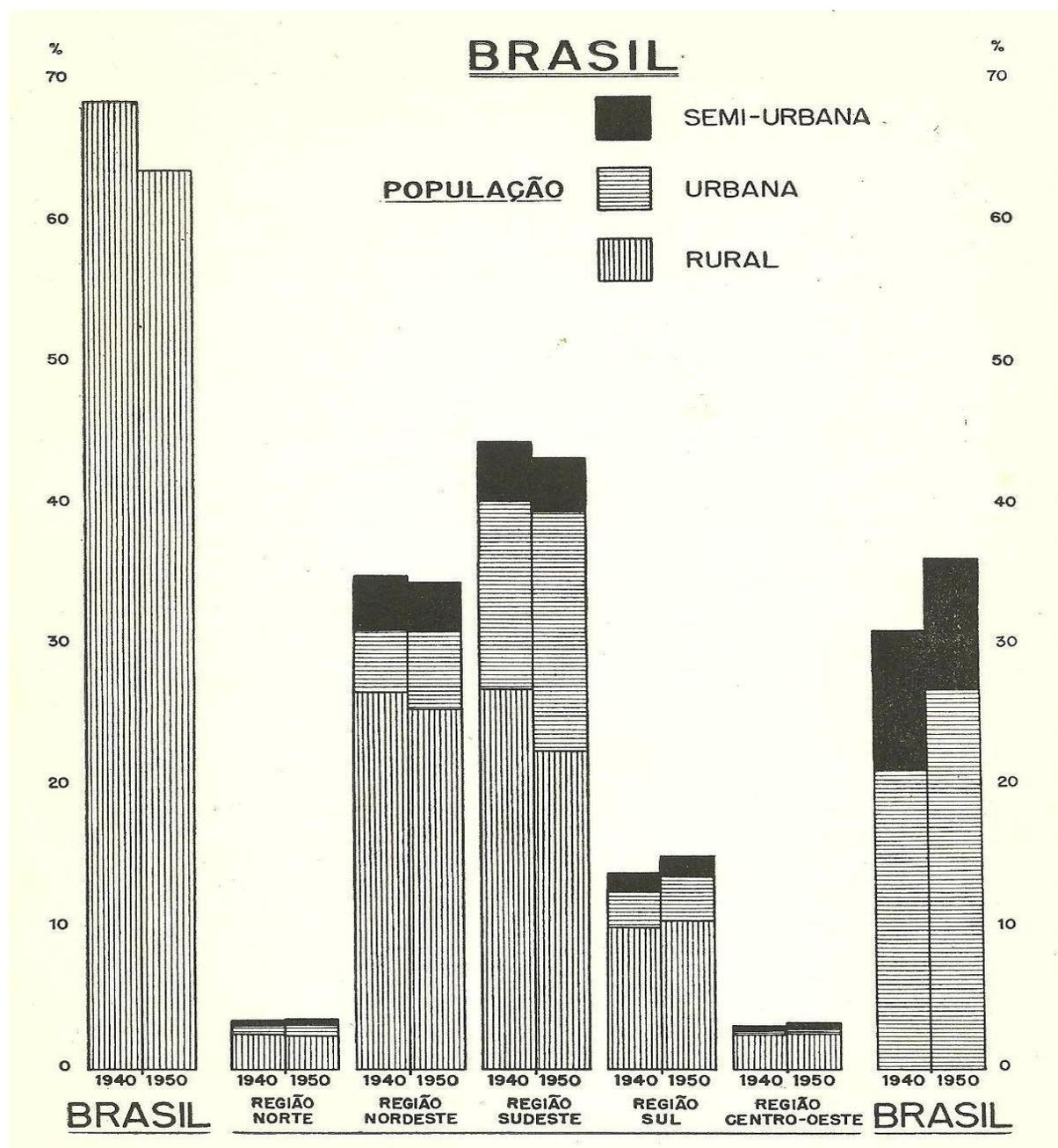
Em termos percentuais, 54,91% da população brasileira era rural em 1960, indicando que a cifra censitária para o meio urbano seria superior no próximo censo. Fato confirmado na virada do decênio seguinte, quando os dados estatísticos de 1970 assinalaram que apenas 44,02% da população brasileira residiam no meio rural.

A maior parte do crescimento demográfico urbano, entre 1960 e 1980, deveu-se ao intenso fluxo migratório rural-urbano. Somente entre 1960 e final dos anos 1980, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas, incluído o efeito indireto da migração, ou seja, os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades (BRITO, 2006, p. 223).

Para um período de vinte anos, considera-se a cifra apurada em 1960 bastante elevada, resultado de grandes modificações pelas quais passava a população brasileira.

“Foi na região Sudeste onde se verificou maior decréscimo da população rural relativamente à população total: perfazendo a primeira, em 1940, 60,5% da população total, abrangerá pouco mais da metade dez anos depois, ou seja, 52,1%” (CAMARGO, 1957, p. 22). É o que se observa no Gráfico 1.

Gráfico 1- Decréscimo da população rural no Brasil e regiões – 1940 -1950



Fonte: Camargo (1957, p. 23).

Fontoura (1945, p. 44) afirmou que uma das possíveis soluções para o êxodo rural seria a pequena propriedade, pois ela “significa trabalho livre e independência. Prende o indivíduo a terra, estimula o trabalho agrícola, desperta o amor à natureza e à ordem, fortalece o espírito de família...” Já naquele período de sua obra – ano de 1945 – o autor refletiu sobre a necessidade do governo desapropriar áreas não exploradas, acreditando ser o latifúndio causador da migração rural, uma vez que se concentrava a propriedade da terra nas mãos de poucos.

É importante ressaltar alguns aspectos das causas do êxodo rural, já anteriormente citados, como as de caráter econômico estrutural e as de caráter demográfico, propriamente ditas: progresso técnico na agricultura e o forte aumento natural da população rural, conforme relatado por Camargo (1957).

1.2.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICO, ECONÔMICO E CULTURAL DO ÊXODO RURAL NO BRASIL

Dentre as causas de caráter técnico-demográfico do êxodo rural no Brasil destacam-se o progresso técnico na agricultura e o aumento natural da população rural.

As causas advindas do progresso técnico da agricultura e pecuária ocorreram em consequência das inovações utilizadas no cultivo da terra, no tratamento pecuário, no beneficiamento de produtos e nos meios de transportes utilizados para a comercialização rural que se tornaram favoráveis à liberação de mão-de-obra até então utilizada no campo.

Quer aumentando diretamente a produtividade da terra, quer acelerando o processo da produção agrícola – desde a preparação do solo até a colocação dos produtos ao alcance do consumidor final – o desenvolvimento da técnica aplicada à agricultura vai possibilitar a saída de grande número de obreiros agrícolas, sem comprometer, de um lado, o equilíbrio entre as necessidades de alimentação da população em geral e as exigências das matérias primas da parte das indústrias de transformação e, de outro, os meios capazes de satisfazer essas necessidades (CAMARGO, 1957, p. 35).

Nesse sentido, o progresso técnico aplicado na agricultura teve um papel decisivo no desenvolvimento de vários outros setores econômicos da região rural (CAMARGO, 1957).

Em relação às causas advindas do aumento natural da população rural que, somadas à causa técnico-econômica, resultou numa produção maior para uma população

igualmente maior. População maior porque decorrente do aumento da natalidade e diminuição da mortalidade rural. Camargo (1957) explicou em sua obra que as necessidades da população rural àquela época – meados do século XX – não se restringiram, contudo, à alimentação. O ruralista desejava satisfazer outras necessidades e, por isso, produzia maior quantidade de alimentos necessários à sua vida e de sua família.

O resultado desse desejo em produzir mais para adquirir outros bens provocou o excesso de produtos agrícolas que não encontrou escoamento na própria zona rural forçando, então, os ruralistas a abandonarem suas terras e sua profissão. Enfim, o êxodo rural se processou, por essa causa analisada, em virtude do aumento da população rural que se mudou do campo para a cidade (CAMARGO, 1957).

As alterações econômicas estruturais no Brasil também podem ser apontadas como causas do êxodo rural uma vez que cada estágio, cada ciclo evolutivo do país – do pau-brasil à industrialização – foi preponderante para esse fenômeno. Afinal, a evolução econômica brasileira foi marcada por,

atividades da simples coleta, da agricultura monocultora e latifundiária, completada pela rudimentar fabricação de açúcar, da criação de gado, da extração de riquezas do subsolo, da agricultura ainda monocultora e de base altamente comercial até a complexa fase de transformação industrial (CAMARGO, 1957, p. 67).

À medida que os estágios econômicos foram evoluindo, a desruralização foi igualmente ocorrendo, sobretudo a partir de 1950 quando a modernização da indústria e o crescente desenvolvimento das cidades atraíram parcela significativa da população campesina.

Essas migrações tiveram impulso em decorrência, principalmente da cafeicultura paulista que atuou como principal atração desse movimento que desencadeou na expansão do êxodo rural, havido na região Sudeste. Atraídos pelas indústrias a população rural sudeste abandonaria o campo, provocando outra consequência: a necessidade de contar com outros agricultores de outras regiões para o cultivo da terra. Essas migrações inter-regionais ocorreram, portanto de agricultura para agricultura e de agricultura para a indústria (CAMARGO, 1957).

1.3 A ESCOLA RURAL NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

Ao iniciar a República uma nova relação de poder com propostas de rompimento com os ideais do regime político monárquico se implantara no Brasil, sendo a educação foco de inspiração dos republicanos.

O elevado índice de analfabetos àquela época justificaria a necessidade de ações para mudar esse quadro e tornar acessível a oferta de instrução primária à população brasileira, acabando com esse grande mal herdado do Brasil Imperial.

Para Farhat (1984), o atraso na expansão da educação e, conseqüentemente, o analfabetismo existente no país, foi uma herança deixada pelos governantes do período Imperial. A Educação foi tratada por Dom Pedro II com descaso e indiferença, ao deixar o reinado com 90% da população brasileira de analfabetos. Essa situação prosseguiu no início da República quando o presidente Deodoro da Fonseca encaminhou ao Congresso o programa de governo sem que nele constasse “nem uma vez, a palavra Educação, ou Ensino” (FARHAT, 1984, p. 17).

O combate ao analfabetismo também era visto como uma necessidade para combater o atraso, propiciar o desenvolvimento da nação brasileira, consolidar os princípios da democracia representativa e o crescimento da indústria nesse início de República.

O ideário republicano propunha a difusão da instrução primária para consolidação do novo regime e também para formar novos leitores, uma vez que a constituição restringia o voto do analfabeto. Dessa forma, fez-se necessário a propagação da instrução com o intuito de alfabetizar a população e aumentar o quantitativo de pessoas aptas a votar.

Acrescenta-se a essa intenção de aumentar o número de eleitores no Brasil, a junção de dois movimentos ideológicos que foram desenvolvidos pelos intelectuais das classes que dominavam o país: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. O entusiasmo refere-se ao aspecto quantitativo, à ideia de expansão da rede escolar; o otimismo refere-se à melhoria didática e pedagógica das escolas (GHIRALDELLI JR., 1990).

Esse desejo de renovação em decorrência da mudança do regime político fez com que os intelectuais brasileiros participassem da instalação da República e iniciassem uma série de discussões relacionadas a temas que pudessem modernizar o país, dentre eles “a educação popular, que se resumia na desanalfabetização da população. (...) no bojo dessa discussão emergiu o entusiasmo pela educação, insistindo na ideia de que os problemas no país só

poderiam ser resolvidos com a extensão da escola elementar ao povo” (GHIRALDELLI JR., 1990, p. 16).

Contudo, houve desinteresse por parte dessas lideranças brasileiras em relação à escolarização rural e a concentração dos esforços políticos, nas primeiras décadas do século XX. Verifica-se, portanto, que a República deixou a desejar nos aspectos sociais da população geral, pois não possibilitou uma instrução adequada aos rurícolas, uma instrução similar à oferecida aos cidadãos que viviam nas cidades (LEITE, 1999).

De acordo com Leite (1999), a sociedade do Brasil só despertou para esse problema em virtude da migração que ocorreu nos primeiros decênios do século XX, quando rurícolas deixaram o campo e se dirigiram para os centros urbanos.

Do império, os republicanos herdaram escolas de ler e escrever que muitas vezes, era a extensão da casa do professor, outras vezes funcionava em igrejas, cômodos de comércio, com pouca ventilação e luz, onde o aluguel ficava por conta do mestre-escola³ (BUFFA; PINTO, 2002).

Àquela época os autores ora citados afirmam que os mestres-escolas de primeiras letras, não tinham preparo adequado para o magistério, mas esforçavam-se com seu insignificante rendimento mensal para transmitir aos seus alunos os ensinamentos da leitura, escrita, cálculo e doutrina cristã.

E assim, a população, até então desprovida de conhecimentos precisava ser atingida a fim de ter condições para se desenvolver profissional e intelectualmente. Nesse sentido, Farhat (1984) reforça a necessidade e importância da educação nesse contexto.

Só se dá de fato algo ao homem quando se o educa. Só lhe abrimos o caminho da fartura ou da prosperidade, quando o equipamos intelectualmente, e profissionalmente. Só o ajudamos definitivamente, por toda a vida, quando o instruímos. Só lhe damos um amparo verdadeiro, durável pela longevidade de seus dias, quando lhe oferecemos a oportunidade de saber, poupando-o da precisão dos amigalhados favores do Estado, ou da caridade (FARHAT, 1984, p. 8).

A primeira Constituição Republicana descentralizou o ensino escolar primário proposto pelo Ato Adicional de 1834, em que as Províncias seriam as principais responsáveis em manter e legislar sobre a instrução pública elementar.

³ Os mestres-escolas tiveram um papel significativo na Educação Rural do Município e correspondem a um dos objetos deste estudo. O caminho que esses profissionais autônomos traçaram para o desenvolvimento da educação primária rural foi abordado, de forma específica, no item 3.1, desta pesquisa.

A descentralização escolar, definida em 1834, foi reafirmada na Constituição de 1891, apesar das fartas e antigas denúncias, dos extensos diagnósticos e das estatísticas que revelavam o desastre que representava para o ensino elementar. Permaneceu como responsabilidade específica agora dos estados manterem e legislar sobre a instrução pública elementar. Mais uma vez o governo central ficava ‘impedido’ de auxiliar os governos locais nessa tarefa, mas reservava o direito de criar escolas superiores e secundárias nos estados, cuidando para não tolher a ação do poder local (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 105).

Decorreu daí, “uma grande diversidade da situação do problema em cada uma das unidades federadas, apresentando, naturalmente, índices mais favoráveis as que desfrutam de melhores condições econômicas” (LEMME, 2004, p. 37).

Foi o caso de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro que no início da República se encontravam com situação política e econômica satisfatória em relação aos demais estados da federação.

Portanto o ensino primário àquela época desenvolveu com mais amplitude nas regiões mais ricas do Brasil, o que significou “um incipiente e desigual combate ao analfabetismo nas diversas regiões do país” (INÁCIO FILHO, 2002, p. 45).

Frente a esse caos educacional no Brasil herdado do Império, o regime republicano “se viu diante de uma tarefa por fazer, a da configuração da escola pública, seja em nível quantitativo e qualitativo, seja em termos de recursos humanos para socorrê-la, seja por meio dos edifícios escolares etc.” (ARAÚJO, 2006, p. 235).

No início da República, a situação do estado de Minas Gerais agravava em razão dos efeitos da crise cafeeira iniciada em 1896. Diante dessa realidade, o Presidente do Estado Francisco Sales, visando superar esse momento conflituoso, organizou em Belo Horizonte, em maio de 1903, o primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial convidando representantes de diversos setores produtivos (SILVA, 2011).

Segundo Silva (2011), foi nesse Congresso que o ensino agrícola surgiu como opção para superar o problema do mercado de trabalho no meio campesino. Despontam, assim, “propostas de educação para o meio rural, como uma das partes integrantes do projeto modernizador mineiro, ao redefinir o problema da formação do trabalhador rural a partir do ensino técnico” (CARVALHO, 2011, p. 82).

De acordo com Silva (2011, s.p.), parte dos congressistas, “viam na educação profissionalizante dos trabalhadores de cada setor produtivo da economia do Estado a melhor solução

para o problema da organização do trabalho, principalmente nos campos, [...] a lavoura era tratada como a mais importante fonte geradora da riqueza de Minas Gerais.”

O foco inicial para esse empreendimento consistia na proliferação da instrução agrícola como meio de garantir a permanência do homem rural no campo. Parte-se do pressuposto iluminista que essa transferência do saber técnico possibilitaria “a tarefa de promover o progresso e a *civilização* do país” (SILVA, 2011, s.p., grifo do autor).

A partir dessa constatação, verificou-se no Congresso de 1903, que a “educação e profissionalização passam a se constituir num binômio inseparável, pois cabe à educação promover o ensino profissionalizante, o que garante o aumento da capacidade produtiva e, simultaneamente, forma o cidadão e fornece-lhe as condições de prosperar por meio do trabalho” (CARVALHO, 2011, p. 82).

Contudo, a expansão do ensino primário e o estabelecimento da aprendizagem agrícola iniciam-se, com mais ênfase, a partir da construção do primeiro grupo escolar em Belo Horizonte, em 1906, pelo Presidente do Estado: João Pinheiro.

Araújo (2006) afirma que as primeiras edificações denominadas de grupos escolares aconteceram no estado de São Paulo no ano de 1893, no Maranhão em 1903 e em Minas Gerais no ano de 1906, expressando o esforço dos republicanos na disseminação da escola pública. De acordo com Ribeiro (1991) essa melhoria não foi apenas quantitativa, pois possibilitou a introdução do ensino graduado e das escolas-modelo no País.

Essas construções atenderam primeiramente as cidades com maior índice populacional, justificada pela necessidade urgente de expansão da escola primária, “aglutinando num mesmo prédio as antigas escolas isoladas, organizando a docência em torno de séries escolares que passavam a corresponder ao ano civil e eram concluídas pela aprovação ou retenção em exame final” (VIDAL, 2006, p. 8).

Posteriormente, de acordo com Souza (2008)

Nos anos que se seguiram à proclamação da República, em vários estados brasileiros, os governos estaduais buscaram implementar reformas da instrução pública, visando a instruir um moderno aparelho de ensino para a promoção da educação popular. De modo geral, os dispositivos legais incorporaram os princípios liberais de educação, estabelecendo a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário, o caráter laico da educação e fixando o compromisso formal do poder público em ampliar as oportunidades educacionais mediante a multiplicação das escolas e a elevação do número de matrículas (SOUZA, 2008, p. 37).

Em conformidade com a Reforma do Ensino Primário feita pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva - Lei nº 439 de 28 de setembro de 1906, o ensino primário seria gratuito e obrigatório, e ministrado em escolas isoladas, grupos

escolares e escolas-modelo anexas às escolas normais. A referida Lei cuidou, ainda, de outros aspectos importantes, como: maior controle dos professores pelos inspetores escolares; a introdução de disciplinas ligadas à agricultura; alterações na formação dos professores (MINAS GERAIS, 1906a).

O grupo escolar passou a constituir uma nova forma de organização dos espaços escolares, sendo as construções imponentes e edificadas de acordo com os modernos preceitos arquitetônicos da época; geralmente ocupando quarteirões inteiros, próximos a igrejas, fóruns e na parte central das cidades, onde pudessem habitualmente concentrar maior número de pessoas, difundindo, dessa forma, o ideário republicano dos novos tempos.

As comunidades campestres continuaram esquecidas pelos entes governamentais, uma vez que o processo de expansão dos grupos escolares atendia os locais com maior concentração de pessoas. Dessa forma, as cidades foram beneficiadas e, apesar da abrangência legal, a educação primária do campo ficaria menosprezada em razão da vastidão do estado de Minas Gerais.

Nesse primeiro decênio do século XX, em mensagem dirigida ao Congresso Mineiro, o Presidente do Estado, João Pinheiro da Silva, vislumbrou uma nova educação campestre voltada para modificar o modo de pensar das crianças escolares rurais, fazendo-as compreender que o mínimo de esforço aliado à inteligência lhes garantiria o sustento para sobrevivência.

Habituar as crianças das escolas do campo, desde os verdes anos, a se familiarizarem com os modernos maquinismos agrícolas, como se está fazendo: retirar-lhes dos olhos os antigos instrumentos de trabalho aviltados pela escravidão, a enxada e a foice, que lembram, com esse aviltamento, a razão da pobreza dos homens livres de agora; fazei-as compreender que estes novos maquinismos lhes garantem a bela independência dos que do seio da terra, com o mínimo esforço aliado a maior inteligência, tiram a própria subsistência – é, certamente, ter prestado a grande massa do povo incalculável benefício (MINAS GERAIS, 1908, p. 40).

De acordo com Paiva (2003), no início do segundo decênio do século XX, a educação rural começou a ocupar lugar de destaque dentre os problemas sociais, chegando a unir agraristas e industrialistas numa mesma causa. Àquela época, houve um crescimento da população rural rumo aos locais com maior concentração de pessoas, ocasionando o inchaço das cidades e chamando dos políticos e educadores para o problema do êxodo rural.

O processo de industrialização acelerou essa migração campesina para os lugares urbanizados, preocupando as lideranças locais que via, na expansão da escola rural, uma maneira de fixar o homem do campo ao campo, evitando assim, problemas sociais na cidade.

Havia, contudo, descaso com a educação do meio rural. É o que se observa na mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Fernando de Mello Vianna ao Congresso Mineiro em 1926: o ensino primário no meio campesino àquela época tinha apenas a função de alfabetizar.

Para um grande número de crianças, especialmente nas populações rurais, tem o ensino primário à finalidade exclusiva da alfabetização. Essas populações, entregues aos trabalhos dos campos, a lavoura e a criação, e a outros misteres onde não era exigida grande cultura intelectual, basta-lhes que saibam ler, escrever e contar. Verifica-se, então, que, nas escolas rurais, era escassamente frequentado o 3º ano primário e, raríssimas vezes, o era o 4º ano (REVISTA MINEIRA DE EDUCAÇÃO, 1926, p. 73).

Foi nos anos 20 do século passado, segundo Nagle (1974), que surgiram educadores e intelectuais empenhados em debates e propostas de reformas da educação, quando a mesma foi percebida como um problema nacional.

Àquela época, o ensino no meio rural visava responder as necessidades do homem campônio e reforçava sua fixação no campo, fornecendo conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura ou na pecuária e, ainda, nos seus afazeres diários.

É por esse caminho que a ruralização do ensino significou, na década dos vinte, a colaboração da escola na tarefa de formar a mentalidade de acordo com as características da ideologia do “Brasil-país-essencialmente-agrícola”, o que importava, também, em operar como instrumento de fixação do homem no campo (NAGLE, 1974, p. 234).

Para Nagle (1974), a ruralização do ensino nessa mesma década visava colaborar com o homem no sentido de que seu pensamento voltasse para o campo por meio de um ensino com características regionalizadas.

[...] a ruralização do ensino, na década dos vinte, constitui mais uma ideologia em desenvolvimento. Isso quer dizer que vai progressivamente se estruturando como um corpo de ideias por meio das quais são encobertos determinados interesses, mas de maneira que, nesse decênio, os resultados práticos ainda não se manifestam inteiramente, no sentido de fornecerem uma conformação especial às instituições escolares (NAGLE, 1974, p. 235).

Não obstante os expressivos avanços verificados na proliferação da educação primária das unidades federadas, há que se observar que até a década de 30 do século XX, não havia uma organização baseada em um sistema nacional quanto à estrutura do ensino existente àquela época. “Herdeiro da descentralização imperial, o ensino estava organizado em sistemas estaduais, sem articulação legal com o sistema central, funcionando relativamente independente⁴ de uma política nacional de educação” (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 82-83).

Minas Gerais embora apresentasse índices de analfabetismo inferior à cifra de analfabetos da população brasileira, computava em 1922 apenas “2.061 escolas isoladas, 150 grupos escolares e duas escolas infantis” (BARBOSA, 1979, p. 555). Os dados censitários do Brasil em 1920 assinalam 65,3% de analfabetismo para as pessoas de cinco anos e mais de idade.

Diante dessa realidade os governantes trabalharam para o desenvolvimento do ensino, sobretudo, o primário, sendo que o grande salto ocorreu no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), cujo Secretário do Interior e da Justiça – que cuidava das questões da Educação – foi Francisco Luís da Silva Campos que realizou uma reforma radical, multiplicando o número de escolas primárias e normais e criando condições ideais para o professorado mineiro no sentido de elevar o nível e a eficiência do ensino no Estado (BARBOSA, 1979).

“Nesse período foram criadas 3.355 escolas, sendo 2.482 rurais” (PEIXOTO, 1983, p. 155). Ao término do mandato de Antônio Carlos existiam 5.173 escolas ofertantes do ensino primário em Minas Gerais.

Procurou-se, assim, oferecer ao povo mineiro, uma educação almejada pela população do Estado, pois se pressupõe, de acordo com Leão (1940), que a educação possa modificar o homem e sua conduta e que não deve ser alheia ao ambiente e à realidade física e social daquele que a recebe. “Daí a inocuidade da mera alfabetização feita em livros estranhos às preocupações mentais e sociais dos alunos” (LEÃO, 1940, p. 171).

À época da obra de Smith (1946, p. 395) a educação já figurava “entre as maiores tarefas e o progresso educativo entre as maiores esperanças da sociedade.” Nesse sentido, é que a escola rural e o ensino repassado por ela devem conjugar conhecimento e realidade

⁴ Era uma independência relativa, uma vez que a legislação referente ao Município da Corte, e posteriormente Distrito Federal, centro político e cultural do país, funcionava como um modelo, geralmente seguido em todo o território nacional.

vivenciada pelos ruralistas uma vez que a escola e a educação têm uma importância primordial para os indivíduos.

A escola não deve ser apenas um local para se aprender a ler, escrever e contar e sim um local que possibilite a aquisição de habilidades compatíveis à realidade de seus alunos. A educação a ser transmitida numa escola é bem mais abrangente e pode ser condutora de uma sociedade melhor (LEÃO, 1940; SMITH, 1946).

Souza (2004, p. 2) afirma que em meados do século XX, os grupos escolares acompanharam o processo de democratização do ensino público “tornando-se a modalidade de escola primária no país”, havendo, contudo, a participação de outros estilos de escolas, sobretudo as localizadas nos bairros populares das cidades e nas zonas rurais.

Essa escola rural deveria ser capaz de conduzir o homem do campo a se modificar e a modificar e a transformar o seu próprio meio, contagiando a comunidade no seu entorno e fazendo-a a melhorar na prática os bons hábitos necessários a boa convivência, assim, como os hábitos relacionados à boa higiene. A mesma escola contaria com outras instituições no auxílio da transmissão do conhecimento e da educação de forma geral, dentre as quais, a família.

Desta feita, concorda Silva (1984, p. 154): “A educação é dever solidário: só pode ser feita com a participação de todos; cabe a cada um cumprir seu papel; a soma de esforços levará a resultados surpreendentes.”

No intuito de desempenhar funções relacionadas à transmissão de conhecimento de geração para geração, a família era considerada uma das mais importantes instituições no processo educacional. Havia uma divisão de trabalho educativo em que a família era responsável na transmissão de matérias ligadas ao cultivo da terra e a escola instruía as crianças no tocante aos aspectos culturais urbanos (SMITH, 1946).

A escola é considerada como a primeira das instituições educativas da sociedade e ocupa um lugar correspondente à sua importância. Além da escola o processo educativo da zona rural é feito ainda por meio da Igreja, jornais e revistas, do rádio, cinema, bibliotecas e muitas outras associações e instituições (SMITH, 1946, p. 395).

Essa tradição do processo de aprendizagem da profissão do homem do campo com a própria família permanece ainda nos tempos mais recentes. Em pesquisa efetuada no final da década de 90 do século passado, junto a alunos matriculados em escolas do meio campesino, moradores das comunidades rurais e professores de escola rural de nove

municípios do Alto Paranaíba, Minas Gerais, por Sérgio Celani Leite (1997), o professor e autor constatou que a maioria dos alunos aprendeu a trabalhar no campo com os pais e irmãos.

Assim, o núcleo familiar além de ser o responsável pela produção e subsistência própria, manifesta-se também como o elemento ‘educador’ mais forte ou de maior peso, uma vez que a transmissão das experiências e conhecimentos não se dá somente em nível de trabalho/profissão, mas principalmente de uma cultura, de uma práxis campesina, de valores sociais que são repassados de geração a geração (LEITE, 1997, p. 4).

A família sempre foi considerada, como se vê, uma instituição importante no processo educacional dos alunos da escola rural não só pelo apontado por Smith (1946): transmissão de matérias ligadas ao cultivo da terra, mas também, por ser incentivadora da educação rural de suas crianças. Entretanto, em pesquisa realizada na década de 80 do século XX por Brandão (1984), junto aos pais dos alunos do campo, constatou-se, que esses pais acreditavam que o estudo de seus filhos, na escola rural, iria conduzi-los a outra profissão diferentemente da rural.

A escola não é percebida como um agente de formação do trabalhador rural, primeiro porque de fato nada ensina a respeito; segundo porque ela é compreendida como o lugar da contra-educação rural, ou seja, como o lugar onde a criança aprende para poder deixar de “lidar com a terra”; terceiro porque entre subalternos, em geral, a escola não é compreendida como um agente de formação profissional, mas de informação instrumental daquilo que é necessário adquirir para então se aprender uma profissão: ler escrever e contar (BRANDÃO, 1984, p. 222).

Ressalta-se que essa é a opinião de um grupo pesquisado e não reflete o pensamento do homem do campo na sua totalidade, mas que não deve, também, ser desprezada.

Não é compreensível a escola rural ser modelada pela escola urbana. A escola rural pressupõe estimular a criança para gostar da terra, com conhecimentos práticos para a exploração do solo. Professores citadinos com seus costumes e formação estão preparados para trabalhar as exigências da cidade, não conseguindo repassar os ensinamentos de um currículo que vá ao encontro das necessidades campesinas. Dessa forma, trabalham alheios aos interesses dos alunos e da comunidade (TORRES, 1943).

A organização do ensino urbano não satisfaz as necessidades do meio rural, sendo insuficiente, qualitativa e quantitativamente. O professor urbano não influencia, de forma positiva, a fixação do homem rural, no campo, uma vez que é desambientado naquele meio.

Em vez de despertar o interesse para as práticas rurais, esse professor acaba por influenciar, de forma negativa, o campesino, contribuindo, assim, para o despovoamento rural (SCHMIDT, 1942).

Desde sempre foi preciso trabalhar junto às populações rurais a necessidade do aprendizado de suas crianças o que leva muitos autores a acreditar que a escola rural foi e pode ainda ser condutora da alfabetização do homem mesmo não representando solução necessária para que o campesino pudesse ter uma vida cultural similar ao homem da cidade (FONTOURA, 1945).

Além de combater o analfabetismo rural, tornou-se urgente a realização de “uma revolução de hábitos e processos educacionais, no sentido de tornar o campônio uma criatura útil a si mesma e à sua família, bem como um elemento de progresso da comunidade” (FONTOURA, 1945, p. 3). Era importante, segundo o autor, proporcionar ao homem do campo uma vida mais feliz e útil.

Fontoura (1945) afirmou que a escola rural não solucionaria todos os problemas do homem campestre, mas ela seria capaz de soerguer o campo por cinco razões principais:

- a) por ser a única instituição que possui força social organizada no meio rural;
- b) por ter condições de penetrar com certa facilidade nos mais distantes lugares;
- c) por exigir recursos mínimos para instalação e manutenção se comparados ao que se gasta para construir imensos prédios nas cidades;
- d) por atuar, de forma mais específica, com os jovens que possuem mais disposição e não carregam derrotas pelas lutas que vivenciaram;
- e) por possibilitar às autoridades educacionais meios de verificar as necessidades mais urgentes do meio rural com os vizinhos da instituição, adaptando a escola com condições capazes de satisfazer ou atenuar essas necessidades.

A escola rural diferenciava-se da escola urbana à medida que o professor que nela trabalhava deveria ter uma preparação específica relacionada às “condições intrínsecas do meio natural e cultural” (LEÃO, 1940, p. 223).

Ainda segundo o autor ora citado, a instrução na escola rural objetiva, antes de tudo, o ajuste ao meio ambiente social. Havia urgência, dessa forma, de preparo adequado para a vida campestre. Aspectos como ler, escrever e contar, apesar de constituírem atividades indispensáveis ao ensino, “passam a ser instrumentos e não finalidade, veículos para a obtenção de conhecimentos, habilidades, atitudes e não objetivos exclusivos da escola (LEÃO, 1940, p. 223).

A escola rural, àquela época, deveria ser capaz de ensinar o camponês a trabalhar, a ajudá-lo em sua vida econômica, a despertar-lhe o entusiasmo e desejo de progredir, a avivar-lhe a fé e a moral (FONTOURA, 1945).

A escola rural deveria também, de acordo com Souza (1936), incentivar a agricultura demonstrando que o País poderia se transformar positivamente à medida que transmitisse a seus alunos o dever de se preocuparem com a terra, independente das profissões e atividades que escolhessem.

Porém, ouvindo algumas autoridades do país daquela época, Fontoura (1945), constatou que a maioria acreditava que a escola rural era apenas a escola urbana transportada para o meio campesino.

Nesse mesmo estudo e, agora, junto aos pais dos alunos, Fontoura (1945) verificou que eles consideravam a escola inútil para os seus filhos. Para esses pais, segundo o autor, a escola permanecia no terreno da teoria, pois os livros, os programas e os pensamentos dos professores estavam voltados para a cidade, ignorando, portanto, a realidade rural.

Fontoura (1945) ainda constatou, junto aos pais dos alunos, que a escola rural naquela época, em nada concorria para o desenvolvimento e progresso do campo, por isso era olhada com certo desprezo pelos habitantes locais. Havia, portanto, urgência em reformar o sistema escolar e trabalhar no sentido de implantar outra política de educação rural possibilitando, assim, a existência de uma verdadeira escola campesina (FONTOURA, 1945).

Na análise de Torres (1943), as poucas escolas existentes rurais à sua época, estavam longe de alcançar os objetivos aspirados em razão da inadequação dos prédios, mobiliários deficientes, programas impróprios e professores com formação urbana que se dirigiam para o meio rural. O professor rural teria que ser desprezado, um construtor antes de tudo. Propunha ser o mesmo oriundo da região campesina e não do meio urbano, onde a vida estava cheia de confortos (TORRES, 1943).

Para Fontoura (1945) a escola rural deveria ter uma função social, característica também considerada necessária para Silva, (1952) uma vez que a escola rural sempre foi um órgão capaz de vincular a criança ao meio físico e histórico-cultural em que o aluno vive, além de atender, também, aos interesses do país ao formar cidadãos capazes de contribuir com o seu desenvolvimento.

O autor Archêro Júnior (1961, p. 105) conjuga do mesmo ponto de vista dos dois autores referenciados e afirma: “o ato de educar não interessa apenas o mestre e o aluno, mas toda a coletividade.”

A escola primária existente no meio rural deveria ter como função precípua, a educação em tempo integral e, ainda, oferecer ensino que correspondesse às necessidades e características da vida campestre, adaptando o indivíduo à realidade do lugar e fixando-o àquele meio ambiente.

Silva (1952) salientou para o fato de que em meados do século XX a Escola Primária Rural, em muitos casos, era a única escola que a população rural poderia contar, resultando, assim, na importância de sua função e de seus inúmeros objetivos, dentre os quais, a autora destacou:

- a) educar a criança em benefício do progresso rural, independente da atividade que ela fosse exercer;
- b) dar à criança conhecimento ideal para a vida e progresso no meio rural;
- c) manter no aluno o amor a terra e às atividades produtivas que lhe dariam vantagens econômicas;
- d) demonstrar o valor da cooperação combatendo o individualismo;
- e) oferecer iniciação agrícola de forma a atender ao interesse da comunidade local e a adaptação da escola àquele meio.

A escola rural daquele período, meados do século XX, deveria, também, segundo Silva, (1952):

- a) atentar para o problema de higiene, de alimentação e de doenças endêmicas;
- b) influenciar no ambiente familiar em relação à decoração, higiene etc.;
- c) incentivar a proteção à natureza, ao equilíbrio biológico, ao reflorestamento local;
- d) valorizar a mulher, pois a ela cabia o papel de formar moralmente e socialmente as novas gerações, além de tornar os lares atraentes.

Para atingir esses objetivos elencados pela autora, não havia necessidade do professor ter uma formação específica, bastando possuir conhecimentos gerais e sólidos fundamentos para identificar problemas e orientar os alunos e suas famílias (SILVA, 1952).

Apesar da não exigência dessas especialidades – sociólogo ou agrícola – nem sempre as escolas rurais do Brasil conseguiam contratar professores dispostos a lecionar em regiões distantes do desenvolvimento urbano.

Vários fatos que ilustravam essa realidade brasileira foram abordados no livro que trata da vida e da obra de Helena Antipoff⁵, pelo seu filho Daniel Antipoff (1975). O autor relata que no ano de 1947, a pedagoga foi abordada pelo prefeito de Brumadinho, cidade do interior de Minas Gerais, que a ela expôs sua dificuldade em encontrar professores disponíveis e preparados para lecionar na zona rural. Afinal, ganhava-se pouco para essa atividade e, muitas vezes, a sede da escola ficava distante de onde os professores moravam. O prefeito assim expôs à pedagoga:

Aproveito as poucas professoras que se apresentam a mim, após rápida entrevista feita pela Inspetora do Grupo Escolar da cidade, durante o mês de janeiro de cada ano. Ninguém mais quer trabalhar na zona rural, a não ser umas poucas mocinhas de meio social pobre e que já moram em fazendas. O trabalho é árduo. Não há condições e a caminhada a pé, diariamente, é penosa (ANTIPOFF, 1975, p. 158).

Como forma de auxiliar não só aquele prefeito de Minas Gerais, mas os de outras várias localidades do Estado, é que Helena Antipoff pediu audiência na Secretaria da Educação e lá foi convidada a participar do Serviço de Ensino Rural em que seriam examinados projetos para edificação de escolas rurais.

A pedagoga sugeriu a assinatura de um convênio entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação a fim de arrecadar verbas para a organização de cursos de treinamentos aos professores leigos (ANTIPOFF, 1975).

A existência de professores leigos no meio rural era uma realidade do tempo de Helena Antipoff e continuou a ser por várias décadas conforme comprovação de um estudo realizado por Brandão (1984), na década de 80 do século XX, sobre a cultura camponesa e a educação rural. O autor afirmou que nessas regiões campesinas havia inúmeros professores leigos que, cientes de sua importância em relação ao ensino da região não se denominam

⁵ Helena Antipoff (1892-1974) era uma pedagoga e psicóloga russa que se mudou para o Brasil em 1929 a fim de trabalhar na área da educação, a convite do governo de Minas Gerais, para tomar parte da reforma de ensino denominada Reforma Francisco Campos-Mário Casassanta. A pedagoga tinha vários interesses pela educação, dentre eles, pela educação rural, seus alunos, professores e demais habitantes do lugar. A educadora tinha como um de seus objetivos tornar a escola rural um local capaz de utilizar métodos adequados que permitissem fixar o homem do campo em suas terras. Para Helena Antipoff os alunos e professores de uma escola rural deveriam se envolver em atividades que fossem capazes de aliar teoria e prática rural. As suas reflexões sobre o ensino rural foram aplicadas, na década de 50, de forma extensa na organização da Fazenda do Rosário, denominada “cidade rural”, local onde moradores transformavam-se em cidadãos de padrão mais apurado sob o ponto de vista: cívico, econômico e cultural (CAMPOS, 2003).

leigos uma vez que quando falam de educação, professores são eles: em vez de títulos, possuem o saber do ofício (BRANDÃO, 1984).

“Entre um lavrador velho e especialista no ofício, que aos mais moços ensinam com paciência [...], e o professor leigo que – lavrador também – repete na escola lições que chegam prontas, existe o fato de que ambos são pessoas do lugar” (BRANDÃO, 1984, p. 158).

Em Minas Gerais, e ainda no decênio dos anos 30, Carvalho (1934) afirmou que ao espírito jovem do magistério mineiro rural havia uma movimentação notável de adaptação e de reajustamento.

Este, no sentido de integrar os professores na corrente de ideias que agitam a pedagogia atual, tendendo a educar a criança como criança, a racionalizar o ensino das coisas que ela precisa saber, dentro da experiência e da curiosidade infantil; aquele, no sentido de educar a criança para melhor viver no meio em que vai desenvolver a sua atividade social, fazendo da escola, sobre um intermediário e complemento da educação familiar, uma espécie de prefácio da vida prática (CARVALHO, 1934, p. 13-14).

Àquela época, década de 30 do século XX, o estado de Minas Gerais, assim como os demais estados do país, eram compostos de uma maioria de gente do campo e, nesse sentido, os professores deveriam buscar então, adaptar e reajustar o que lecionavam à realidade do campo (CARVALHO, 1934).

Para Carvalho (1934) a riqueza de Minas Gerais era proveniente do campo, a renda do Estado vinha da agricultura, dos rebanhos e a palavra adaptação encontraria no meio rural e na escola do campo a sua maior eficiência. Se a escola rural daquela época já fosse considerada uma escola antiga ela preparava o campônio para, segundo o autor, apenas assinar seu nome e dar-lhe elementos capazes de efetuar as quatro operações, o resto que lhe foi ensinado, o homem rural esqueceria com o tempo, pois não se adaptaria à sua realidade.

Os professores da escola rural de Minas Gerais – em sua maioria quase absoluta, professoras – eram leigos, de pouca cultura e que, muitas vezes, faziam “do magistério meio de auxiliar o marido lavrador a educar uma prole numerosa” (CARVALHO, 1934, p. 20).

Dessa realidade exposta por Carvalho (1934), verifica-se que nas escolas rurais mineiras o que se encontrava era uma professora rural de boa formação moral e bastante paciente, mas pouco preparada para lidar com os alunos o que, conseqüentemente, resultava em evasão escolar e repetência.

Havia também, na escola mineira rural uma carência não só do preparo do professor como também da adaptação da escola rural à realidade do campo.

O que um menino aprende na cidade é o mesmo que aprende na roça. É preciso diferenciar. Quer dizer, é preciso formar a professora urbana dentro de uma orientação diversa da professora rural, porque a escola é continuação da família e preparação para a vida social, e deve desenvolver no menino do campo uma personalidade campesina, com princípios de orientação profissional. É uma questão de bom senso (CARVALHO, 1934, p. 20-21).

Outra questão que diferenciava a educação rural da urbana foi também comentada por Carvalho (1934) em sua obra: os alunos das escolas urbanas contavam, muitas vezes com uma professora particular a fim de reforçar as disciplinas com as quais tinham mais dificuldades de aprendizado. Por sua vez, os alunos das escolas rurais além de não terem como mestres professores devidamente preparados, não contavam com professor particular como meio condutor de recuperação do aprendizado. Essa possibilidade do professor particular nem era cogitada no meio rural.

Muitas vezes, a escola rural era para o aluno o complemento de sua vida doméstica junto aos pais e irmãos. Na escola a criança aprendia “não só a ler, como a tomar banho, a preparar os alimentos, a arranjar com arte a própria casa” (ARCHÊRO JÚNIOR, 1961, p. 129).

O autor prossegue afirmando que a escola era também considerada como o centro social da comunidade rural. Muitas vezes, as portas das escolas rurais eram abertas quando não havia aulas; no período de férias, aos domingos e feriados, para a realização de reuniões e algumas atividades de lazer (ARCHÊRO JÚNIOR, 1961).

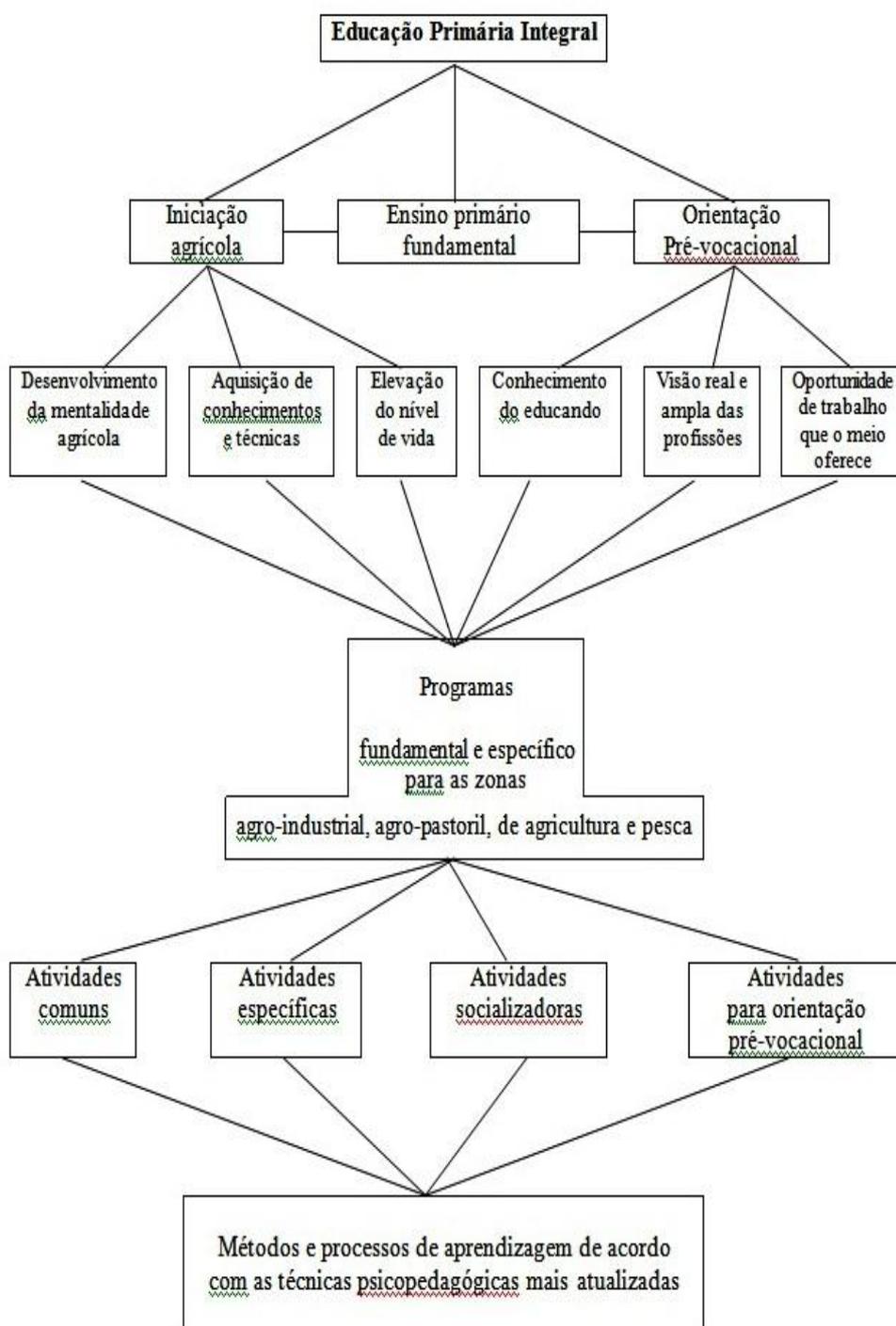
A escola rural tinha, em meados do século XX, como um de seus objetivos considerar a realidade de cada local e proporcionar às crianças campesinas conhecimentos relacionados à agricultura e formando, no aluno, hábitos e atitudes a fim de criar nos alunos do meio rural uma mentalidade agrícola (ARCHÊRO JÚNIOR, 1961).

Assim, em meados do século XX, algumas escolas criavam grupos denominados, por exemplo: amigos da natureza ou amigos das plantas, proporcionando algumas oportunidades educativas como meio adequado de revigorar o ensino, atendendo não só o interesse da criança, como também, demonstrando o valor da agricultura e formando nesse aluno uma mentalidade agrícola (SILVA, 1952).

A autora ora citada utilizou em sua obra “Textos selecionados de educação brasileira” uma matriz curricular que representava as atividades e os procedimentos

normalmente desenvolvidos na escola primária rural em meados do século XX e este estudo considera importante sua reprodução, conforme figura 1.

Figura 1 – Matriz Curricular da Escola Primária Integral Rural



Fonte: (SILVA, 1952, p. 63).

As atividades práticas desenvolvidas serviriam, de acordo com Silva, (1952, p. 44) “de campo de observação e experiências” a fim de:

vitalizar o ensino e objetivá-lo, proporcionando excelente MEIO de que se valerá o professor, com o objetivo de preparar a criança pra sentir os problemas regionais e de levá-la, outrossim, a examinar esses problemas, a fim de que participe, posteriormente, na solução dos mesmos, dentro de suas possibilidades (SILVA, 1952, p. 44, grifo da autora).

Para Souza (1936), os professores rurais, em sua maioria as professoras, deveriam adquirir conhecimentos agrícolas quando de seu curso normal ou de especialização para, posteriormente, aplicá-los junto aos seus alunos, concorrendo para “a formação de um ambiente favorável à agricultura, destruindo a prevenção contra ela, que é considerada, por uma maioria de brasileiros, como uma profissão rude e desprezível, só ao alcance de pessoas sem certos predicados de inteligência e de cultura” (SOUZA, 1936, p. 14).

As atividades agrícolas desenvolvidas na escola serviam para: adaptar a criança ao ambiente rural; estimular seu raciocínio; formar hábitos de economia e trabalho; desenvolver espírito de cooperação, não só na escola, como também, no meio social; orientar vocações; vitalizar o ensino e adaptar a escola às peculiaridades do meio. Mas essas atividades, contudo, além de provocarem as vantagens ora citadas, não deveriam prejudicar a educação integral nem a vocação do aluno (SILVA, 1952).

Silva (1952) salienta que, à época de sua obra, as atividades agrícolas eram desenvolvidas junto às disciplinas fundamentais dispostas nos currículos escolares e nos programas oficiais. Não havia, portanto, situações forçadas. As atividades eram realizadas nos clubes ou conforme a zona rural onde o estabelecimento de ensino se localizava.

Nesse sentido, a autora cita diversas atividades relacionadas com as disciplinas com as quais os alunos aprendiam por meio da teoria e da prática, conforme a seguir (SILVA, 1952).

a) Desenho e artes aplicadas – eram incentivados a aproveitar os motivos típicos do lugar no treino do desenho e das artes plásticas. Os alunos faziam flores, cestos, cintos, bolsas e outros objetos, utilizando matéria prima à disposição, como as sementes, as palhas, as taquaras etc.

b) Estudos naturais – os alunos aprendiam sobre as estações do ano, as épocas ideais para o plantio, colheita, a germinação do plantio, o cuidado e propriedades do solo, o conhecimento da vida e características dos animais, plantas e insetos nocivos à agricultura.

c) Estudos sociais – os alunos estudavam sobre os meios de comunicação e transporte, sobre como era a agricultura no tempo dos índios e no tempo atual e como era a vida nas diferentes regiões do País e como os produtos eram transportados para o Brasil no tempo colonial.

d) Higiene – aos alunos eram ensinados os bons hábitos de higiene pessoais após o cuidado com a terra, sobre os germes que provocam doenças e sobre hábitos saudáveis de alimentação.

e) Linguagem – os alunos eram orientados a escrever cartas direcionadas aos clubes com pedidos de informações. Relatórios, fichas, ofícios, convites, resumos e outras observações direcionadas igualmente aos clubes ou relacionadas às atividades que também faziam parte do processo de aprendizagem dessa disciplina.

f) Matemática – nas áreas dos terrenos onde as atividades eram realizadas, os professores ensinavam aos alunos avaliação e medição do espaço a ser utilizado no traçado dos canteiros. Os alunos aprendiam, também, os cálculos em moeda, por meio de compra e venda de produtos agrícolas, das despesas efetuadas com transporte ou material adquirido para o plantio e cuidado com a terra. Outro aspecto matemático abordado de forma prática era o ensino de porcentagens em relação aos lucros ou perdas nas atividades rurais.

Procurava-se, com a educação rural, não só combater o analfabetismo como também, possibilitar aos alunos atividades pertinentes à vida rural possibilitando-os a uma formação favorável ao meio ambiente onde viviam.

1.4 O ANALFABETISMO NO BRASIL E NO MEIO RURAL

A população rural foi considerada por algum tempo, segundo Ammann (1987), como o setor “disfuncional” do sistema por estar afastada, de certo modo, do desenvolvimento social do País. Como consequência, havia no meio rural um índice elevado de analfabetos. Essa população precisava ser agraciada com condições que pudessem lhe permitir um padrão de vida mais condigno. A alfabetização poderia ser condutora dessa mudança.

A dispersão do rurícola no meio campesino fazia com que as possibilidades de instrução se afastassem na mesma proporção para a classe rural de poder aquisitivo baixo. Porém, não se pode afirmar que no Império ou na República, o Governo tenha deixado de

lado a instrução pública primária. O fato é que, nessa época, as escolas eram em quantidade insuficiente para atender, principalmente, a demanda rurícola.

Mesmo existindo a escola, a frequência do alunado era irregular e reduzida. Os que sabiam ler e escrever, apesar dos esforços segundo o recenseamento de 1950, giravam em torno de 50,5%, para a população de 15 anos e mais idade (IBGE, 2012).

De acordo com Lambert (1959), dois fenômenos foram apontados como empecilhos para a redução do analfabetismo nessa década: primeiro que o quantitativo de alunos crescia de forma acentuada num país que sempre havia se contentado com a ignorância e que, naquele período, sentia necessidade de, pelo menos, saber ler; outro fenômeno apontado era a quantidade de jovens oriundos de um rápido crescimento demográfico.

Ammann (1987) aborda o discurso proferido pelo Ministro Clovis Salgado Filho em meados do século XX, quando o ministro afirmou que faltava tudo ao homem do campo para enfrentar a natureza hostil, que nada se sabia desse cidadão a não ser a rotina árdua no cultivo da terra. O homem do campo, em sua maioria analfabeto, não tinha acesso à ciência e técnicas disponíveis ao homem da cidade e, sem educação, se via privado de assistência e crédito e à margem da civilização.

Para mudar essa situação, inicia-se no Brasil, no final da década de 50, ações no sentido de combater o analfabetismo com o surgimento da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), disposta no Decreto 47.251, de 17 de novembro de 1959, cujo art. 5º assim prescrevia.

Art. 5º A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo terá por objetivos:

- a) o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do ensino primário comum em áreas municipais pré-estabelecidas;
- b) a aplicação intensiva dos métodos e materiais utilizados pelas outras duas Campanhas⁶ nas mesmas áreas municipais pré-estabelecidas; e
- c) a verificação experimental da validade sócio-econômica dos métodos e processos de ensino primário, educação de base e educação rural, utilizados no Brasil, com vistas à determinação dos mais eficientes meios de erradicação do analfabetismo (BRASIL, 1959).

Ammann (1987) afirma que a CNEA foi uma tentativa de ensinar métodos de elevação do nível cultural da população do país e de erradicação do analfabetismo. Seria

⁶ As outras duas campanhas a que esse artigo se referem são as seguintes: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (disposta no art. 3º do decreto) e a Campanha Nacional de Educação Rural (disposta no art. 4, do decreto).

necessário determinar os custos e aplicação desses métodos, em curto prazo e de forma eficiente a fim de atingir êxito.

O Quadro 1 a seguir destaca as taxas do analfabetismo no Brasil desde os primeiros recenseamentos: 1872 a 1920.

Quadro 1 – Taxa de analfabetismo no Brasil – 1872-1920

TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS DE IDADE – BRASIL / 1872/1920	
CENSO / ANOS	TAXA DE ANALFABETISMO
1872	82,3%
1890	82,6%
1900	64,9%
1920	65,3%

Fontes: Para 1872, 1890 e 1920, ver: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Recenseamento geral do Brasil**, 1920, v. IV, 4ª Parte – População, o qual reproduz os dados dos censos anteriores sobre alfabetização. (*apud* FERRARO, 2009, p. 87).

Para o censo de 1900: IBGE. Anuário estatístico do Brasil. IBGE: Rio de Janeiro, volume 56, 1996.

No ano de 1872, a taxa de analfabetos para os brasileiros com cinco anos e mais de idade era de 82,6%. Esse índice praticamente permaneceu estável até 1890, reforçando a configuração do Brasil em uma nação massivamente constituída por analfabetos.

Segundo Ferraro e Kreidlow (2004), em 1872, quando é realizado o primeiro Censo no Brasil, não existia diferença acentuada nos índices do analfabetismo entre as províncias do Império.

Já no censo de 1900, verifica-se 17,7% de redução no índice de analfabetos, configurando em acentuada queda nesse primeiro decênio da República, expressando o empenho dos republicanos no processo de expansão da escola pública primária.

Para o recenseamento de 1920, verifica-se 65,3% de analfabetos no país, uma redução de 17% no analfabetismo da população, num período de 48 anos: de 1872 a 1920. A redução ocorrida durante esse período é considerada pequena se se considerar a redução havida num período de dez anos: de 1890 a 1900, que foi de 17,7%.

Nos dois primeiros decênios do século XX, verifica-se o descaso com a escola pública primária, pois permaneceram quase estáveis as taxas do analfabetismo no Brasil.

A partir da criação do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 1938, passou-se a usar outros indicadores como: “frequência à escola, anos de estudo e grau concluído” (FERRARO, 2009, p. 45), para mensurar o índice de analfabetismo no país, de 1940 a 2000, conforme se observa no Quadro 2.

Quadro 2 – Taxa de analfabetismo no Brasil – 1940-2000

TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS DE IDADE – BRASIL / 1940/2000	
CENSO / ANOS	TAXA DE ANALFABETISMO
1940	56,2%
1950	50,5%
1960	39,6%
1970	33,6%
1980	25,5%
1991	20,1%
2000	13,6%

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 (*apud* FERRARO, 2009, p. 87).

Em 1940, o país computou 56,2% de analfabetos dentre as pessoas com quinze anos de idade ou mais, porém, os dados censitários de 1950 apontam para uma redução de 5,7 pontos percentuais.

Já no ano de 1960, a cifra de 39,6% aponta para um decréscimo insignificante na redução do analfabetismo nos últimos vinte anos, não levando em consideração o crescimento populacional.

Nos dados estatísticos que se seguem, os índices de analfabetismo decresceram até atingir, no ano 2000, a taxa de 13,6%.

Ferraro (2009) afirma que desde as últimas décadas do século XIX, o poder público no Brasil, elaborou uma série de discursos, projetos, campanhas e declarações no sentido de combater o analfabetismo que se tornara um problema nacional. Esse empenho resultou na instalação de mais escolas e na queda continuada, mesmo que lenta, do analfabetismo no país.

1.5 DAS CAMPANHAS E NORMAS PERTINENTES À EDUCAÇÃO RURAL

Diante das dificuldades encontradas na condução da educação rural do país, governos e legisladores procuraram, por meio de campanhas, normas e leis específicas, dispor sobre essa questão. Da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), passando pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, Lei 5.692/61 à atual LDBEN, Lei 9.394/96, este estudo destaca, de forma sucinta, alguns desses processos.

Dentre várias campanhas criadas a fim de impulsionar a educação rural no Brasil, a CNER foi uma das mais importantes. A Campanha foi criada em 9 de maio de 1952, durante o 2º período do governo Vargas, mas só foi regulamentada em 27 de março de 1956, pelo presidente da república Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A finalidade da CNER era difundir a educação de base no meio rural e levar às pessoas e às comunidades rurais conhecimentos técnicos e teóricos indispensáveis a uma vida compatível e digna de todos: crianças, adolescentes e adultos. Esses conhecimentos permitiriam que a população rural fosse capaz de compreender os problemas referentes ao meio ambiente em que teriam a exata ideia de quais eram seus direitos e deveres individuais e, também, cívicos além de participar, de forma eficaz, do progresso social e econômico da comunidade rural a que pertenciam (AMMANN, 1987).

Ammann (1987) afirma que a filosofia da CNER inspirava-se na crença de que a educação do ruralista seria capaz de proporcionar ao homem do campo um nível de vida compatível com a dignidade humana, que havia uma preocupação com a qualidade da ação educativa, qualificação de professores e líderes rurais e abstração da realidade social como fator determinante da estrutura.

Para o referido autor, esse posicionamento fazia com que a CNER encobrisse a verdadeira questão rural, “deslocando-a para o nível dos indivíduos e da comunidade local, ao invés de abordá-la no contexto estrutural societário, onde residem as verdadeiras raízes da problemática” (AMMANN, 1987, p. 49), ou seja, a Campanha não tratava o problema da exploração da força de trabalho rural.

Leite (1999) em seu estudo sobre a escola rural concorda com o que foi anteriormente citado por Ammann (1987) e afirma:

Quanto à filosofia da CNER, a Campanha limitou-se a repetir fórmulas tradicionais de dominação, uma vez que ela não trouxe à tona, em suas discussões, os mecanismos verdadeiros da problemática rural. Centrada na ideologia do desenvolvimento comunitário, a modernização do campo nada mais foi do que a internacionalização da economia brasileira aos interesses monopolistas, e a CNER, ao realizar seu trabalho educativo, desconsiderou as contradições naturais dos grupos camponeses, ou mesmo seus elementos integrativos, quer políticos, sociais ou culturais (LEITE, 1999, p. 37).

Mesmo não atingindo as raízes do problema da educação rural, como afirmam Ammann (1987) e Leite (1999), a CNER teve sua importância e utilizou-se das técnicas de treinamento aplicadas pelos Centros Sociais de Comunidades e pelas Missões Rurais de

Educação. Os Centros foram utilizados para promover o progresso social e econômico das áreas rurais para o qual eles eram designados conforme Resolução 390-D do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU).

Por sua vez, as Missões Rurais guiavam as comunidades na realização de atividades sugeridas pela própria população rural local. As Missões atuavam em projetos rurais de melhoria local e sempre vinculados à educação rural.

As Missões Rurais partiam da convicção de que na educação de base encontrava-se a solução para o problema da marginalidade social e para o “atraso cultural” de nossas populações camponesas. Essas populações eram consideradas o setor “disfuncional” do sistema e necessitavam ser a ele integradas para salvaguardar a harmonia e o equilíbrio da sociedade (AMMANN, 1987, p. 53).

Leite (1999) afirma que apesar do esforço da CNER no sentido de facilitar a vida do ruralista e fazer com que o mesmo permanecesse no campo, a campanha não pôde evitar o êxodo rural em meados do século XX.

Outras campanhas relacionadas ao tema foram instituídas e, a fim de promover a educação no Brasil incluindo o meio rural, foi criada, em 1959, a CNEA, já abordada no item 4.2, campanha realizada com o objetivo de combater o analfabetismo.

Diante da modernização da década de 70 do século XX e da ideologia do “Milagre Brasileiro” o analfabetismo ficou acentuado desencadeando duas proposições educacionais: o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (PSECD), sendo que esse último possibilitou uma base filosófica e ideológica para alguns projetos do Ministério da Educação (MEC) como: o Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais (PRONASEC), criado em 1980, o Programa de Educação Rural (EDURURAL), criado em 1980 e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967.

O PRONASEC recomendava:

a valorização da escola rural, o trabalho do homem do campo, a ampliação das oportunidades de renda e de manifestação cultural do rurícola, a extensão dos benefícios da previdência social e ensino ministrado de acordo com a realidade da vida camponesa. Recomendava também um mesmo calendário escolar para toda escola rural, tendo por base o calendário urbano, e entendia a unidade escolar rural como agência de mudanças e transformações sociais (LEITE, 1999, p. 50).

O EDURURAL, com vigência de 1980 a 1985, teve como principal objetivo ampliar as “condições de escolaridade do povo nordestino, mediante melhoria da rede física e dos recursos materiais e humanos” (LEITE, 1999, p. 51).

Por sua vez, o MOBREAL tinha como objetivo alfabetizar os jovens e adultos. O movimento, ao trabalhar tanto os grupos rurais como os urbanos, procurou repassar um projeto social e político do governo central, buscando, apenas, promover e acelerar a produção, mas inibindo avanços sociais para esses grupos. “No balanço geral sobre o MOBREAL, o saldo é negativo. O analfabetismo não foi erradicado no país” (LEITE, 1999, p. 52).

O PSECD, por meio desses três programas, tinha como objetivos: expandir o ensino fundamental no meio rural; melhorar o nível de vida e de ensino da população campestre; reduzir a evasão escolar e a repetência, além de ter como ação política social específica, a redistribuição equitativa dos benefícios sociais no meio rural (LEITE, 1999).

1.5.1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO RURAL

A Constituição Federal de 1891 descentralizou o ensino delegando à União e aos Estados, atribuições específicas. À União coube a responsabilidade de criar e controlar a instrução superior e o ensino secundário. Aos Estados coube a responsabilidade de criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, sendo que esse se dividia normalmente em escolas normais para as mulheres e escolas técnicas para os homens. Essa constituição não faz referência à educação rural e proíbe o voto do analfabeto.

Porém, a Constituição Federal de 1934 deu competência à União para traçar diretrizes para a Educação Nacional, determinando que a educação fosse direito de todos e que deveria ser ministrada pelo Estado e pela família. Preconizou ainda que o ensino primário fosse gratuito e de frequência obrigatória, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à escola no momento apropriado.

Outro aspecto interessante abordado nessa Constituição é que pela primeira vez foram destinados recursos para o financiamento da educação conforme o determinado nos artigos dispostos a seguir.

Art.156. A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único - Para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

Art. 157. A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 1º As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto da venda de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º Parte dos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas (BRASIL, 1934, *apud* SOUSA; FREITAS, 2009, p. 11).

A Constituição de 1934, nesse sentido, apresentou inovações e avanços em relação a diversos aspectos educacionais. Nas constituições subsequentes, tais dispositivos foram abordados de forma semelhante.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1946 determinava que a competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional era, também, da União.

Ressalta-se que cada unidade da federação tratou de legislar sobre a instrução pública elementar tendo como consequência um progresso educacional diferenciado, uma vez que cada governante tinha pontos de vistas diferentes sobre esse aspecto da administração e havia, também, disponibilidade de recursos financeiros diferenciados de um estado para outro.

Quanto à trajetória da educação rural na legislação federal do país observa-se uma série de contradições entre o texto das leis e a realidade vivenciada pelas escolas, alunos e professores do meio rural (GRITTI, 2003).

Na Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946, o artigo 15 fez alusão à educação rural no que se refere à adaptação do período letivo e das férias com as conveniências do meio rural: “A duração dos períodos letivos e dos de férias, será, fixado segundo as conveniências regionais, indicadas pelo clima, e, zonas rurais, atendidos, quanto possível, os períodos de fainas agrícolas” (BRASIL, 1946).

Havia, portanto, uma preocupação para que os alunos e professores pudessem, no tempo de plantio e colheita, continuar o trabalho na terra sem prejuízo ao ensino.

Outra exigência do decreto nº 8.529/46 referia-se aos proprietários rurais em cujas sedes localizavam-se as escolas rurais: “Art. 44. Os proprietários agrícolas e empresas, em

cuja propriedade se localiza o estabelecimento de ensino primário, deverão facilitar e auxiliar as providências que visem a plena execução da obrigatoriedade escolar” (BRASIL, 1946).

Nesse decreto observam-se poucos artigos direcionados, de forma específica, à escola rural. Em sua maior parte a lei, segundo Gritti (2003), pensou a escola rural de forma igualitária à escola urbana. Ou seja, a escola que deveria ser implantada no meio rural foi pensada para o homem rural e não pelo homem rural, pois segundo suas determinações, o ruralista deveria agir e pensar como um urbano.

Depois de prolongada discussão – de 1948 a 1961 – finalmente a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, foi promulgada. A lei refletiu, segundo Leite (1999), as contradições que havia na educação brasileira, incluindo as existentes na educação rural.

Esse tempo utilizado para se discutir uma lei, fez com que essa primeira LDBEN nascesse precisando de algumas adaptações devido à dinâmica da realidade social, econômica, política e cultural fazendo com que ela não solucionasse a demanda econômica e não garantisse, também, a democratização do ensino (GRITTI, 2003).

As contradições existentes na Lei nº 4.024/61 eram consideradas, para Leite (1999), muito mais dialéticas do que paradoxais, conforme afirmou o autor:

Na realidade, o modelo escolar brasileiro evidencia fielmente as forças sociais existentes em nosso grupo humano, que, entre tantos meios, buscam, na educação e no processo escolar formal, o veículo condutor de seus anseios e o caminho para a superação de deficiências impostas pela realidade circundante. Ou seja, se para alguns grupos a escolaridade é meio de manutenção do *status quo*, para outros é processo de independência sócio-cultural, política e econômica (LEITE, 1999, p. 38).

Para Leite (1999), a escola brasileira daquela época, sobretudo a escola rural, foi condicionada ao capitalismo e suas intenções. No período da Lei nº 4.024/61 ocorreu a negação da escolaridade no País, da cultura, do trabalho, do meio ambiente e dos valores sociais.

A Lei nº 4.024/61 determinou, em seu artigo 105, que: “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades, que mantenham no meio rural escolas ou centros de educação, capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais” (BRASIL, 1961).

Contudo, sabe-se que a adaptação do homem ao meio e o estímulo de atividades profissionais requer recursos humanos e financeiros capazes de trabalhar junto ao aluno do

meio rural de forma bem estruturada. Nesse sentido, a Lei nº 4.024/61 foi omissa em relação a essa estruturação da escola na zona rural.

Segundo Leite (1999) a referida lei omitiu-se em relação à escola rural uma vez que as prefeituras do interior, em sua maioria, são desprovidas tanto de recursos humanos quanto financeiros. “Destacando, com uma política educacional nem centralizada nem descentralizada, o sistema formal de educação rural sem condições de autossustentação – pedagógica, administrativa e financeira – entrou num processo de deterioração, submetendo-se aos interesses urbanos” (LEITE, 1999, p. 39).

Em 1971, durante o período militar foi promulgada a Lei nº 5.692 que tinha um único parágrafo que tratava, de forma específica, do ensino na zona rural: “Art. 11 (...) 2º Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino” (BRASIL, 1971).

De forma geral, questiona-se até que ponto houve mudanças no processo educacional do país à época da vigência da lei em comento. Sabe-se que o governo militar criou meios de manter a ordem, a repressão e a limitação política.

O país passou por uma crise no processo escolar na década da promulgação da Lei nº 5.692/71 “uma vez que a sociedade, principalmente as classes médias, reclamavam da escassez das escolas e do número de vagas existentes, bem como da baixa qualidade do ensino praticado em sala de aula” (LEITE, 1999, p. 45). Essa crise atingiu todas as escolas do país, inclusive a rural.

Nesse período, entre as décadas de 60 e 70, ocorreu uma série de convênios entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *Agency for International Development* (AID), para assistência técnica e cooperação financeira junto ao sistema educacional do Brasil.

Em relação ao ensino rural, Leite (1999) afirmou

Em 1964 o MEC já havia assinado um acordo com a AID, o qual foi desdobrado, posteriormente, de modo a atingir todo o sistema educacional brasileiro, inclusive o rural, uma vez que em 05/05/66 celebrou-se o acordo Ministério da Agricultura – CONTAP –, destinado ao treinamento técnico e orientação vocacional rural. Esse mesmo acordo foi ampliado e reforçado em 27/11/67 (LEITE, 1999, p. 46).

Leite (1999) prosseguiu afirmando que a referida lei em comento, além de não trazer novidades capazes de transformar o ensino brasileiro, acentuou divergências sócio-políticas e consagrou o elitismo que havia, até então, no processo escolar brasileiro.

Por sua vez, ao tratar de peculiaridades regionais, a Lei nº 5.692/71 abriu, de forma teórica, espaço para a educação no meio rural, porém, restrito a cada uma das localizações campestinas, não contando com recursos humanos e materiais capazes de satisfazer essa demanda. Ou seja, na maioria das vezes, não se conseguiu atingir objetivos preconizados pela referida LDBEN.

Leite (1999) explica com bastante clareza o porquê da educação rural não ter atingido esses objetivos:

Isso porque a Lei 5.692, distanciada da realidade sociocultural do campesinato brasileiro, não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais nem mesmo cogitou possíveis direcionamentos para uma política educacional destinada, exclusivamente, aos grupos campestinos (LEITE, 1999, p. 47-48).

Como consequência da ineficácia da Lei nº 5.692, o 2º grau não teve uma expansão suficiente de modo que atendesse toda população campestina.

Quase três décadas depois da Lei nº 5.692 ser promulgada, em 1996, a atual LDBEN, Lei nº 9.394, denominada Lei Darcy Ribeiro traz em seu artigo 28, disposição específica para a Educação Básica junto às comunidades rurais:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Essa foi à primeira LDBEN que dedicou um parágrafo inteiro e três incisos à educação rural. Apesar de ser ainda pouco, a referida Lei “promove a desvinculação da escola rural dos meios e da *performance* escolar urbana, exigindo para a primeira um planejamento interligado à vida rural e de certo modo desurbanizado” (LEITE, 1999, p. 54). De acordo com Demo (2002, p. 24), a Lei Darcy Ribeiro, “volta-se a alimentar senso adequado pelas marcas locais”, como se observa no artigo 28 dedicado à educação rural. Apesar da promoção da desvinculação dessas duas escolas, a lei não explicita os princípios e as bases de uma política educacional direcionada à população rural.

É importante ressaltar que as questões da escolaridade campestina, a partir da Lei nº 9.394/96 não se limitam mais ao antigo modelo urbano/industrial que vigorava nas décadas

de 60 a 80, do século XX. “A sustentação dessa escolaridade encontra-se na consciência ecológica, na preservação dos valores culturais e da práxis rural e, primordialmente, no sentido da ação política dos rurícolas” (LEITE, 1999, p. 55).

Leite (1999) afirmou que a problemática da escola rural permanecia até o tempo de sua obra – final da década de 90 – e citou uma série de questões que devem ser consideradas pelos interessados na educação ministrada no meio rural. Essas sete questões estão relacionadas:

a) aos aspectos sócio-políticos – a baixa qualidade de vida no meio rural, a não valorização cultural rural e a infiltração da cultura urbana, faz com que os valores sócio-culturais camponeses sejam desprezados em detrimento dos valores urbanos;

b) ao professor – continua presente, ainda, no meio rural o professor leigo, quando não, o que ali leciona tem formação essencialmente urbana; existem dificuldades no transporte e moradia desses professores; a convocação do docente tem como base o clientelismo político; o salário irrisório dos professores e os professores com mais de uma função como, por exemplo: merendeira, faxineira e professora ao mesmo tempo é uma realidade;

c) ao discente da escola rural – o aluno e sua condição como trabalhador campista; a distância entre a moradia, o trabalho e a escola; a heterogeneidade nas salas de aula, não só no aspecto da intelectualidade como também da idade; o baixo poder aquisitivo; o acesso precário às informações gerais;

d) à participação da comunidade no processo de ensino – distanciamento dos pais em relação à escola dos filhos mesmo quando as famílias acreditam que a escolaridade é um valor sócio-moral;

e) à ação didático-pedagógica: o currículo não é adequado à realidade rural local; a estrutura didático-metodológica é, também, inadequada; o calendário escolar não é compatível com a realidade da produção agrícola local; não há orientação técnica nem acompanhamento pedagógico como, também, material de apoio escolar tanto para os discentes como para os docentes;

f) às instalações físicas da escola – são precárias e, muitas vezes, sem condições alguma para o trabalho do professor;

g) à política educacional rural – poucos municípios têm um trabalho mais eficiente e apropriado, uma vez que a ausência de recursos humanos, financeiros e materiais é uma realidade.

Archêro Júnior (1961) já afirmava, em sua obra da década de 60 do século XX, que o problema da educação rural estava diretamente ligado ao desenvolvimento da população local e do sistema de comunicações. Ou seja, o problema estava ligado aos fenômenos de atração e concentração dos grupos humanos.

Para Leite (1999) verifica-se que os problemas da educação rural no final do século XX continuam similares aos problemas da época referenciada por Archêro Júnior (1961) e que a atual LDBEN não os solucionou ainda; os desafios permanecem, cabendo ao governo, à comunidade e a cada um dos atingidos procurarem meios de saná-los ou, pelo menos, amenizá-los.

Mesmo com a intensificação das discussões em torno da temática educação rural, o padrão urbanizado da educação não deixa de ser vivenciado pelos alunos camponeses que sonham buscar na cidade uma história de vida diferenciada daquela que tiveram seus antepassados.

Desde o advento da República nota-se que segmentos da sociedade vêm buscando mecanismos que visam à redução do índice de analfabetismo na nação brasileira. No entanto, essa missão ainda está distante, uma vez que a qualidade do ensino ofertado na rede pública não garante a permanência do alunado na escola.

Os altos índices de repetência acabam resultando em evasão escolar e, ainda, em uma classe constituída de alunos com distorções relacionadas às séries/idades, o que dificulta, sobremaneira, o processo ensino-aprendizagem.

Na prática, a expansão da escola camponesa brasileira mostrou-se insuficiente ao longo de sua história nas tentativas de fixar o homem do campo, no campo.

Nesse sentido, à medida que os anos passam essas exigências tornam-se cada vez mais necessárias junto ao aluno camponês, pois só assim a possibilidade de triunfar na vida será a mais similar possível da conferida ao aluno urbano.

CAPÍTULO II

PATOS DE MINAS NO CENÁRIO MINEIRO

O território de Patos de Minas, assim como os demais municípios dos estados de Minas Gerais e São Paulo, estava subordinado ao governo do Rio de Janeiro até o descobrimento das Minas do Ouro no início do século XVIII.

Num ambiente de muitas disputas internas, em 18 de junho de 1710 é criada a Capitania de São Paulo e Minas e nomeado como governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho que, de início tratou de criar as primeiras vilas, como Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Sabará.

Pelo alvará de 2 de dezembro de 1720, o estado de Minas é separado da Capitania de São Paulo e Minas, sendo determinado a criação de governo próprio com a mesma jurisdição e solo.

Em 18 de agosto de 1721, na Matriz de Nossa Senhora do Pilar em Ouro Preto, D. Lourenço de Almeida é nomeado Governador da nova Capitania das Minas Gerais, agora separada de São Paulo. No exercício do seu cargo e perante os oficiais da Câmara de Vila Rica, determina que Vila Rica seria o local de sua residência e a nova Capital (BARBOSA, 1979).

A posição do Estado de Minas, no centro do Brasil, separado por barreiras de difíceis transposições, dava ao estado uma condição de isolamento e de desvantagens econômicas, mas que por outro lado, dava-lhe, também, a possibilidade de conservar uma cultura decorrente de elementos apreendidos tanto do sul, como do norte do país, resultando no mais brasileiro dos estados. “O equilíbrio nas ideias e sentimentos domina o planalto mineiro, de onde se podem divisar com imparcialidade e clareza os problemas nacionais” (CARVALHO, 1956, p. 57).

Patos de Minas traz, também, por meio de sua população, economia, religiosidade, educação, cultura e desenvolvimento, essa mistura de elementos tornando-a uma Cidade bastante diversificada.

Entende-se que para abordar aspectos predominantes da História de Patos de Minas como: o desenvolvimento da população e da Cidade; as questões políticas, judiciárias e administrativas; a agropecuária e o comércio; o papel da igreja e as atividades religiosas; a

cultura e o turismo, dentre outros aspectos, torna-se essencial que se faça, primeiramente, uma abordagem histórica relacionada à criação, desenvolvimento e cultura do estado de Minas Gerais.

Dessa forma, este Capítulo foi dividido em dois tópicos principais: As Minas Gerais e Patos de Minas e os aspectos predominantes de sua História.

2.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Para Carvalho (1956), a história de Minas Gerais não pode ser compreendida sem a análise dos aspectos geográficos do território, da população que desbravou e ocupou o Estado e de como ocorreu o seu povoamento. O autor acrescenta que não há possibilidade de entender a evolução demográfica de Minas sem relacioná-la com fatos históricos da civilização, sem relacioná-la com a história do Brasil.

Antes da chegada dos portugueses no Brasil, Minas Gerais, assim como os demais estados, tinham como legítimos donos das terras, os índios.

De início os conquistadores eram amistosos com os nativos, pois tinham interesse em usar os seus serviços e orientações referentes à terra nascente. Contudo, com o tempo, as relações tornaram-se críticas, pois os indígenas não aceitavam a dominação, tão pouco a usurpação de sua terra, quando atacavam as suas mulheres, transmitindo-lhes doenças (VARGAS, 2008, p. 25).

Diante dessa realidade em que os índios não aceitavam o domínio dos portugueses e não tinham intenção de ceder lugar aos invasores que desorganizaram seu *habitat*, houve uma série de confrontos violentos que resultou em inúmeras mortes dos habitantes das aldeias. Não só em morte, como, também, em fugas desses índios para outras áreas, porém muitos foram “escravizados pelo uso das armas” (VARGAS, 2008, p. 25).

Carvalho (1956) afirma que os indígenas foram os primeiros operários a trabalhar nas minas do planalto mineiro e que mesmo no último quartel do século XVIII os índios ainda eram obrigados a fazer trabalho forçado, citando como exemplo, a construção da cadeia de Ouro Preto.

Segundo Agripa Vasconcelos (1986), os desbravadores das Minas Gerais alimentavam os seus cães de caça com carne de índios, sem cometer qualquer tipo de delinquência, pois era um costume permitido naquela época.

Nesse sentido, D. João VI autorizou a formação de milícias para exterminar índios, declarando ser uma “Guerra Justa”. Os que matassem mais índios tinham um salário melhor, pois para o Rei, os índios eram considerados “bárbaros, traiçoeiros, vingativos, antropófagos, sem alma, sanguinários, preguiçosos, bestiais, quase animais” (VARGAS, 2008, p. 27).

Dessa forma, os bandeirantes estavam livres para caminhar e trilhar os campos das Minas Gerais na busca e exploração das descobertas minerais.

Antes da descoberta das minas de ouro, o atual estado mineiro era um território subordinado, assim como São Paulo, ao governo do Rio de Janeiro (BARBOSA, 1979). Minas Gerais não entrou, portanto, na partilha do país, em capitânicas hereditárias; nunca pertenceu a um donatário, porque àquela época, o Estado não existia. A partir da sua existência, Minas Gerais teve muitos nomes, dentre os quais: Minas do Sertão do Taubaté; Sertão do Sabará-Buçú; Minas dos Cataguás (MARTINS, 1995).

Os bandeirantes escreveram parte da história de Minas e do Brasil e deixaram marcas ao longo dos caminhos que trafegavam. Eles não eram ricos, como vários apregoavam. A riqueza entre eles era exceção, afirma Carvalho (1956).

E foram os bandeirantes que começaram a povoar os locais onde havia as minas. Os arraiais começavam com os acampamentos provisórios e logo “se transformavam em povoados estáveis, onde se erigiam o cruzeiro, a capela e depois a igreja para rezas, missas, casamentos, batizados, encomendação dos mortos” (CARVALHO, 1956, p. 32).

A maioria das bandeiras partiu de São Paulo e de outras localidades vizinhas da capital e constituía uma espécie de cidade ambulante composta pelo capitão – o chefe da bandeira –; pelos padres; mulheres; crianças; e, também, pelos mamelucos⁷ – considerados guias ideais, pois conheciam como ninguém as matas e seus habitantes.

As primeiras bandeiras que atravessaram o estado de Minas Gerais e a região do Triângulo Mineiro surgiram por volta de 1590: “a bandeira comandada pelo capitão Sebastião Marinho, objetivando atingir as nascentes do rio Tocantins, passa pela região do Triângulo, que, pela primeira vez, é visitada pelo homem branco” (BILHARINHO, 2007, p. 25).

⁷ Mamelucos são os filhos de branco com índio (FERREIRA, 1975).

Outras bandeiras paulistas, como a de 1596, comandada por João Pereira de Sousa Botafogo atravessa a região do Triângulo, transpondo o Rio Paranaíba, em direção a Goiás; a de 1600, chefiada por André Lion, que tocou as terras de Araxás⁸; a de 1615, comandada por Antônio Pedroso de Alvarenga, que atravessou a região do Triângulo, rumo a Goiás, dentre outras bandeiras (BILHARINHO, 2007) foram deixando suas marcas e parte de seus homens nos caminhos que atravessavam as Minas Gerais.

Diversas bandeiras passaram pelas terras de Patos de Minas, sendo que a primeira delas foi chefiada por Lourenço Castanho Taques que atravessou o Município em 1670, lutou com os indígenas da tribo Cataguás e continuou caminhando, sertão afora, até Paracatu. Outra bandeira famosa que atravessou essa região foi a de Bartolomeu Bueno da Silva, o famoso Anhanguera. Inúmeros outros audaciosos sertanistas, seduzidos pelas minas em Goiás e Paracatu passaram pela região (OLIVEIRA MELLO, 1971).

Desde o século XVI houve, portanto, tentativas isoladas e fracassadas de avançar pelo interior – pelos rios costeiros; mas só por volta de 1673 é que uma expedição, comandada pelo bandeirante Fernão Dias Pais Leme e organizada por ordem do rei, desbravou o interior de Minas em busca de esmeraldas e outras pedras preciosas. Essa expedição alcançou o município do Serro na vertente leste da Serra do Espinhaço, no vale do Rio Suaçuí Grande (HALFELD; TSCHUDI, 1998).

A importância de Fernão Dias para o Estado pode ser observada na afirmação de Vasconcelos (1948a, p. 69): “No que toca a Minas, é a este homem, sobre todos notável, que devemos o vasto diâmetro da circunferência, como se traçou o nosso território, e os primeiros lares da nossa civilização.”

Fernão Dias morreu às margens do rio das Velhas, pensando que havia encontrado esmeraldas quando, de fato, encontrara turmalinas. A Bandeira comandada por Fernão foi, sem dúvida, “a mais importante porque, povoando caminhos e plantando roças, permitiu, efetivamente, a exploração do interior de Minas Gerais” (MARTINS, 1995, p. 16).

E foi assim que, por volta de 1700, no início da formação do estado de Minas Gerais, eram os paulistas que constituíam a maioria dos habitantes e consideravam proprietários naturais da província, e viam com desgosto e ciúme a chegada, cada vez maior, de forasteiros. Esse sentimento de posse dos paulistas provocou inúmeras pancadarias e

⁸ Terras de Araxás eram as terras existentes entre o rio das Velhas – cujas nascentes localizam-se na cachoeira das Andorinhas, município de Ouro Preto –, e o rio Quebra Anzol – que deságua em Araguari, e passa pelo município de Araxá (Nota do pesquisador).

confrontos. “Olhavam com ciúme o número cada vez maior de forasteiros, dos quais os mais numerosos eram os portugueses, sentindo-se lesados em seus direitos inquestionáveis, procurando estorvar os intrusos de todas as maneiras e, se possível, expulsá-los completamente (HALFELD; TSCHUDI, 1998, p. 65).

Esse conflito, existente por volta de 1700, resultou em uma guerra aberta, entre paulistas e outros mineradores, que durou alguns anos. Apenas em 1709, conseguiu-se estabelecer uma ordem no distrito das minas, por intermédio de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Capitão-general do Rio de Janeiro. Nessa guerra aberta os paulistas foram derrotados e perderam a supremacia.

Albuquerque, depois de percorrer e examinar os melhores lugares das Minas onde deveria criar três vilas levantou a primeira delas em Ribeirão do Carmo, atual cidade de Mariana – primeira capital de Minas Gerais. “Convocou para isso uma junta dos moradores, que se instalou no dia 8 de abril, domingo, de 1711” (VASCONCELOS, 1948b, p. 141). Ao dar posse à Câmara, em 5 de julho de 1711, o governador instalou nas Minas o primeiro município.

A segunda vila foi instalada no arraial de Ouro Preto e recebeu o nome de Vila Rica de Albuquerque, no dia 8 de julho de 1711. Por sua vez, a terceira vila foi levantada no arraial da Barra do Sabará e recebeu o nome de Vila Real de N. S. da Conceição (VASCONCELOS, 1948b).

As três vilas, atualmente localizadas no estado de Minas Gerais foram criadas, àquela época, ainda no então estado de São Paulo. Finalmente, por meio de um alvará de 2 de dezembro de 1720, criou-se um governo próprio para a capitania de Minas Gerais, separando-a de São Paulo (BARBOSA, 1979; BILHARINHO, 2007).

Em consequência desses conflitos, o governo da metrópole decidiu criar, para a capitania de São Paulo, que até então estivera sob a jurisdição do Capitão-general do Rio de Janeiro, um governo próprio, que abrangia também os distritos mineradores. Durante onze anos (a partir de 9 de novembro de 1709) eles ficaram subordinados a São Paulo, até que, pela Ordem Régia de 2 de dezembro de 1720, foram elevados a capitania Geral, com o nome de Minas Gerais, já então dentro dos mesmos limites da atual província” (HALFELD; TSCHUDI, 1998, p. 66).

Em 30 de junho de 1722, por meio de regimento, o governador da província de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, assina contrato com Bartolomeu Bueno da Silva Filho, também conhecido por Diabo Verde, para a descoberta de pedras preciosas em Minas Gerais. Essas expedições permitiram a descoberta de ricas minas e foi, a partir dessa movimentação

de viajantes, que se criou o caminho denominado: A Picada de Goiás – primeiro caminho oficial partindo das Minas Gerais até Goiás.

Os primeiros diamantes do Estado foram descobertos por volta de 1725 (LATIF, 1960) e 1728 (LIMA JUNIOR, 1943) e passaram a ser administrados pela Coroa em 1772 por meio de regulamento severo, abusos de autoridade, delação e obstrução a empreendimentos livres da população, resultando em diversas convulsões revolucionárias sendo que a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, foi o mais significativo desses movimentos de libertação.

A primeira divisão judiciária de Minas Gerais foi efetuada em 6 de abril de 1714, com a criação de três comarcas: Vila Rica, Sabará ou Rio das Velhas e Rio das Mortes ou São João del-Rei. Posteriormente, vieram as comarcas do Serro Frio e Paracatu. As prisões do Estado representavam as marcas da civilização e constituíam um dos mais belos edifícios das cidades (CORRÊA, 1993).

Em Ouro Preto, em Mariana etc., a prisão é uma das construções mais artísticas, mais luxuosas da cidade, não por humanitarismo em relação aos presidiários, mas para testemunhar que ali reina o direito, isto é, que se está numa zona civilizada (CORRÊA, 1993, p. 107).

Por sua vez, as penas de morte por estrangulamento na forca começaram a ser executadas em Minas Gerais a partir de 1730 e, por mais de quarenta anos, o Estado teve como principal carrasco, Fortunato José, autor de 87 execuções. Fortunato, fora também condenado à morte por assassinar sua senhora, mas apelou para substituição da pena, em prisão perpétua, pela função de carrasco. Como era, também, um preso igual aos outros, a cada cidade que chegava para exercer seu ofício, era recolhido à prisão. Fortunato veio a falecer na cadeia pública de Ouro Preto aos 63 anos de idade em 1874 (MOURA, 2004).

A história de Minas Gerais pôde ser construída e escrita, também, por alguns viajantes historiadores estrangeiros como: Barão de Eschwge, Johann Emanuel Pohl e Saint Hilaire. Esses viajantes trouxeram muitas contribuições históricas para o Estado e publicaram diversas obras significantes (CORRÊA, 1993).

2.1.1 A PICADA DE GOIÁS

Em consequência das expedições chefiadas pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, no decorrer do século XVIII, é que se descobriram em uma de suas diligências, ricas minas no rio Vermelho, afluente do rio Araguaia e, assim, “as atenções se voltaram para Goiás, pois todos queriam aquele ouro” (VARGAS, 2008, p. 38).

Houve, a partir daí, uma movimentação de tropeiros, boiadeiros e viajantes que utilizavam um determinado caminho, posteriormente denominado a Picada de Goiás (AMARAL, 2003, p. 9). A denominação que se dá à “Picada de Goiás” faz referência, na verdade a quatro picadas que podem ser assim sintetizadas.

- 1) a “Picada de Goiás” propriamente dita;
- 2) a que partia de Pitangui à Goiás;
- 3) a que passava por São Romão, onde desembocavam “Caminhos de Minas, Bahia e Pernambuco”;
- 4) o “Caminho” que transpunha o rio São Francisco, passando pelo local chamado Espírito Santo, junto à barra do rio Abaeté (VARGAS, 2008, p. 38).

Importante destacar a explanação de Vargas (2008) sobre as primeiras picadas realizadas pelo bandeirante Bartolomeu, uma vez que elas atravessaram cidades próximas e ligadas à cidade de Patos de Minas. O autor assim afirmou:

Em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, parte de São Paulo em direção a Goiás, fazendo “Picadas”, transpondo o rio Grande, próximo da Barra do Bambuí, atingindo a Serra da Marcela (a Serra da Saudade de hoje). É a principal elevação onde terminam as Florestas Tropicais e começa o Cerrado mineiro, o “Campo Grande”. Depois de alcançar as terras que seriam no futuro, de São Francisco das Chagas, alcançou **Araxá** e **Patrocínio**, rumando para **Paracatu** chegando a Goiás (VARGAS, 2008, p. 38, grifos desta pesquisa).

Em decorrência dessa grande movimentação de pessoas indo e vindo para Goiás, vários trilhos foram criados e não havia como proibir – em virtude da imensidão do País – a abertura de novos caminhos, nem como obrigar os viandantes a utilizarem um só caminho. Esses trilhos eram percorridos, tanto pelos viajantes comuns, como pelos contrabandistas.

Houve necessidade de proteção à riqueza descoberta e, assim, “guardas e registros foram colocados em lugares estratégicos. Defesa do ouro e dos direitos reais” afirma Corrêa

(1993, p. 20). Contudo, percebeu-se, que tais medidas eram ineficazes uma vez que para executá-las seria imprescindível a presença de inúmeros guardas de conduta ilibada e cumpridores de seus deveres. Ocorre que, por se encontrarem distantes de uma possível vigilância administrativa esses guardas ficavam bem próximos dos contrabandistas de pedras preciosas, possibilitando, assim, uma parceria, por vezes inevitável.

Diante dessa realidade, Gomes Freire – administrador colonial – abriu uma estrada normal, com todas as comodidades e seguranças necessárias para que os viajantes honestos pudessem transitar: a picada de Goiás (VASCONCELOS, 1948c). Outro aspecto positivo dessa estrada foi a possibilidade de capturar, com mais facilidade, os extraviadores que transitavam nos caminhos clandestinos (CORRÊA, 1993).

A Picada de Goiás e demais caminhos, clandestinos ou não, contribuíram para o surgimento e desenvolvimento dos povoados de Minas Gerais, no início do século XIX, ligando-os ao litoral do país, possibilitando aos viandantes estradas diversas para esse trajeto.

Com a abertura desses caminhos denominados de Picadas de Goiás, surgiram oportunidades para que sesmeiros se “arranchassem na zona marginal desta, procurando desenvolver fazendas concedidas por sesmarias⁹ aos seus abridores e outras pessoas que, também, o quisessem fazer” (CORRÊA, 1993, p. 24).

2.1.2 DAS SESMARIAS E DO TRABALHO ESCRAVO EM MINAS GERAIS

As sesmarias tinham como objetivo povoar o interior do Brasil e se constituíam de porções de terras – nunca antes lavradas nem aproveitadas – que pertenciam à Coroa Portuguesa, concedidas aos sesmeiros que passavam a utilizá-las para a obtenção de alimentos imprescindíveis à sua subsistência e de suas famílias (VARGAS, 2008).

Essas terras eram concedidas “por ato emanado do rei de Portugal ou dos governos das capitânias. O direito à posse e de domínio se fundava nessa outorga expresso nas cartas de sesmarias” (CORRÊA, 1993, p. 59).

Posteriormente, como disposição legal, esses sesmeiros poderiam distribuir essas terras, cedidas pela Majestade, a outras pessoas, que além de incrementar o povoamento, eram

⁹ “Sesmaria é a quantidade de terra que dá a administração aos particulares que a pedem” (SAINT-HILAIRE, 1944, p. 223).

necessárias à segurança das regiões que contavam com vários quilombos¹⁰ formados por negros fugitivos (VARGAS, 2008).

Constata-se, inclusive, que foi Afonso Manoel Pereira de Araújo – viandante do Rio de Janeiro – quem requereu a posse do território onde posteriormente seria o atual Município de Patos de Minas, sendo uma extensão de três léguas para que pudesse cultivar a terra e criar gados (MEDEIROS, 1966).

Àquela época, as margens do Paranaíba eram habitadas por negros fugidos de Paracatu e Goiás, formando pequenos quilombos “livres das pulseiras e colares e do temido tronco” (FONSECA, 1974, p. 23).

Com a chegada do homem branco, gradativamente iniciou-se a expulsão dos intrusos; houve prisões e brigas seguidas de morte dos habitantes nativos e dos negros aqui residentes, assim, como ocorreu em outras regiões do país.

Lourenço (2005) afirma que diversos estudos realizados a respeito da escravidão em Minas Gerais no período imperial confirmam que 66,7% das propriedades mineiras não possuem nenhum escravo; que apenas um terço da população livre tinha escravos e que 28% dos proprietários de terra possuíam de três a cinco escravos. O autor conclui: “a grande propriedade escrava em Minas Gerais era a exceção e não a regra” (LOURENÇO, 2005, p. 233).

Houve uma mudança nessa realidade, de acordo com Paula (2000), uma vez que, segundo o autor, no século XIX, Minas Gerais teve o maior contingente de escravos no país; porém, essa população de escravos sempre foi inferior ao conjunto da população livre do Estado.

A maioria desses escravos trabalhavam nas atividades das minas de ouro e diamantes do Estado. Mas a relação de trabalho existente nessas minas não contava apenas com a presença desses escravos. Trabalhavam, também, nessas minas os mineradores autônomos que não utilizavam escravos nessas atividades (PAULA, 2000).

Ressalta-se que além das atividades mineradoras, os escravos também trabalhavam na pecuária, agricultura e atividades urbanas. No século XIX os escravos eram utilizados, portanto e segundo Paula (2000, p. 84), “nos grandes empreendimentos mineratórios, e nas atividades manufatureiras, além de se manterem, também, na agropecuária.”

¹⁰ Quilombo era um “reduto, mocambo, de pequena ou larga extensão, onde os escravos refugiavam-se. O quilombo tinha seus casebres, plantações ao redor e criações. Era uma maneira coletiva de garantia da liberdade desafiando senhores e capitães do mato. A não ser uma força organizada, de muitos homens, era temeroso enfrentar, isoladamente, os quilombolas” (FONSECA, 1974, p. 14).

2.1.3 OS PRIMEIROS NÚCLEOS DEMOGRÁFICOS DO ESTADO

Os primeiros grandes núcleos na formação de Minas Gerais foram: São João del-Rei, Mariana, Ouro Preto e Sabará e o desbravamento do Estado se deu a partir do ribeirão do Carmo¹¹. Os desbravadores seguem para além dos picos de Itabira e Itambé e eis que surgem Conceição e Serro. E, mais ao norte, no ano de 1725, descobrem-se os diamantes e um rico centro diamantífero que passou a se chamar: Diamantina (LATIF, 1960).

O estado de Minas Gerais, durante todo o período colonial – só conheceu um núcleo urbano que recebeu a denominação de cidade: Mariana. Por ser sede de bispado – o primeiro do Estado, a partir de 1745, Mariana tinha que ser “cidade”, pela legislação vigente àquela época, “com todas as prerrogativas e privilégios que estas tinham se comparados às restrições que impunham às vilas’ e ‘arraiais” (PAULA, 2000, p. 34).

Quando do império no Brasil, a província de Minas Gerais era a mais populosa e urbanizada entre as vinte províncias existentes àquela época e a quinta em extensão. Separada do Oceano Atlântico por montanhas, que se estendiam de norte a sul, e por florestas virgens, a referida província permaneceu desconhecida pelos descobridores do Brasil.

Posteriormente, expedições saindo de São Paulo, foram organizadas em busca de ouro no interior do Brasil e enormes jazidas foram descobertas e exploradas com êxito, atraindo trabalhadores, aventureiros e especuladores interessados nas riquezas subterrâneas das terras onde hoje se localiza o estado de Minas Gerais.

Conforme a prosperidade das minas esses núcleos demográficos iam também se desenvolvendo e várias atividades comerciais foram se estabelecendo: as vendas, os armazéns de secos e molhados, as lojas, os açougues, os seleiros, os ranchos de tropas e demais ramos essenciais à manutenção das minas e às construções urbanas. E, assim, esses pequenos núcleos demográficos foram povoando o estado de Minas Gerais (CARVALHO, 1956).

Os mineiros criavam o porco – que se alimentava da lavagem dos pratos e panelas – para sua própria nutrição. Toda a economia doméstica girava em torno desse animal que

¹¹O ribeirão do Carmo foi descoberto em 1698 por João Lopes de Lima, de Atibaia, São Paulo, que levou consigo o Padre Manoel Lopes e seu irmão em expedição à procura de ouro. Em jornada de quatro dias desceram o ribeirão e João Lopes levantou uma capelinha com ramos de palmito e nela colocou uma imagem de Nossa Senhora do Carmo, de quem era devoto. Do arraial que se formou em volta do ribeirão surgiu a primeira vila criada em Minas Gerais e, posteriormente, a primeira capital, a primeira cidade e sede do primeiro bispado: Mariana (BARBOSA, 1971, p. 276).

melhor se ajeitava “à vida ainda meio rural e meio cidadina do mineiro. Salgada, a sua carne constitui o luxo das despensas particulares e das casas de negócio” (LATIF, 1960, p. 106).

Os primeiros povoados do Estado eram denominados de arraiais¹², cujo nome referia-se, em Portugal, às reuniões festivas da população, quando das romarias (LATIF, 1960).

No final do século XVIII e início do século XIX a área pertencente a Minas Gerais tinha cerca de 50% da área que hoje pertence ao Estado. Vargas (2008) sustenta que o francês Antoine Saint-Hilaire “afirmou que essa região se limitava ao espaço em que se exerciam as atividades de extração do ouro e diamante, com a forma parecida de um **losango**” (VARGAS, 2008, p. 30, grifo do autor).

À medida que o Estado ia se desenvolvendo sentiu-se a necessidade de traçar um mapa que pudesse indicar a dimensão do território. Ocorre que até os últimos anos do período colonial, Minas Gerais não possuía nenhuma espécie de representação gráfica do que seria o Estado, apenas algumas cartas manuscritas e de qualidade ruim. No período anterior à independência, em 1821, criou-se um mapa da Capitania de Minas Gerais que, apesar de superior às cartas, ainda possuía qualidade inadequada. Diante dessa realidade, uma das primeiras leis do Estado, o Ato Adicional de 1834, determinou que fosse levantada uma Carta geográfica e topográfica da província (HALFELD; TSCHUDI, 1998).

Para tanto, Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, foi contratado em 1836 para o cargo de inspetor de estradas da Província de Minas Gerais, para cuidar da manutenção dos caminhos e desenho de plantas de cidades. Halfeld de origem germânica foi encarregado de desenhar o mapa de Minas Gerais e, somente em 1855, com o auxílio do desenhista Friedrich Wagner, imigrante da República Checa e também funcionário régio, é que o mapa foi concluído e considerado como “o mapa mais exato disponível sobre qualquer província brasileira” (HALFELD; TSCHUDI, 1998, p. 58).

Sabe-se que o enaltecimento ao desenhista Wagner ao cumprir sua tarefa se deu em razão das adaptações dos levantamentos de campo e vários anos de trabalho dedicado à confecção do mapa.

Em decorrência desse trabalho efetuado por Halfeld e Wagner e contando, também, com o auxílio do suíço Tschudi é que o primeiro compêndio sobre a geografia de Minas Gerais foi publicado em outra língua, o alemão (HALFELD; TSCHUDI, 1998).

¹² O arraial, segundo Ferreira (1975, p. 136) é uma “povoação de caráter temporário, geralmente formada em função de certas atividades extrativas, como a lavra de minérios ou metais raros, etc.”

A posição do estado de Minas Gerais, localizada no centro do país e separada do litoral por barreiras de difícil transposição, trouxe um isolamento e algumas desvantagens econômicas, mas que, por sua vez, conforme Carvalho (1956)

deu-lhe o privilégio de poder conservar uma cultura nascida da fusão de elementos do sul e do norte do país, de que resultou tornar-se o mais brasileiro dos nossos Estados. O equilíbrio nas ideias e sentimentos domina o planalto mineiro, de onde se pode divisar com imparcialidade e clareza os problemas nacionais (CARVALHO, 1956, p. 57).

O estado de Minas Gerais representa o fruto do vigor dos bandeirantes paulistas que vieram para o Estado à caça de índios, esmeraldas e ouro e, também, de baianos e pernambucanos que entraram no território mineiro, pelo norte, a fim de fundar fazendas para criação de gado bovino (CARVALHO, 1956).

2.1.4 DAS IGREJAS DE MINAS GERAIS

A Igreja teve um papel importante na evolução das povoações mineiras. Se um local fosse escolhido para a instalação de alguma casa comercial, havia quase sempre, a possibilidade do surgimento de um povoado. Em seguida, o local para a instalação de uma capela ou de uma igreja era escolhido. As capelas eram, portanto, a primeira providência tomada pelos fiéis que vinham residir nesses povoados (CORRÊA, 1993).

O desenvolvimento inicial de um local, de acordo com Fernandes (2012), era decorrente da doação de uma porção de terra a um santo, por um fazendeiro ou grupo de fazendeiros, onde a capela era construída.

Aos poucos, com a ajuda dos vizinhos, era construída uma capela. Com o tempo, a capela era abençoada pelo Vigário da freguesia, que passava a visitar regularmente o local ou a residir nele. Após a bênção da capela, de povoado, a localidade passava a ser conhecida como arraial (FERNANDES, 2012, p. 92).

De acordo com Lourenço (2005, p. 284) “nos primeiros cinquenta anos do século XIX, no Triângulo Mineiro” – Minas Gerais, localidade próxima a Patos de Minas, “foram erguidas quase todas as capelas que originaram os arraiais da região.”

E Patos de Minas surgiu, também, de forma semelhante e, assim como a maioria das cidades mineiras, recebeu a doação de uma pequena extensão de terra conforme será observado no decorrer deste capítulo.

E, dessa forma, as capelas, posteriormente as igrejas e as atividades religiosas, inclusive as festivas, movimentavam e representavam a vida e os costumes das populações dos sertões. Alguns símbolos das igrejas, como os sinos, por exemplo, anunciavam os acontecimentos mais representativos e as festas religiosas eram eventos que mobilizavam a população.

Nesse sentido, os sinos representavam os acontecimentos: tristes e descontentes, quando dobravam a finados; festivos, em intenção a um visitante importante; amordaçado, indicando uma discordância, contrariedade (LATIF, 1960, p. 125).

Por sua vez, em dias de festa religiosa os mineiros se empenhavam no uso dos trajes: “esforçavam por vestir como no reino.” As mulheres substituíam os trajes costumeiros e simples, por vestidos armados e de seda e se enfeitavam de joias de pedras semipreciosas, pois não podiam paramentar-se dos diamantes da terra. Essas pedras eram encaminhadas diretamente para o reino e proibidas de serem utilizadas pelos mineiros (LATIF, 1960, p. 120).

Enquanto as mulheres expunham suas melhores vestes e enfeites, em dias de festas, os homens se agrupavam às confrarias religiosas e se esforçavam ao máximo para desenvolver e se incorporar a uma irmandade e a essas irmandades a instalarem mais igrejas e mais capelas (CORRÊA, 1993).

Saint-Hilaire (1944) em peregrinação pelo interior de Minas Gerais, no século XIX, afirmou que o grande número de igrejas e oratórios nas povoações mineiras devia-se à vaidade das irmandades. “Cada uma quer possuir sua igreja particular e faz esforços para que sobrepuje as das irmandades rivais” (SAINT-HILAIRE, 1944, p. 226).

Cada povoado mineiro tinha sua irmandade do Carmo ou de São Francisco que se rivalizavam na construção de capelas e igrejas; que faziam caridade e organizavam festas. E era a Igreja que patrocinava os festejos e oferecia à população, dessa forma, não só preceitos religiosos como, também, divertimento. A Igreja tinha, portanto, um verdadeiro poder social, nos povoados, entre os mineiros. Dessa forma, os povoados cresciam à sombra da Igreja e os mineiros se apegam aos santos para proteção e solução de seus problemas (LATIF, 1960).

E no tempo em que a Igreja era ligada ao Estado, anterior a 1890, cabia às igrejas efetuarem os registros que oficializavam e legalizavam os indivíduos: batizados, casamentos e óbitos. Posteriormente, assim que os arraiais eram transformados em vilas havia nas cidades

mineiras a Casa da Câmara e a Cadeia. Entretanto, afirma Fernandes (2012), por muitos anos a Igreja foi o centro da vida, não só religiosa, como também, da vida civil e assistencial dos habitantes do Brasil e das Minas Gerais.

2.2 PATOS DE MINAS E OS ASPECTOS PREDOMINANTES DE SUA HISTÓRIA

Paula (2000), afirma, após estudar a obra de Pierre Deffontaines, que esse autor estabeleceu sete matrizes básicas que contribuíram para que as cidades brasileiras fossem criadas, conforme a seguir: 1) das reduções religiosas; 2) de fortificações militares; 3) da mineração, dos pousos; 4) das estradas; 5) da navegação; 6) das estradas de ferro; 7) nas bocas de sertão.

De acordo com esse entendimento, o povoamento do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba “foi consequência das atividades de mineração” (FERNANDES, 2012, p. 61) e, assim, Patos de Minas nasceu, portanto, em consequência dos pousos dos viandantes que passaram nesse território, vindos de São João del-Rei, indo para Paracatu – Goiás.

De acordo com Fonseca (1974, p. 22), até o ano de 1760, “o caminho para Paracatu, que passava pelo atual território patense, nada mais era do que uma trilha à margem da qual habitavam poucos negros, no quilombo do Paranaíba.”

Outro documento que faz referência ao território patense é a Carta de Sesmaria concedida ao viandante do Rio de Janeiro Manoel Afonso Pereira de Araújo em 29 de maio de 1770, demarcando uma faixa de terras nos sertões das margens do Rio Paranaíba, constituídas de campos e matas que nunca pertenceram a um dono específico, mas que serviam de asilo aos negros fugidos das minas de Paracatu e Goiás (MEDEIROS, 1966).

Fernandes (2012) e Lourenço (2005) afirmam que no período imperial a região do Alto Paranaíba, onde se localiza o Município de Patos de Minas, era composta de uma sociedade bastante complexa. A população local resultava num mosaico formado por agricultores e pecuaristas de acordo com Fernandes (2012), e eles eram “camponeses proprietários, camponeses agregados, camponeses com escravos, pequenos médios e grandes escravistas” (LOURENÇO, 2005, p. 251).

Em escritura particular, Antônio Joaquim da Silva Guerra e sua esposa Luiza Corrêa de Andrade doaram, em 19 de julho de 1826, uma sorte de terras de culturas e campos na fazenda denominada: Os Patos, ao glorioso Santo Antônio para a construção de um templo

e “cômodo dos povos” (MEDEIROS, 1966, p. 4), permitindo, assim, a expansão inicial do Município.

A origem do nome “Os Patos”, provém da grande quantidade de patos silvestres existentes em lagoas situadas a três quilômetros da margem do Rio Paranaíba. Nesses locais, tropeiros viandantes dos sertões, atraídos pela caça abundante e variada, pousavam à beira das lagoas, fazendo ranchos para pernoitar ou fixar residência, constituindo, assim, um povoado.

Discute-se entre alguns historiadores e memorialistas como Fonseca (1974), Oliveira Mello (1982) e Fernandes (2012) a existência àquela época da doação feita por Antônio Joaquim da Silva Guerra e sua esposa: se o local doado localizava-se numa fazenda ou num povoado.

Contudo, o aludido documento, não deixa dúvida de que o local de doação tenha acontecido na fazenda denominada: Os Patos. Entretanto, sabe-se que o conceito de povoado àquela época nada mais era do que um agrupamento de casas. Depreende-se aí que desde meados do século XVIII o atual Município já possuía um ou mais povoados.

Na atualidade, o IBGE (2012) define como “povoado” várias casas reunidas num mesmo local “sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculados a um único proprietário do solo”. E define como critério a presença de serviços básicos para atendimento dos moradores aglomerados ou áreas rurais próximas, “a existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos”. Devem ser identificados como povoados rurais isolados os que possuam:

a) pelo menos um estabelecimento comercial de venda de bens de consumo frequente; e

b) pelo menos dois dos três seguintes serviços ou equipamentos:

- um estabelecimento de ensino fundamental com turmas de 1^a a 4^a série, com funcionamento regular;

- um posto de saúde em funcionamento e com atendimento regular; e

- um templo religioso de qualquer credo.

De qualquer forma, se a terra doada pertencia a um povoado ou a uma fazenda, o antigo povoado que ali se formou tornou-se distrito, em 17 de janeiro de 1832, cujo nome era Santo Antônio dos Patos da Beira do Paranaíba.

Halfeld e Tschudi (1998) afirmam que no tempo em que o Município era freguesia Santo Antônio dos Patos, pertencia ao município de Patrocínio que, por sua vez, pertencia à Comarca do Paranaíba.

De acordo com Fonseca (1974), por volta de 1856 o atual Município, então Santo Antônio dos Patos, era banhado por excelentes águas, possuía mais de 190 casas habitadas e perto de quatro “mil almas”.

Ao analisar os dados numéricos apontados, supõe-se que Fonseca (1974) refere-se às casas do aglomerado urbano e às “almas”, a população na sua totalidade, incluindo outros povos do Município. Ressalta-se que a região leste do atual Município, àquela época denominada de Areado – hoje já fragmentada em novos distritos como Bom Sucesso de Patos, Major Porto, Chumbo, Pindaíbas e também Quintinos que faz parte do município de Carmo do Paranaíba – já havia sido elevado à categoria de distrito em 1853, e não pertencia, portanto, ao município de Patos de Minas.

Sabe-se que nesse período ora analisado, em cada povoado existia uma capela e, de acordo com a Figura 2, pode-se observar que além de Santo Antônio dos Patos, Areado e Santa Anna da Barra do Espírito Santo, possuíam também uma capela de acordo com a legenda disposta no referido mapa.

Salienta-se que essa legenda é nítida no mapa em tamanho original que se encontra impressa e anexa à obra de Halfeld e Tschudi (1998).

Figura 2 – Província de Minas Gerais no período de 1836 a 1855



Fonte: Halfeld e Tschudi (1998)

Nota: Esse mapa da província brasileira de Minas Gerais foi elaborado nos anos de 1836 a 1855, a pedido do Governo Providencial. Para tanto, o engenheiro civil, H.G. F. Halfeld, que dirigiu o projeto, e Friedrich Wagner, que projetou e desenhou o mapa, utilizou para consulta outros mapas mais antigos e novos levantamentos e observações (MUNDIM, 2010).

Posteriormente e, em face da Carta de Lei nº 1.291, art. 1º ao 4º, de 30 de outubro de 1866, Santo Antônio dos Patos foi elevado à categoria de Vila (MINAS GERAIS, 1866).

Por sua vez, a instalação da Vila ocorreu em 29 de fevereiro de 1868. Em consequência do progresso acentuado na referida Vila¹³ passou a ser sede de comarca conforme dispõe a Lei nº 2.460, de 19 de outubro de 1878¹⁴, artigo único (MINAS GERAIS, 1878) e, pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892¹⁵, artigo 1º, (MINAS GERAIS, 1892) a Vila de Santo Antônio dos Patos foi elevada a categoria de Cidade.

Observa-se que o nome Patos – denominado pelos tropeiros que pousavam perto das lagoas que margeavam o Rio Paranaíba e onde se localizava a fazenda na qual o documento de doação foi lavrado –, acompanha a Cidade desde a antiga povoação até o nome atual do Município: Patos de Minas.

A importância dos tropeiros para o desenvolvimento não só da cidade de Patos de Minas, como de Minas Gerais e do país foi salientada por Oliveira Mello; Oliveira e Silva (2006, p. 82) que assim afirmaram: “As tropas constituíram, em todo o século XIX, os elementos mais notáveis de construção nacional e o agente eficaz da unidade brasileira.”

Importante salientar que Patos de Minas teve outro nome, de 1 de janeiro de 1943 a 3 de julho de 1945: Guaratinga. Contudo, a população se movimentou para que o nome voltasse a ser Patos. Com o intuito de diferenciar outra cidade brasileira, do estado da Paraíba, que já possuía o mesmo nome, o governo atendeu à reivindicação dos habitantes, “mas sob a forma de Patos de Minas”, a partir de 3 de julho de 1945 (CAIXA..., 2000, p. 11).

A descoberta de uma jazida de Fosfato Sedimentar, na área rural de Patos de Minas - localidade de Rocinha – no ano de 1974, projetou o município de Patos de Minas nacionalmente, ocasionando, em 1974, a primeira visita de um Presidente da República à Cidade: o General Ernesto Beckmann Geisel.

¹³ Art. 1º Fica elevada a categoria de Villa a Freguesia de Santo Antônio dos Patos com a mesma denominação.

Art. 2º O novo Município se comporá da Freguesia dos Patos, dos Districtos de Santa Anna da Barra do Rio Espírito Santo, dos Alegres e Areado, desmembrados estes dos Termos de Patrocínio, Paracatu e São Francisco das Chagas do Campo Grande.

Art. 3º Instalar-se-ha a Villa logo que os habitantes prontificarem a cadêa e casa de Camara.

Art. 4º Esta Villa pertencerá à comarca de Paracatu.

¹⁴ Art. único – Fica creada a comarca de Santo Antônio dos Patos e Carmo do Parnahyba; revogadas as disposições em contrário.

¹⁵ Art. 1º Ficam elevadas a categoria de cidade todas as actuaes villas – sedes de comarcas.

Patos de Minas possui uma área de 3.189,01 Km² em todo o Município, sendo que a área da Cidade é de 30 km². Sua altitude é de 833 metros e o ponto mais elevado do Município é a Serra do Pântano que faz divisa com Coromandel e possui 1.178 metros. Por sua vez, o ponto mais baixo do Município é a várzea do Rio Paranaíba, extremo noroeste, com 750 metros (PREFEITURA..., 1994).

O território do município de Patos de Minas é montanhoso, há grandes planícies e vastos planaltos. A rede hidrográfica é composta pelos rios: Paranaíba, Areado, Espírito Santo, Prata, Santo Antônio das Minas Vermelhas, Santo Antônio do Bonito e Abaeté, além de inúmeros córregos, riachos e ribeirões (MEDEIROS, 1966, p. 5).

2.2.1 O DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO E DA CIDADE DE PATOS DE MINAS

A população de Patos de Minas, como já foi vista, teve sua origem a partir de tropeiros e negros fugitivos das minas de Paracatu e Goiás. A Cidade tem, entretanto, a predominância da raça branca. Por ser o município de origem rural, não havia, originalmente, na Cidade uma quantidade expressiva de escravos, segundo Mello et. al (2006).

Posteriormente, e no decorrer de sua história, Patos de Minas contou com habitantes de diversas origens, além dos negros e tropeiros, anteriormente citados: índios, bandeirantes, carreiros, cometas, forasteiros e outros (FERNANDES, 2012) e essa mistura de raças e estilos resultou na atual sociedade patense.

Fonseca (1974) afirma que não há registro conhecido nos arquivos de Minas Gerais, São Paulo nem no arquivo nacional que responde com precisão quais os primeiros brancos que alcançaram a região do Alto Paranaíba, onde Patos de Minas se localiza. “Muitos vieram sem deixar crônicas de sua passagem. Indiferentes à terra humosa e produtiva, buscavam as áreas sáfaras, as piçarras, que davam sinais do ouro e das preciosas pedrarias escondidas no subsolo” (FONSECA, 1974, p. 22).

Ressalta-se que não há, também – além de registros dos primeiros brancos residentes na região da Cidade, como se viu –; estudos e registros suficientes que possam afirmar, de forma científica, quais as primeiras tribos de índios residiram nessa região (FERNANDES, 2012).

Ressalta-se que além da primeira Carta de Sesmaria encontrada pelo historiador Fonseca (1974) no Arquivo Público Mineiro, outro documento foi localizado pelo mesmo

autor, que foi uma carta da Câmara do Tamanduá, datada de 20 de julho de 1793, endereçada à Rainha Dona Maria I, relatando crimes ocorridos em Babilônia, Aragões e Onça, locais povoados por Afonso Manoel Pereira (FONSECA, 1974).

A vida das primeiras famílias que se instalaram na Cidade era caracterizada pela simplicidade e rusticidade. O local escolhido para essa instalação tinha como critério principal a proximidade com rios, córregos ou nascente d'água de fácil acessibilidade.

Essas famílias escolhiam os vales fluviais, próximos aos cursos d'água para construir suas casas. Nesses locais as terras eram férteis e podiam plantar roças, pomares e hortas que eram irrigados, pelos monjolos¹⁶ e moinhos d'água, uma vez que àquela época não existia água encanada.

Para a construção das casas da região de Patos de Minas, eram utilizados, nas laterais, pau-a-pique, adobe e tábuas; o reboco era feito com terra de formigueiro amolecido e a pintura com cal. Essas casas denominadas de ranchos ou choupanas eram cobertas com palha de palmeira buriti ou capim sapê.

Com o tempo as casas passavam por melhorias à medida que as famílias iam se instalando e adquirindo amor à terra. E assim, as coberturas feitas de folhas de palmeira ou capim sapê, davam lugar às telhas de barro, fabricadas nas olarias da região; por sua vez as paredes de pau-a-pique eram substituídas por adobe e reboco.

A vida da população patense tem características semelhantes ao da população residente no Triângulo, no Alto Paranaíba; no interior de São Paulo e no interior de Goiás. Esses homens possuem essas características semelhantes, à medida que

foram obrigados a sobreviver longe da “civilização” e com os meios disponíveis, ou seja, num ambiente rústico, isolado e desprovido de meios de transporte e muitas vezes até de instrumentos de trabalho. A todos eles os antropólogos e sociólogos identificaram como “roceiros”, “caipiras” e “sertanejos” (FERNANDES, 2012, p. 164).

¹⁶ O monjolo era construído da seguinte forma: “Sobre uma peça de madeira vertical e imóvel, é colocada, à maneira de gangorra, outra peça de madeira, móvel e horizontal; esta última é escavada numa das extremidades como uma larga colher, e na outra, é armada de um soquete bem resistente. A máquina está sempre colocada, como já disse, debaixo de uma pequena queda de água. O líquido, caindo na espécie de colher que, de um lado termina a viga oscilante, faz inclinar-se esta para o mesmo lado, enquanto a extremidade oposta, armada na parte inferior com o soquete que descrevi, se ergue descrevendo um arco de circunferência; mas enquanto a extremidade escavada se inclina, a água escorre, o peso do pilão sobrepuja o da colher, a máquina range, e o pilão cai pesadamente num cocho destinado a receber o grão” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 56).

No que se refere ao desenvolvimento da urbanização da cidade, esta pesquisa, assim como o historiador Fernandes (2012), também não localizou nenhuma outra pesquisa a esse respeito além da realizada por Santos (2002), que utilizou o recorte temporal de 1900 a 1960, quando de sua dissertação de Mestrado em História.

De acordo com Santos (2002) no período de sua pesquisa, o centro da Cidade contava com um progresso visível aos olhos dos patenses e seus visitantes. A partir da análise da pesquisa de Santos (2002), Fernandes (2012) demonstra em sua obra que Santos (2002) parece equivocado em muitas afirmações e, em decorrência da análise dessas afirmações, confrontando-as com documentos examinados, Fernandes (2012) elabora, assim, uma nova pesquisa a respeito da urbanização da cidade.

Este estudo concorda com Santos (2002), uma vez que há vários estabelecimentos e instituições que foram inaugurados nas três primeiras décadas do século XX, que caracteriza o progresso e a modernidade pretendida pelos republicanos.

O Grupo Escolar Marcolino de Barros, iniciado em 1913 e finalizado em 1917, por si só já inclui Patos de Minas no rol dos primeiros municípios do estado de Minas Gerais a ser beneficiado com uma obra dessa grandeza. Àquela época os grupos escolares representavam a modernidade da educação pública primária no país, quanto aos aspectos pedagógicos, administrativos e arquitetônicos.

O referido Grupo Escolar representava o progresso materializado na sua concretude, sinal de desenvolvimento social e econômico da Cidade, cuja construção representou a sintonia do Agente Executivo do Município, Olegário Maciel, com o Presidente do Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, que àquela época caberia posicionar junto à sua equipe, sobre a educação e a instrução primária do Estado.

Outro edifício constituído de dois pavimentos inaugurado em 1912, hoje tombado pelo Município, foi a sede edificada para abrigar o Fórum, a Câmara Municipal e a Cadeia Pública.

Por sua vez, Fernandes (2012) ao examinar fotos anteriores à década de 20, do século XX, assegura, diferentemente do afirmado por Santos (2002), que o centro da Cidade não apresenta elementos que representam modernidade. “O Largo da Matriz não é nada mais que um grande gramado, onde se encontra uma solitária macaúba e uma série de paus desordenados, usados para se amarrarem os cavalos” (FERNANDES, 2012, p. 189).

Não sendo o objeto principal deste estudo, este pesquisador não intenciona destacar as contradições mais acentuadas das duas pesquisas, mas considerou importante essa pequena abordagem a respeito.

E, assim, a cidade foi se desenvolvendo, tanto no aspecto urbano como social, a partir das primeiras décadas do século XX. Sabe-se que o desenvolvimento de uma cidade, o tratamento de suas riquezas, a comercialização de seus produtos, bem como o crescimento mais ordenado de sua população contam com a instalação e criação de diversas instituições, benfeitorias e serviços. Sendo assim, considerou-se importante destacar algumas dessas obras – que fazem parte da História de Patos de Minas – e as datas de suas inaugurações e instalações. É o que se observa no Quadro 3.

Quadro 3 – Principais benfeitorias da Cidade e data de inauguração (1881-1930)

DATA	INSTITUIÇÃO – BENFEITORIA – SERVIÇO
1881	Instalada a Promotoria de Justiça
1905	Edição do primeiro jornal do Município “O Trabalho”
1906	Instalação do Estabelecimento de Ensino Atheneu da Cidade de Patos
1907	Criação do primeiro cinema, denominado de Cinema Magalhães
1908	Instalação do matadouro municipal
1910	Primeira apresentação teatral
1911	Inauguração do cemitério municipal Santa Cruz
1911	Fundação da Escola Agrícola – Fazenda Limoeiro
1912	Inauguração da cadeia pública
1912	Inauguração do Fórum
1912	Inauguração da Câmara Municipal
1912	Chegada da primeira motocicleta
1912	Construção do Palacete de Amadeu Dias Maciel
1913	Chegada dos primeiros automóveis
1913	Início da construção do Grupo Escolar Marcolino de Barros
1914	Inauguração da sede da Prefeitura de Patos de Minas
1914	Instalação do Estabelecimento de Ensino Instituto Patense
1915	Criação da Cruz Vermelha das Damas Patenses
1915	Primeiro jogo de futebol de Patos de Minas – Patos <i>Foot-Ball Club</i>
1915	Inauguração do sistema de iluminação pública
1915	Inauguração e instalação de uma caixa de distribuição de água
1915	Instalação de rede telefônica no meio urbano
1916	Inauguração do Paço Municipal
1917	Instalação da rede de telefonia interurbana
1917	Instalação do Grupo Escolar Marcolino de Barros
1918	Instalação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT
1921	Serviço de telefonia interurbana ligando Patos a Carmo do Paranaíba
1924	Instalação do Posto de Profilaxia Rural
1927	Inauguração da Ponte de concreto no Rio Paranaíba
1929	Fundação da Escola Dona Madalena Maria
1929	Fundação do Estabelecimento de Ensino Instituto Santa Terezinha
1929	Fundação do Estabelecimento de Ensino Instituto Sul-Americano
1930	Fundação do Colégio Regina
1930	Inauguração do Hospital Regional “Antônio Dias Maciel”

Fonte: elaborado pelo pesquisador conforme dados colhidos nas obras consultadas

Como se observa, o desenvolvimento de uma cidade ocorre à medida que são inauguradas instituições públicas, instalados e criados serviços e benfeitorias que permitem que a população local possa viver de forma mais cômoda e digna. Não foi diferente do que ocorreu em Patos de Minas.

Quanto à população do município, houve redução significativa no quantitativo de habitantes no período de 1920 a 1940, quando o Distrito de Quintinos foi desmembrado do município e passa a fazer parte do território do Carmo Paranaíba. No ano de 1938 os distritos de Santa Rita de Patos e Ponte Firme se emancipam e passam a constituir o município de Presidente Olegário.

A Cidade registrou um crescimento populacional a partir da década de 50 do século XX em que o número de habitantes passou de 64.244 para 97.286 em 1960. Um acréscimo de 33.042 habitantes em dez anos, resultado do desenvolvimento consequente da implantação de grandes indústrias em Patos de Minas.

Os dados censitários de 1950 computaram para o Estado de Minas Gerais 36,16% de sua população residindo no meio urbano, enquanto Patos de Minas obteve uma cifra de 23,43%, configurando um município constituído na sua maioria por uma população campesina.

Já no ano de 1960, o Estado de Minas Gerais computa 39,8 pontos percentuais da população residindo no meio urbano, enquanto Patos de Minas registra 38,24%, confirmando acentuado êxodo rural na última década e a tendência dos demais povos campesinos.

Tabela 3 – População demográfica urbana e rural no Município (1890-1960)

Município	Situação domicílio	VARIÁVEL = POPULAÇÃO (PESSOAS) – ANOS				
		1890	1920	1940	1950	1960
Patos de Minas	Urbana	X	X	X	15.051	37.203
	% - Urbana	X	X	X	23,43%	38,24%
	Rural	X	X	X	49.193	60.083
	% - Rural	X	X	X	76,57%	61,76%
	Total	13.496	64.815	53.233	64.244	97.286

Fonte: IBGE - Censo demográfico

Em 1962, houve a emancipação dos distritos de Lagoa Formosa e Guimarães e o decréscimo populacional pode ser observado quando do censo realizado em 1970.

Para os dados censitários de 1970, a população do estado de Minas Gerais mostra que 52,96% dos habitantes estavam residindo no meio urbano, tendência verificada com

maior ênfase no município de Patos de Minas, quando 58,99% residem na área urbana do município. Essa tendência pode ser confirmada nos dados censitários até o ano de 2000.

O censo de 1970 apontou 76.211 habitantes, uma redução de 21.075 habitantes, se comparado aos dados censitários de 1960, conforme indica números da Tabela 4.

Tabela 4 – População demográfica urbana e rural no Município (1970-2000)

Município	Situação domicílio	VARIÁVEL = POPULAÇÃO (PESSOAS) – ANOS			
		1970	1980	1991	2000
Patos de Minas	Urbana	44.958	63.384	87.403	111.333
	% - Urbana	58,99%	75,60%	84,90%	89,87%
	Rural	31.253	22.737	15.543	12.548
	% - Rural	41,01%	24,40%	15,10%	10,13%
	Total	76.211	86.121	102.946	123.881

Fonte: IBGE - Censo demográfico

Os dados censitários subsequentes confirmam o contínuo deslocamento da população campesina para o meio urbano.

2.2.2 DOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS, JUDICIÁRIOS E POLÍTICOS DA CIDADE

A partir do instante que se passou a cogitar que o distrito deveria ser a subdivisão do município, por ato de 11 de janeiro de 1833, o Ministro da Justiça “fixou as condições necessárias para a criação do distrito; não havia necessidade de que fosse já freguesia, ou Aplicação, ou capela curada, bastando ‘que o lugar contenha pelo menos 75 fogos¹⁷’” (BARBOSA, 1979, p. 568). Nesse sentido, Barbosa (1979) afirma que as Assembleias, instaladas em 1835, tiveram a incumbência de criar os distritos, como subdivisão de municípios. A cada distrito criado, pelas câmaras municipais, elegia-se um juiz de paz e seus suplentes.

Importante ressaltar que distritos são subdivisões de um município. O vocábulo **distrito** até as três primeiras décadas do século XIX tinha um sentido impreciso e designava

¹⁷ Fogo: “residência de uma família; lar, casa” (FERREIRA, 1975, p. 639).

uma região, zona povoada ou com povoamento inicial sem o intuito de indicar subdivisão administrativa.

O povoado “Os Patos” pertencia ao município de Paracatu, quando em 17 de janeiro de 1832, a câmara daquela cidade, por meio de edital criou o Distrito de Santo Antônio da Beira do Paranaíba, determinando ainda, a eleição para Juiz de Paz e respectivos suplentes, em 13 de fevereiro de 1832 (FONSECA, 1974).

A 7 de janeiro de 1833, um ano após sua criação, o Distrito de Santo Antônio da Beira do Paranaíba passou a integrar o município de Araxá e poucos anos depois de sua criação, em 1840, é novamente desmembrado e passa a pertencer ao município de Patrocínio.

Ressalta-se que a mudança do Distrito dos Patos, de Araxá para Patrocínio ocorreu em consequência de um pedido da população patense para que o Distrito deixasse de pertencer a Araxá e passasse a integrar o município de Paracatu. Historiadores ou memorialistas (FERNANDES, 2012; FONSECA, 1974; SAINT-HILAIRE, 1944) afirmam que em consequência da má fama de Araxá que, àquele tempo, abrigava criminosos, vadios e desertores, a população enviou, à Vila de Paracatu, um abaixo-assinado pedindo que o Distrito dos Patos passasse a pertencer àquele município.

O pedido, feito em 1836, foi enviado pela Câmara de Paracatu à Câmara de Araxá em 1837 e esta o remete à Assembleia Provincial. Após longos anos de espera, em 1842, sai a resolução, dada pela Comissão de Estatísticas da Assembleia: o novo Distrito não vai pertencer mais à Araxá nem mesmo à Paracatu, mas ao Município de Patrocínio, criado em 1840 (FERNANDES, 2012, p. 135).

O Distrito dos Patos foi se desenvolvendo com o decorrer dos anos e, no ano de 1844, de acordo com Fernandes (2012) o distrito possuía 318 casas e 12 quarteirões.

Em 29 de maio de 1850, por meio da Lei 472, o distrito de Santo Antônio dos Patos da Beira do Rio Paranaíba foi elevado à categoria de paróquia, fato político bastante importante, pois permitia a eleição de vereadores à Câmara de Patrocínio (FERNANDES, 2012; OLIVEIRA MELLO; OLIVEIRA; SILVA, 2006) e a possibilidade de defender os direitos de seus habitantes (FERNANDES, 2012).

Os autores ora citados destacam a importância das igrejas para a vida política dos municípios por volta de 1850. As eleições eram realizadas dentro das igrejas sede de paróquia e por esse motivo eram denominadas de Mesa Paroquial. Os autores acrescentam: “Depois que a localidade se tornava sede da paróquia tinha o direito de ter uma Mesa Paroquial e de

eleger o seu representante na Câmara Municipal da Vila” (OLIVEIRA MELLO; OLIVEIRA; SILVA, 2006, p. 88).

Patos de Minas luta pela sua emancipação e em 25 de dezembro de 1856, os moradores da então Freguesia de Santo Antônio de Patos, liderados por Joaquim José de Santana, promovem um abaixo assinado reivindicando a elevação de Santo Antônio de Patos a Vila. O pedido contou com o apoio da Câmara de Patrocínio que encaminhou petição à Assembleia Provincial, em 8 de janeiro de 1857 (OLIVEIRA MELLO; OLIVEIRA; SILVA, 2006).

A elevação de Vila à Cidade ocorreu por meio de uma lei que aprovou essa alteração não só para Patos como para todas as outras vilas sedes de comarcas de Minas Gerais. E conforme a Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, Patos passou à categoria de Cidade sem a existência de um pedido formal (MINAS GERAIS, 1892).

Como não há nenhuma referência à elevação da Vila de Santo Antônio dos Patos à condição de Cidade, nas atas da Câmara Municipal, os historiadores, de acordo com Fernandes (2012), afirmam que a data da instalação do município de Patos, ocorrida em 29 de fevereiro de 1868, foi muito mais comemorada do que a data de 24 de maio de 1892, quando da elevação de Vila à Cidade.

Quando a cidade de Patos de Minas foi elevada à categoria de município ela contava com três distritos: a Sede, Alegres e Sant’Anna. Atualmente, o Município conta com cinco povoados: Alagoas, Arraial dos Afonsos, Boassara, Ponto Chique, Santa Maria, e com sete distritos: Distrito Sede, Bom Sucesso de Patos, Chumbo, Major Porto, Pilar, Pindaíbas, Santana de Patos.

Este estudo não abordará, de forma específica, cada um desses distritos, mas considera-se importante listá-los e informar alguns dados relevantes.

- Bom Sucesso de Patos – surgiu, em 1922, a partir de um alqueire de terra doado ao Senhor Bom Jesus, por Dona Maria Francisca e Neca Pereira. Em decorrência de seu desenvolvimento foi desmembrado do distrito de Chumbo e elevado à categoria de Distrito, pela Lei nº 2.764, de 1962 (OLIVEIRA MELLO, 1982).

- Chumbo – A gênese do arraial do Chumbo tinha como padroeira Nossa Senhora da Conceição e fora inicialmente abandonado pelos seus antigos moradores que distante dali vinte quilômetros erigiram uma nova capela. O novo arraial passou a ser denominado de Areado e a nova padroeira Nossa Senhora das Dores. Por sua vez, o primitivo Arraial do Chumbo passou a ser chamado de Capelinha do Chumbo e a ter como padroeira Nossa Senhora da Conceição – antiga santa patrona do povoado.

O distrito de Chumbo pertencia à freguesia de Morada Nova de Minas e foi criado pela Lei nº 654 de 17 de junho de 1853¹⁸ com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Areado. Nos anos subsequentes foi criado pela Lei nº 2.329, de 12 de julho de 1876 uma nova freguesia e o então distrito passou a pertencer ao município de São Francisco das Chagas do Campo Grande – atual município de Rio Paranaíba, justificando a alteração no nome para Areado de São Francisco das Chagas.

Canonicamente, por providência episcopal de 23 de julho de 1877, a freguesia do Chumbo foi instituída com a invocação de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora das Dores, e teve, como primeiro vigário, Pe. César Albéti. O distrito passou a integrar o município de Patos de Minas, com o nome de Dores do Areado.

Pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, passou a ser chamado de Chumbo, nome do primitivo e abandonado arraial (BARBOSA, 1971). Segundo o mesmo autor, os primeiros moradores de que se tem notícia no atual município Morada Nova de Minas datam de 1737, quando José de Faria Pereira, lá se instalando, passou a ser um colecionar de sesmarias expandindo-se para os lados do Indaiá e Sucuriú, região que já havia muitos moradores dispersos.

De acordo com Barbosa (1971), na região do Sucuriú

mas do outro lado do São Francisco, estabeleceu-se José Nunes Pinto, com sesmaria obtida em 1760 (Cód. 129, fl. 44, A.P.M.). O povoamento foi-se intensificando, mas a maior parte dos povoadores não se preocupou em retirar o diploma de sesmaria. Muitas foram concedidas de 1801 a 1804, nas imediações do Borrachudo; a Manoel Inácio da Fonseca, João Dias da Rosa, Vicente Teixeira, Antônio da Costa etc. (BARBOSA, 1971, p. 299).

Essa expansão das sesmarias com diplomas ou não, já na região do Chumbo, deve-se ao fato de que os primeiros povoados das terras leste do atual município de Patos de Minas tenha se formado no final do século XVIII ou início de 1800, quando surgiu o primitivo povoado do atual distrito de Chumbo.

- Major Porto – No início o povoado foi denominado de Chumbo e, posteriormente, Capelinha do Chumbo. Em 30 de dezembro de 1962, de acordo com a lei nº

¹⁸ Diversos historiadores consultados como: Fernandes (2012); Oliveira Mello; (1982); Fonseca (1974) e outros dão como certo o ano da referida Lei, como 1854. Porém, em consulta ao documento original, este pesquisador pôde constatar que a Lei em questão é de 1853. O autor desse estudo atribui essa falha recorrente como consequência normal de consultas que alguns historiadores fazem junto às obras de outros.

2.764, o então arraial foi desmembrado do distrito de Chumbo e elevado à categoria de Distrito, passando a ser chamado de Major Porto.

- Pilar – É o mais novo distrito do Município. Foi desmembrado do distrito Sede e criado por meio da Lei Municipal nº 3.027¹⁹, de 30 de junho de 1992.

- Pindaíbas – Desmembrado do distrito de Chumbo e elevado a categoria de Distrito pela Lei nº 6.769, de 13 de maio de 1976 (OLIVEIRA MELLO, 1982).

- Santana de Patos – A povoação desse distrito iniciou-se por volta de 1806. Em documentos de 1824, Fonseca (1974) encontrou o nome de Sant’Ana da Barra do Rio Espírito Santo. Foi distrito de Patrocínio de 1840 a 1866 quando, de acordo com Lei de 30 de outubro desse último ano, foi incorporado ao município de Patos de Minas.

De acordo com Barbosa (1971), a primeira capela de Santana de Patos foi edificada em 1822 no povoado de Santana da Barra do Espírito Santo, num terreno doado por Dona Ana Soares da Encarnação. Em um relatório de primeiro de setembro de 1844, referente à paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, o distrito figura com 298 fogos.

Pela lei nº 1.903, de 19 de julho de 1872, foi criada a paróquia de Santana do Paranaíba, já no município de Patos. A partir da divisão administrativa de 1911, o distrito passou a ser denominado de Santana de Patos.

Patos de Minas não encontrou dificuldades apenas na criação de seu município; outro aspecto foi “em relação à administração da justiça” (FERNANDES, 2012, p. 142).

O Distrito pertencia à Comarca do Rio Paracatu; situação que durou de 1839 a 1846, quando passou a integrar a Comarca do Rio Paraná: região de Araxá e Freguesia de São Francisco das Chagas do Campo Grande (FONSECA, 1974).

Até a criação da Comarca de Santo Antônio dos Patos, em 1878, de acordo com a Lei nº 2.460, de 19 de outubro, o distrito integrou diversas comarcas (FONSECA, 1974).

Sucessivamente, o distrito integrou: a Comarca do Paraná até 1853; novamente a de Paracatu até 1858; a do Rio Paranaíba até 1865; a de Paracatu, de novo, em 1866; a de Bagagem até 1870, outra vez a de Paracatu, e por último, a de Rio Dourados até a criação da Comarca de Santo Antônio dos Patos (FONSECA, 1974, p. 165).

Entre o tempo da criação do Município até os dias atuais, algumas leis alteraram a composição administrativa municipal. Dentre elas, a Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962

¹⁹ Conforme Artigo 1º da Lei nº 3.072/92 “Fica criado o Distrito de PILAR, em cumprimento ao artigo 15, do Título V, das disposições transitórias da Lei Orgânica do Município de Patos de Minas, com todos os seus limites e direitos inerentes à sua jurisdição” (PATOS DE MINAS, 1992).

fez com que Patos de Minas perdesse os distritos de Guimarães e Lagoa Formosa que se tornaram municípios e ganhasse dois novos distritos desmembrados do Distrito de Chumbo: Bonsucesso de Patos e Major Porto.

Patos de Minas faz parte da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e lidera a microrregião do Alto Paranaíba, denominada microrregião de Patos de Minas e composta por dez municípios: Arapuá, Carmo do Paranaíba, Guimarães, Lagoa Formosa, Matutina, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gotardo, Tiros e Patos de Minas.

Patos de Minas já teve vários agentes executivos e prefeitos durante o período de 1868 a 2012. O primeiro Agente Executivo foi Antônio Corrêa da Silva, apenas por alguns instantes, com o objetivo de presidir a posse de Jerônimo Dias Maciel, que foi o candidato mais votado para essa função (FONSECA, 1974) e que ficou no poder de 1868 a 1873; em 1895; em 1891 e; posteriormente, de 1896 a 1906. A prefeita atual é a Sra. Maria Beatriz de Castro Alves Savassi, que começou o governo em 2009 e administra a Cidade até 31 de dezembro de 2012.

A título de registro, o Quadro 4 apresenta os nomes e os períodos de administração dos agentes executivos e prefeitos de Patos de Minas no período de 1868 a 2012.

Quadro 4 – Agentes executivos e prefeitos do município de Patos de Minas (1868-2012)

Período de governo e nomes dos agentes executivos e prefeitos	
Período	Agentes Executivos
1868 – 1868	Antônio Corrêa da Silva
1868 – 1873	Jerônimo Dias Maciel
1873 – 1878	Antônio Dias Maciel
1878 – 1881	Daniel Alves Belluco
1881 – 1883	Bernadinho Antônio Borges
1883 – 1886	Olegário Dias Maciel
1887 – 1890	Antônio Zacharias Álvares da Silva
1890 – 1890	Antônio Álvares da Silva
1890 – 1891	Antônio Zacharias Álvares da Silva
1891 – 1891	Jerônimo Dias Maciel
1892 – 1894	Olegário Dias Maciel
1895 – 1906	Jerônimo Dias Maciel
1896 – 1906	Jerônimo Dias Maciel
1907 – 1913	Olegário Dias Maciel
1914 – 1918	Marcolino Ferreira de Barros
1918 – 1926	Adélio Dias Maciel
1926 – 1930	Marcolino Ferreira de Barros
Período	Prefeitos
1930 – 1945	Clarimundo José da Fonseca Sobrinho
1945 – 1946	João Nei Soares do Couto

1946 – 1946	Sebastião Silva Coutinho
1946 – 1946	Ataulpa Dias Maciel
1946 – 1947	Epaminondas da Costa Lage
1947 – 1947	Jacques Correa da Costa
1947 – 1951	Vicente Pereira Guimarães
1951 – 1955	Jacques Correa da Costa
1955 – 1959	Genésio Garcia Roza
1959 – 1962	Sebastião Alves do Nascimento
1962 – 1963	Vicente Pereira Guimarães
1963 – 1967	Pedro Pereira dos Santos
1967 – 1971	Ataídes de Deus Vieira
1971 – 1973	Sebastião Silvério de Faria
1973 – 1977	Waldemar da Rocha Filho
1977 – 1983	Dácio Pereira da Fonseca
1983 – 1989	Arlindo Porto Neto
1989 – 1993	Antônio do Vale Ramos
1993 – 1996	Jarbas Cambraia
1997 – 2000	Elmiro Alves do Nascimento
2001 – 2004	José Humberto Soares
2005 – 2008	Antônio do Vale Ramos
2009 – 2012	Maria Beatriz de Castro Alves Savassi

Fonte: elaborado pelo pesquisador conforme dados colhidos nas obras consultadas

Ressalta-se que alguns desses administradores foram agentes ou prefeitos, mais de uma vez.

2.2.3 A AGROPECUÁRIA E O COMÉRCIO EM PATOS DE MINAS

A Cidade é rica na agricultura e tem no milho seu cultivo mais difundido entre a população, tanto que o grão dá nome à festa mais importante de Patos de Minas: a Festa Nacional do Milho, conforme será abordado no tópico 3.5 deste estudo. Os migrantes paulistas, ao chegarem aos arredores de Patos de Minas, possuíam experiência no cultivo do milho e, dessa forma, procuravam terras adequadas onde pudessem fazer suas roças (FERNANDES, 2012) e encontraram na região condições favoráveis ao plantio e colheita do cereal.

O milho pode ser consumido pelo homem e outros animais de diversas maneiras: sendo verde pode ser cozido ou assado; ralado faz-se pamonha, sopa, curau, suco e bolos.

Quando seco e moído em forma de fubá²⁰, fabrica-se bolos, farinha de milho, pão. O milho é, ainda, utilizado para a alimentação dos porcos e galinhas, dentre outras possibilidades de uso do cereal.

O algodão foi também trazido pelos migrantes paulistas para as terras que hoje pertencem ao município de Patos de Minas, cultura que era muitas vezes plantada junto ao milho. Os migrantes trouxeram, também, os instrumentos utilizados para essa cultura: o “descaroçador, a carda de arco ou de espículas, as roda de fiar, a dobradeira, a urdideira e o tear horizontal.” No trabalho de beneficiamento de algodão predominava o trabalho familiar, sobretudo o da mulher: “cabia às escravas, onde havia, e mesmo às mulheres livres cumprirem todo o processo de beneficiamento” (FERNANDES, 2012, p. 75).

Além do milho e do algodão, os colonos cultivavam a terra que hoje pertence ao município de Patos de Minas, com outros plantios para subsistência, como: o arroz, o feijão, a mandioca, a batata, a cana-de-açúcar. Produzia-se, também, o fumo e a aguardente.

O excedente da produção agrícola era exportado através da linha férrea de Catiara. Catiara “era o local mais próximo de Patos de Minas onde existia um Ramal ferroviário. Desde 1916, era ligado a Patos através de uma via rodoviária” (FERNANDES, 2012, p. 193, conforme nota de rodapé 176).

Por sua vez, a pecuária na região de Patos de Minas, teve como principal atividade desenvolvida pelos colonos, a criação de gado. Segundo Fernandes (2012) ao passar pela região de Araxá, em 1816, Eschwege²¹ afirmou que a criação de gado, apesar de semisselvagem era fonte de renda que não exigia muito trabalho uma vez que os pastos localizavam-se em campos abertos, em plena liberdade para o gado.

Uma das dificuldades encontradas pelos habitantes das terras de Patos de Minas, era em relação à comercialização dos produtos excedentes. De acordo com Fernandes (2012), os habitantes do lugar não sabiam o que fazer com a produção, uma vez que os centros de consumos estavam distantes. O autor prossegue:

²⁰ O fubá é a farinha de milho simplesmente moída; a farinha é o milho separado dos seus invólucros, feito em papas como auxílio da máquina denominadas *monjolo*; depois, seco em uma caldeira pouco profunda, e por fim reduzido a um pó grosseiro (SAINT-HILAIRE, 1944, p. 117, grifo do autor). Pohl (1976, p. 110) afirma que o fubá é a farinha mais fina que sai do moinho. Por sua vez, “para transformar o milho em farinha, molha-se e descasca-se o grão, pila-se, com adição de água, mexe-se a fogo brando numa frigideira de cobre ou (como se faz em Goiás) sobre uma chapa de xisto quartzífero, e passa-se pela peneira”.

²¹ Wilhelm Ludwig Von Eschwege foi um geógrafo alemão que veio ao Brasil, em 1810, a convite de D. João VI a fim de orientar os mineiros sobre as técnicas de extração mineral e outras dificuldades por eles encontradas (Nota do pesquisador).

A solução encontrada foi o plantio para subsistência e a criação de animais para corte. Estes, reunidos em boiadas, eram conduzidos vivos para a comercialização. Já o leite não era aproveitado para ser vendido. Era apenas utilizado para consumo interno nas fazendas (FERNANDES, 2012, p. 78).

Já por volta de 1870, o comércio da cidade girava em torno da agricultura e da pecuária. Havia bastante plantação de uvas e cana-de-açúcar e da colheita da uva produzia-se em quantidade razoável, o vinho; da cana-de-açúcar, produzia-se a cachaça, a rapadura e o açúcar e Patos contava com diversos engenhos para tal fabricação (OLIVEIRA MELLO; OLIVEIRA; SILVA, 2006).

As atividades desenvolvidas nas roças pelos camponeses patenses eram semelhantes às de outras regiões do interior de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Essas atividades têm, muitas vezes, características de trabalho coletivo e que pode ser denominado de mutirão.

Ainda hoje são realizados diversos mutirões para carroto de milho como, por exemplo, os de carros de bois, que ocorrem todos os anos principalmente em fazendas situadas na região leste do Município.

Esses mutirões procuram caracterizar o passado, buscando sempre uma expansão natural cada vez mais de pessoas interessadas em participar dessas atividades. Geralmente os mutirões apresentam características diversas, mas são sempre marcados pela alegria, fartura de comida e uma boa cachaça.

Os carros de bois que participam desses mutirões percorrem o trajeto sempre um atrás do outro e, de vez em quando, todos os carreiros e candeeiros param para descansar, tomar água, um aperitivo ou comer um taco de rapadura. Por certo, nesses mutirões há sempre um que, montado num burro ou cavalo, filma, fotografa e rememora os tempos de sua infância.

Em outras ocasiões, comboios de carros de bois na municipalidade partem rumo às festividades religiosas em outros municípios, por longos dias e, muitas vezes, prolongando o passeio por até uns quinze dias, com três dias para ir e outros três para voltar, tudo em nome da devoção aos santos de cada lugar para onde vão.

2.2.4 A IGREJA E AS ATIVIDADES RELIGIOSAS DE PATOS DE MINAS

Lima Junior (1943, p. 194 e 197) ressaltou o fato de que em todo estado de Minas Gerais foram erguidas inúmeras igrejas em decorrência, não só do fervor religioso característico do povo português como, também, pela preocupação utilitária. O autor explica que havia àquela época uma mistura de “misticismo e materialismo grosseiro” entre os povos que frequentavam as igrejas: os crimes, os abusos cometidos “eram tolerados, se ocultos, desde que as oferendas à Igreja, aos Santos e os donativos às irmandades aplacassem a cólera divina.”

As igrejas, os padres, bem como as missas, os sacramentos, as procissões e demais eventos religiosos constituíam as principais atividades sociais de Minas Gerais (LIMA JUNIOR, 1943) e como não poderia deixar de ser, também, de Patos de Minas.

Na época do império, as igrejas eram ligadas ao Estado e ao governo cabia a nomeação de vigários que eram “referendados, posteriormente, pelo Bispo. Desde a criação da Paróquia de Santo Antônio dos Patos, até julho de 1875, foi seu vigário o padre Manuel de Brito Freire” (OLIVEIRA MELLO; OLIVEIRA; SILVA, 2006, p. 146).

Após a doação do patrimônio feita por Antônio Joaquim da Silva Guerra e sua esposa, a Santo Antônio, em local onde, por certo, de acordo com os historiadores, já havia um povoado e onde, possivelmente, havia uma imagem de Santo Antônio²², o natural seria a construção de uma capela no local. Salienta-se que a construção dessa capela, além de possibilitar a elevação do então povoado, à categoria de Distrito, permitiria que a população local pudesse ter uma assistência espiritual sem se recorrer ao então distrito de Sant’Ana da Barra do Espírito Santo, atual Santana de Patos.

Patos de Minas elegeu como santo padroeiro, Santo Antônio e, assim, tem designado como feriado municipal o dia 13 de junho.

Santo Antônio é um santo português “miraculoso e popular, na estima coletiva e nos serviços privados e públicos” (LIMA JUNIOR, 1943, p. 182), cuja imagem traz, nos braços, o Divino Filho de Maria. Considerado pela Igreja Católica como o Santo protetor da vida sentimental, ele se tornou, popularmente, protetor das moças casadoiras.

²² Há divergência entre os historiadores Fernandes (2012) e Fonseca (1974) quanto à existência dessa imagem. Fonseca (1974) não concorda com essa existência; Fernandes (2012), sim.

Bom amigo das moças, para as quais sempre arranjou casamento de amor, inigualável para que se recuperassem coisas perdidas, devoção preventivo certo para que se não morresse sem sacramentos, ele auxiliava até a domar animais bravios e a amansar crianças de gênio excitável e turbulento (LIMA JUNIOR, 1943, p. 182).

Embora não se saiba, com precisão, o ano da primeira construção da Matriz de Patos de Minas, Fernandes (2012) em consulta ao Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Patos encontrou escritos a respeito dessa questão informando que uma vez recebida a doação do terreno ao Santo Antônio, em 1826, a fim de que nele fosse edificado um templo, deduz-se que a construção se realizou, no mesmo ano ou logo depois.

Oliveira Mello (1971) afirma que essa primeira construção foi, de fato, realizada no ano da doação do terreno ao Santo: 1826. Já o historiador Fonseca (1974) prefere não arriscar por falta de documentação encontrada para essa afirmação. O historiador acredita que ocorreu uma complementação da primeira capela, no ano de 1850.

Por sua vez, Fernandes (2012) encontrou no Livro do Tombo da Paróquia de Santo Antônio dados importantes sobre a segunda capela, a atual Matriz de Santo Antônio, que foi inaugurada em 1954.

A atual igreja Matriz de Santo Antônio, principal igreja católica de Patos de Minas, levou bastante tempo para ser construída e contou com verbas do governo (OLIVEIRA MELLO; OLIVEIRA; SILVA, 2006). Coube ao padre “Manuel Fleury Curado a tarefa de construção da nova Matriz e futura Catedral de Santo Antônio” (FERNANDES, 2012, p. 257). Ressalta-se que o início da construção ocorreu em junho de 1934.

O projeto da nova Matriz foi entregue ao arquiteto Doutor Emanuel Gianni, ao qual foi solicitado que projetasse uma igreja que tivesse duas frentes possibilitando, assim, que as facções políticas existentes na Cidade, àquela época tivessem sua própria entrada. Depois de o projeto ter sido elaborado, aprovado e exposto à apreciação dos fiéis, ao lado do batistério da velha Catedral, houve o lançamento da pedra fundamental em 12 de junho de 1934, numa cerimônia presidida por Dom Frei Luiz Maria de Sant’Anna (FERNANDES, 2012).

Com início em 16 de junho de 1934, a nova Igreja Matriz de Santo Antônio levou, como já relatado, bastante tempo para ser concluída; com várias paralisações, foi necessário cerca de vinte anos até a sua conclusão. E assim, em 27 de maio de 1954, a atual Catedral de Santo Antônio, foi oficialmente inaugurada.

A religião sempre teve destaque na história de Patos de Minas e na vida de seus habitantes, não só pelas inúmeras igrejas e templos que possui, mas, também, pelas diversas

festas religiosas que ocorrem anualmente e que fazem parte das atrações turísticas da cidade conforme se observa no tópico seguinte.

A igreja, como já se viu anteriormente, teve também, quando da criação do município de Patos de Minas, importância política, pois as eleições ocorriam dentro dela. Por serem unidas ao Estado, as paróquias eram criadas pelo governo e o padre que recebia o ordenado, era tido como funcionário público (OLIVEIRA MELLO; OLIVEIRA; SILVA, 2006).

Quanto à religiosidade, ela se manifesta de várias formas entre os habitantes locais. Na sociedade camponesa, por exemplo, a religiosidade e o misticismo fazem parte da cultura do homem do sertão e a religião tem bastante importância. Nesse sentido, “o natural, o social e o sobrenatural se fundem” para o homem camponês, afirma Fernandes (2012, p. 169).

2.2.5 A CULTURA E O TURISMO EM PATOS DE MINAS

Patos de Minas tem como principal atração turística a Festa Nacional do Milho que se realiza anualmente no mês de maio. Sobre o maior evento da cidade, salienta-se que muito se discute sobre a origem da Festa do Milho, tanto no que se refere ao cenário nacional, quanto à própria festa realizada na cidade. Por não ser objeto principal desta pesquisa não há intenção de se esgotar o tema; mas apenas fazer uma pequena abordagem.

Para Fonseca (1974), quem deu início à festa foi a Sociedade Paulista de Agricultura em 1915; depois a festa ocorreu em Belo Horizonte, em 1916; em 1917, no Paraná; no Distrito Federal em 1918 para, tempos depois, acontecer em Patos de Minas.

Quanto à primeira Festa do Milho do Município, pode-se dizer que suas raízes estão nos cursos de Professores Rurais realizados na Fazenda Rosário – Ibirité – Minas Gerais, local onde os professores camponeses de Patos de Minas e região eram capacitados, em meados do século XX.

A professora Célia Santos de Lima que trabalhava na Escola Municipal “Monte Castelo”, situada no Distrito de Chumbo – povoado de Bonsucesso de Patos –, ao retornar de um curso realizado naquela cidade, em 1956, coloca seu aprendizado em prática organizando a primeira Festa do Milho no Município, no dia 29 de junho do mesmo ano.

A Festa do Milho de Ibirité, em Minas Gerais, é reconhecida por historiadores da área da educação, pois contou com a intervenção de Helena Antipoff²³, educadora reconhecida por seus trabalhos pedagógicos, sobretudo, na área rural. A Festa do Milho foi promovida pela primeira vez naquela cidade em 1948, na Escola Sandoval Soares de Azevedo.

A Festa do Milho originou-se nos Cursos de Professores Rurais, desde 1948, nos atos de encerramento dos mesmos, através das exposições, concursos e manifestações folclóricas, após meses de estudos e atividades práticas, didáticas, agrícolas, artesanais e artísticas (ANTIPOFF, 1964, p. 157).

Essa festa tratava de uma cerimônia tipicamente para o meio rural, demonstrando a importância dessa cultura na consolidação de novas aprendizagens.

A Festa do Milho nasceu da necessidade de orientar as escolas rurais para métodos ativos, mais socializados e produtivos de ensino. A boa escola leva o aluno a trabalhar com suas próprias mãos; leva-o a pensar com as mãos, a sentir, a exprimir os desejos e a revelar aptidões. Ela ajuda a produzir valores sociais e econômicos, preparando o homem do campo para uma vida menos dependente das contingências precárias do meio rural que o fazem fugir para a cidade (ANTIPOFF, 1964, p. 157).

Nesse sentido, a Festa do Milho que ocorre em Patos de Minas, também tem como objetivo demonstrar o êxito da cultura do milho, mas suas maiores atrações ocorrem na cidade e são direcionadas ao público em geral, atingindo todas as classes, idades e estilos de vida. Há exposições agropecuárias; desfile estudantil; shows musicais e artísticos; exposições de artes, de produtos artesanais e de comidas típicas. As atrações se concentram, principalmente, no Parque de Exposição e no centro da cidade, sobretudo, na Avenida Getúlio Vargas.

A primeira Festa do Milho ocorrida na Cidade aconteceu em maio de 1959 com encerramento no dia 24, dia do aniversário de Patos de Minas. Também se discute, entre os historiadores, de quem foi a ideia inicial para a realização desse evento. Foram as seguintes informações colhidas por este pesquisador relacionadas à ideia da Festa: do Padre Almir Neves de Medeiros (COURY, 2008); da senhora Lia Brochado Dias e amigas (OLIVEIRA MELLO, 1983); de Dona Vera Neves (FERNANDES, 2012). Essa controvérsia também não será objeto de análise por este pesquisador, mas considerou-se importante destacar as diversas versões dadas pelos historiadores, a respeito.

²³ Helena Antipoff (1892-1974) pedagoga e psicóloga russa já referenciada na nota de rodapé 3, deste estudo.

Por sugestão de Dom José André Coimbra, bispo patense, a Associação Rural de Patos de Minas foi escolhida para fazer parte da coordenação da Festa que organizou, ainda “durante a primeira festa, a Primeira Semana Ruralista, buscando conscientizar os agricultores e pecuaristas da necessidade de aprimoramento das técnicas de cultivo e manejo dos animais” (FERNANDES, 2012, p. 211).

Fernandes (2012) salienta que, ao término da primeira Festa na cidade, o bispo Dom José André Coimbra e o Padre Josias Tolentino de Araújo, então secretário da Associação Rural, idealizaram uma exposição agropecuária a ser realizada quando da segunda Festa do Milho.

Outro fato importante ocorrido durante a primeira Festa do Milho na Cidade, de acordo com Coury (2008), foi a eleição da Primeira Rainha do Milho: Helena Alves. A eleição aconteceu durante o baile de gala, no armazém da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG), e contou com mais duas outras candidatas ao título de rainha: Nívea Santos de Oliveira e Maria Marta Caixeta Borges.

Esta primeira Festa do Milho realizada começa a ser propagada em todo o Brasil a partir de 1959, e é hoje um dos principais meios de divulgação da cultura e do povo de Patos de Minas.

A importância do milho é de relevância tão significativa para Patos de Minas e para o país que o Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, através do Decreto nº 56.286, de 17 de maio de 1965, instituiu o **Dia Nacional do Milho**²⁴, embora não faça nenhuma referência ao Município (BRASIL, 1965).

Depois de um ano e por meio da Portaria nº 193 (BRASIL, 1966), o Dia Nacional do Milho passa a ser comemorado em Patos de Minas.

O Ministério do Estado dos Negócios da Agricultura, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto Nº 56.286, de 17 de maio de 1965, resolve:

Fixar o dia 24 de maio para a comemoração do “Dia Nacional do Milho”, na cidade de Patos de Minas no Estado de Minas Gerais (BRASIL, 1966, [s. p.]).

Importa salientar que outras duas leis municipais tratam de aspectos relacionados à importância do milho para a cidade: a Lei nº 5.082, de 1 de outubro de 2001, que declara a

²⁴ Art. 1º É instituído o Dia Nacional do Milho, destinado a estimular e orientar a cultura do milho no país. Parágrafo Único: O Ministério da Agricultura fixará, anualmente, a data em que se comemorará o “Dia Nacional do Milho” e o local em que terá lugar a sua celebração.

Festa Nacional do Milho, ato de interesse do Município de Patos de Minas e a Lei nº 5.731, de 28 de abril de 2006, que institui, no município de Patos de Minas, a corrida e a caminhada do milho “Prova Professora Célia Santos de Lima”, e dá outras providências.

Em se tratando, ainda, de festividades que ocorrem em Patos de Minas é importante reforçar que a Festa Nacional do Milho é a maior das atrações turísticas e festivas, mas que não é a única festa importante que acontece na Cidade. Patos de Minas também comemora outros eventos relevantes tais como: a Folia de Reis; a *Beats* Patos e a Festa de Santo Antônio que este estudo destaca de forma sucinta.

- A Folia de Reis – evento que se inicia no dia 6 de janeiro de cada ano e que durante os primeiros meses faz suas apresentações em emissoras de Rádio da cidade. Tida por alguns como uma festa religiosa, por outros como uma manifestação cultural de cunho folclórico, a Folia de Reis em Patos de Minas passou a ter, também, como objetivo, a partir da década de 60 do século XX, arrecadar dinheiro e donativos a serem entregues ao Dispensário de São Vicente de Paulo, para a manutenção de seus trabalhos assistenciais e de caridade.

- *Beats* Patos – um dos mais novos eventos da cidade, cuja primeira festa ocorreu em 2002, a *Beats* Patos ocorre entre março e abril de cada ano e se inicia às 11h59min da Sexta-Feira Santa e só termina depois do dia amanhecer sem uma hora fixa. Essa festa conta com vários DJs renomados e acontece no Parque de Exposições.

- A Festa de Santo Antônio – que ocorre no mês de junho de cada ano, cujo primeiro registro que se tem data de 1914. A partir de 1948, a referida festa conta com uma movimentação social considerável. Barraquinhas são montadas na Praça da Avenida Getúlio Vargas, em frente à Catedral e oferecem comidas e bebidas típicas a fim de arrecadar fundos para a manutenção da Igreja e das obras religiosas.

2.2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE PATOS DE MINAS NO CENÁRIO MINEIRO

Ao pesquisar sobre aspectos importantes do município de Patos de Minas junto aos historiadores verifica-se que há uma enormidade de fatos controversos entre um autor e outro e que há, sobretudo, ausência de documentação legítima que possa constatar a autenticidade de fatos passados.

Sabe-se que essa não é uma realidade apenas da Cidade investigada; que muito da história mineira e brasileira se perdeu em meio à falta de cuidado e de pesquisadores dispostos a reconstruir uma história, tal como ela é.

Assim como este estudo, muitas outras pesquisas não esgotaram os aspectos que poderiam reconstruir o passado dos patenses e da cidade. Muitos autores, em consequência do objeto principal de suas obras, trataram de forma rasa os demais assuntos pertinentes em contexto.

Em decorrência do objeto principal deste estudo ter sido as escolas municipais rurais do município, houve, de forma semelhante às demais pesquisas, um tratamento não aprofundado dos demais aspectos relevantes que compõem a história de Patos de Minas.

Seria interessante que obras futuras a respeito da Cidade focassem mais em determinados aspectos e tentassem, ao máximo, esgotar a temática escolhida, investindo tempo e dedicação para isso. Ao tratar da história da diocese de Patos de Minas, da história da Festa Nacional do Milho, Fernandes (2012) e Coury (2008), respectivamente cuidaram para que parte da História de Patos de Minas fosse pesquisada de forma mais específica e criteriosa.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO RURAL EM PATOS DE MINAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

As raízes do processo de escolarização no município de Patos de Minas, revelam as iniciativas da esfera privada, as intervenções do Poder Público e a luta das comunidades camponesas na busca de uma escola com ensino das primeiras letras.

Até meados do século XX, o ensino das primeiras letras ficava a cargo das famílias ou mestres-escolas espalhados pelo Município, época que se inicia de fato o processo de expansão das construções escolares no meio rural pelo Poder Público Municipal.

As reais contribuições dos mestres-escolas na transmissão do conhecimento formal e informal anterior à institucionalização do ensino primário rural serão abordadas neste capítulo a fim de responder a um dos questionamentos que motivaram o pesquisador a realizar este estudo.

Para atender ao segundo questionamento feito pelo pesquisador, este capítulo examinou, também, em que circunstâncias os processos de municipalização e nucleação das escolas primárias municipais se estabeleceram em Patos de Minas.

Considerando importante para o desenvolvimento educacional no meio rural, fez-se, também, neste capítulo, uma pequena abordagem sobre os primeiros ginásios camponeses e a primeira escola para formação de professores – habilitação de 1^a a 4^a séries no município de Patos de Minas.

Dessa forma, e a fim de responder às duas indagações principais deste estudo, o capítulo III tratará, além dessa abordagem sucinta sobre os primeiros ginásios no meio rural, das seguintes questões:

- O caminho traçado pelos mestres-escolas no ensino primário rural do município e os materiais e métodos utilizados por esses educadores;
- A institucionalização do ensino primário rural, seus reflexos positivos na sociedade e a formação de professores municipais;
- A escola municipal rural do município em meados do século XX em virtude da regulamentação municipal de 1941;
- E, por fim, o fechamento das escolas municipais com classes multisseriadas em decorrência da falta de alunos e a implantação do processo de nucleação.

3.1 MESTRES-ESCOLAS: O CAMINHO

As escolas com ensino oficializado, desde a emancipação do município de Patos de Minas em 1866, até a década de 40 do século XX, não eram em número suficiente para atender a demanda da população em idade escolar. Essa deficiência educacional fazia com que os mestres-escolas fossem os embriões da educação urbana e principalmente das escolas rurais brasileiras. Esses primeiros educadores rurais ensinavam a ler, a escrever e a fazer contas e, às vezes, utilizavam livros e manuscritos que serviam como instrumentos para auxiliar e avaliar o aprendizado.

Os mestres-escolas eram os representantes do conhecimento intelectual que saíam, a caminhar como andarilhos, no meio rural brasileiro a pedido e remunerados por aqueles proprietários rurais que tinham melhor situação financeira. Esses educadores anônimos representavam uma realidade não contabilizada numericamente; ausentes, portanto, do conhecimento dos órgãos públicos educacionais.

Para atender o alunado residente no meio rural, os serviços dos mestres-escolas – mesmo daqueles que não tinham total domínio das matérias repassadas – eram utilizados, uma vez que a escola pública rural, até meados do século XX, era apenas um sonho desejável da maioria da população campestre. Essas escolas não eram suficientes para atender ao homem do campo e aos seus filhos.

Assim, tinham vez os anônimos, porém abnegados mestres-escolas. Raros entre eles os plenamente capazes. Chegavam às povoações ou às fazendas de maior número de agregados, faziam um trato com os grandes do lugarejo ou com os fazendeiros, dando início ao ensino das primeiras letras (FONSECA, 1974, p. 123).

Apesar de suas limitações e o pouco conhecimento em razão de não terem muitas vezes nem concluído a educação primária, esses mestres-escolas, tiveram sua importância histórica na redução do analfabetismo durante o século XIX e até meados do século subsequente, levando a instrução das primeiras letras, mesmo de forma artesanal, à população residente nos lugares mais distantes das escolas oficializadas.

A viabilização desse ensino rural contava com a iniciativa do proprietário de terras que contratava o mestre-escola, a princípio, para sua prole. Porém, o proprietário acabava cedendo-o aos filhos dos compadres, agregados, meeiros e conhecidos da região,

mediante pagamento em dinheiro, prestação de serviços braçais, ou, ainda, custeando as despesas relacionadas ao trabalho desse professor autônomo.

Independente da situação econômica das famílias era comum, à época dos mestres-escolas, que os casais camponeses tivessem vários filhos, o que propiciava, conseqüentemente, em mais trabalhadores para cuidar dos afazeres domésticos ou tarefas como a lida do gado ou plantio de produtos agrícolas, possibilitando, assim, a contratação desse mestre-escola anônimo para atender à demanda dos filhos dos proprietários de terra e dos filhos dos seus empregados.

Em algumas situações, os alunos teriam que deixar de ir à escola por um determinado período do mês a fim de executar algum trabalho que possibilitasse o pagamento da própria despesa contraída junto ao professor. Dessa forma, várias famílias de uma comunidade eram atendidas, por esse mestre-escola.

O mestre-escola poderia receber o pagamento, de parte ou totalidade de seus serviços, em alimentos produzidos na fazenda, tais como: farinha, toucinho, feijão, arroz, ou, até mesmo outros apetrechos que constituíam produtos para a barganha.

Poderia acontecer, também, do fazendeiro empreitar a educação dos filhos para que os mestres-escolas pudessem ensiná-los a ler, a escrever e a fazer contas. Em situações adversas, no entanto, quando o mestre-escola morava em lugares onde a distância impossibilitava o traslado diário, alunos eram levados a residirem na casa desse mestre-escola pelo período que correspondia ao empreito.

Os fazendeiros que, sem condições financeiras ou por considerar que levar seus filhos para a cidade traria prejuízo que não seria compensado pela escolarização, acabavam vendo nos mestres-escolas uma saída, para além da reputação na comunidade: a garantia de permanência de seus filhos junto às tarefas do dia a dia na fazenda.

Contudo, o mestre-escola não permanecia muito tempo em uma mesma fazenda. Uma vez cumprida sua missão se deslocava para outra comunidade. Naquelas situações em que o mestre-escola era casado e a comunidade ofertava, também, trabalho para o cônjuge, o casal residia na fazenda do contratante. Ao casal, quando era o caso, garantia-se uma casa para morar.

Porém, em outras situações, a escola funcionava na própria casa do mestre-escola, com todos os inconvenientes da época: casa coberta com capim sapê, parede de pau-a-pique, chão batido.

Os mestres-escolas tinham, também, o trabalho de preparar novos mestres-escolas para a missão de ensinar. Assim, esses mestres abnegados se multiplicavam a fim de suprir a falta de escolas, principalmente, no meio rural.

No município de Patos de Minas, os mestres-escolas tiveram uma atuação bastante relevante, uma vez que as escolas públicas não eram suficientes para atender a população campesina em idade escolar.

3.1.1 ATUAÇÃO DOS MESTRES-ESCOLAS EM PATOS DE MINAS

A presença dos mestres-escolas, tanto no município de Patos de Minas como nos demais municípios mineiros, justificava-se pela ausência de escolas públicas da Província das Minas Gerais e ou ausência de mestres capazes de preencher as exigências do ensino oficializado. É o que afirma Fonseca (1974)

A vastidão da Província, escassos meios de comunicação, as distâncias que medeavam entre os habitantes constituíam alguns dos fatores, pelos quais o governo dava maior atenção ao ensino nas regiões de formação populacional mais compacta. Outro fator, o maior, era mesmo a falta de mestres, capazes de preencher as exigências do ensino. Ainda, a pouca disposição que os mais capacitados tinham de arredar pé das cidades ou vilas mais importantes: Ouro Preto, Sabará, Barbacena, São João Del Rei e outras (FONSECA, 1974, p. 123).

Fonseca (1974) relata que nas décadas de 1930 e 1940, o atraso quanto aos estabelecimentos de escolas rurais era tanto que a adoção dos mestres-escolas nessas localidades foi, realmente, a única alternativa encontrada. Àquela época, dezenas de mestres-escolas estavam espalhados por todo o município de Patos de Minas.

Nesse mesmo período são edificadas quatro escolas estaduais no Município: uma delas, na cidade, a Escola Estadual Professor Antônio Dias Maciel e as outras três nos distritos de Presidente Olegário, Lagoa Formosa e Santana de Patos.

Porém, a falta de recursos e ainda a necessidade de recolher 10% das rendas anuais do Município para o Fundo Escolar Estadual, conforme dispunha o Decreto nº 10.641, de 28 de dezembro de 1932, fez com que praticamente inexistissem escolas municipais rurais em funcionamento.

Contudo, em meados do século XX, os mestres-escolas começaram a perder

prestígio junto ao povo campestre do município e passaram a ser vistos como um problema, uma vez que as edificações de prédios escolares municipais começaram a surgir, tornando uma realidade local. Foi quando a população campestre passou a contar com ensino institucionalizado e pago pelo Poder Público. A partir de então, uma comunidade rural, sem escola, passou a significar ausência de progresso e, necessariamente, precisaria se modernizar.

Dessa forma, não mais justificaria a presença do mestre-escola no campo. Nesse período, o êxodo rural já havia dispersado parte significativa das famílias de maior poder aquisitivo das áreas campestres que iam, para as cidades em busca de uma educação mais primorosa para seus filhos e que era encontrada apenas no meio citadino.

Ressalta-se, contudo, que os mestres-escolas foram responsáveis, na maioria das vezes, pelo único sistema educacional existente no meio rural patense. Em meio às dificuldades encontradas por ausência de ambiente propício para o estudo; utilizando métodos e materiais, muitas vezes precários; os mestres-escolas possibilitaram que crianças campestres não ficassem totalmente alheias ao conhecimento e à educação.

Vários desses mestres-escolas incorporados ao quadro do magistério eram habitantes das comunidades do município onde ensinavam; eram líderes comunitários e bastante valorizados e que tomavam frente em vários acontecimentos locais, mesmo havendo, entre eles, alguns com limitações já que não eram devidamente preparados para esse ofício.

A limitação desses mestres-escolas não impedia, contudo, que sua atuação em sala de aula fosse exemplar, que atuassem como elemento de ligação entre a comunidade e a escola, que rompessem barreiras e enfrentassem desafios.

Dentre várias barreiras e desafios encontrados por esses mestres-escolas destacam, dentre outros, a ausência de material didático, eletricidade, água, serviço de transporte, salário digno. Mesmo assim, muito desses professores ficaram a cargo dessa função até se aposentarem, em razão da inexistência de professores habilitados que os substituíssem.

3.1.2 MATERIAIS E MÉTODOS UTILIZADOS PELOS MESTRES-ESCOLAS

As classes dirigidas pelos mestres-escolas eram constituídas por alunos de todas as idades. Os cânticos faziam parte da prática diária do ensino de várias disciplinas. Nesse

sentido, observava-se um fato habitualmente curioso quando ocorria o cântico da tabuada²⁵: a algazarra era generalizada, todos cantavam a um só tempo e mesmo o aluno que ainda não sabia ler, aprendia a tabuada de cor.

A tabuada era uma árdua tarefa a ser cumprida diariamente, a alegria estava só no momento do canto quando toda a classe participava, com mais envolvimento, da aula. Assim, era a rotina: um mais um é igual a dois, um mais dois é igual a três, um mais três é igual a quatro, e, assim, por diante.

Notava-se que as tabuadas de subtrair e somar eram mais fáceis, sendo as mais difíceis as de multiplicar e dividir, principalmente, quando se acrescentava os “noves fora”.

Os mestres-escolas adotavam livros que eram adquiridos conforme a disponibilidade de recursos financeiros das famílias. Estes eram usados de acordo com o tempo de escolaridade e conhecimento adquirido, sendo que em Patos de Minas, tanto no meio campesino, quanto nas escolas públicas utilizavam-se, normalmente, a partir do segundo decênio do século XX, os livros de João Lúcio Brandão: O Livro de Zezé – Cartilha; O Livro de Elza, O Livro de Violeta e, por fim, o Livro de Ildeu.

A assimilação do conhecimento nem sempre dependia do esforço do aluno ou do mestre-escola, considerando que o método adotado, consistia em decorar: as regras gramaticais; os nomes dos presidentes do Brasil; os rios brasileiros mais importantes com seus respectivos afluentes da margem direita e esquerda; sem haver, contudo, nenhuma espécie de contextualização que pudesse aproximar as matérias repassadas à realidade dos alunos campesinos.

Porém, cada aluno aprendia conforme fosse dominando os conteúdos repassados pelo mestre-escola; de um livro poderia passar para o livro seguinte conforme fosse adquirindo os conhecimentos necessários.

Apesar dessa não contextualização e de alguns métodos não eficazes utilizados pelos mestres-escolas, não se pode negar suas reais contribuições para que grande parte da população campesina não vivesse em total ignorância e, conseqüentemente, para que o desenvolvimento econômico da região, pois é sabido que a educação facilita esse incremento.

Nesse sentido, à época dos mestres-escolas os meios de comunicação disponíveis, que refletiam o pensamento da sociedade, preocupavam-se com o desenvolvimento intelectual de sua população e com os seus reflexos, conforme se observa no fragmento do artigo do autor Rezende (1952) publicado no jornal Tribuna de Patos:

²⁵ Operações orais de somar, diminuir, multiplicar e dividir, constituída de números de um ou dois algarismos.

Um povo ignorante será, forçosamente, atrasado na sua marcha para o progresso, amarrado a métodos obsoletos e ultrapassados na criação de sua riqueza material. Não há, pois, desenvolvimento econômico sem um correspondente aprimoramento intelectual das grandes massas (REZENDE, 1952, p. 2).

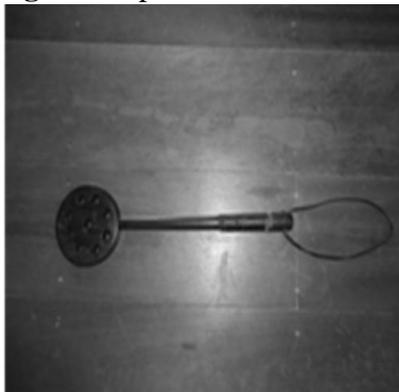
Ressalta-se que, por costume, àquela época os alunos eram classificados como inteligentes e não inteligentes pela capacidade que tinham de memorizar ou não a matéria repassada pelos mestres-escolas. Por não terem formação específica para o magistério, aos mestres-escolas, muitas vezes não importava se o aluno apreendia ou não as matérias repassadas, se eram ou não úteis à sua vida; importava, sobretudo, se o aluno soubesse de cor, o que ensinavam.

Em se tratando de métodos utilizados pelos mestres-escolas, importa ressaltar o papel de dois objetos condutores da disciplina em sala de aula: a licença²⁶ e a palmatória²⁷.

A licença era habitualmente utilizada pelo aluno para que pudesse fazer suas necessidades fisiológicas no mato mais próximo. O objeto ficava em cima da mesa do mestre-escola e o aluno só saía da sala se o professor assim permitisse. Enquanto a licença não voltasse para a mesa do professor ninguém mais estava autorizado a sair.

Por sua vez, a palmatória era comumente utilizada nos anos oitocentistas a fim de castigar e punir os alunos transgressores da ordem e como recurso para garantir a aprendizagem. Dessa forma, mesmo proibida pela Lei Geral do Ensino de 1827, os mestres-escolas continuaram usando esse objeto para disciplinar o comportamento dos alunos.

Figura 3 - palmatória



Fonte: Museu de Patos de Minas - 2012

²⁶ Licença era um pequeno objeto que permanecia em cima da mesa do mestre-escola. Quando o aluno recebia esse objeto em mãos significava que tinha permissão para sair da classe.

²⁷ Palmatória era um pequeno pedaço de madeira roliça em formato de uma colher e com pequenos furos na sua parte oval achatada.

Posteriormente, regulamentou-se a reutilização da palmatória, conforme afirma Silva (1975):

Os Regulamentos de 1835 e 1836 reintroduziram o uso da palmatória nas escolas, o primeiro dosando as palmatórias a “seis bolos” e o segundo recomendando “uso moderado”. A par do recurso da palmatória, rotineiramente aplicavam-se castigos corporais não previstos em lei, tais como: vergastadas com varas de marmelo, com réguas e até o suplício das pontas de lápis aplicadas às cabeças infantis (SILVA, 1975, p. 199).

A palmatória foi muito usada no contexto da história da educação no Brasil, ocorrendo, também, em Patos de Minas, até meados do século XX, quando se punia com certa quantia de bolos²⁸ os alunos que não fizessem as lições diárias ou descumprissem as normas estabelecidas pelo professor. E, dessa forma, muitos alunos temerosos da punição e procurando evitá-la, aprendiam a ler, a escrever e a fazer contas.

As ameaças eram constantes e as consequências do excesso de bolos poderiam levar ao inchaço das mãos de alguns alunos. Àqueles alunos com mais dificuldade de aprender, cabiam, conseqüentemente, mais bolos. Muitas vezes o professor fazia um furo no centro da parte oval da concha da palmatória fazendo com que esse furo chupasse o sangue da mão do aluno provocando, dessa forma, uma dor bem mais acentuada.

3.2 O ENSINO INSTITUCIONALIZADO EM PATOS DE MINAS

A institucionalização do ensino primário – objeto deste estudo – em Patos de Minas foi bastante relevante para a cidade. Contudo, não só o ensino primário teve importância para o desenvolvimento educacional do município de Patos de Minas. A fundação dos primeiros ginásios do município contribuiu, também, para esse progresso.

Nesse sentido, é importante tratar, ainda que de forma sucinta, sobre a fundação dos primeiros ginásios no município de Patos de Minas.

O Ginásio João XXIII (Figura 4) foi fundado em outubro de 1970 e autorizado a funcionar de acordo com a Resolução 11/1971 publicada no jornal oficial do Estado: Minas

²⁸ O bolo de palmatória era cada batida da palmatória na mão do aluno que era castigado. O aluno que ia receber os bolos – de outro colega indicado pelo mestre-escola – estendia a mão aberta para receber a quantidade de bolos determinada.

Gerais, em 20 de janeiro de 1971. O Ginásio foi registrado no Cartório de Títulos de Pessoas Jurídicas, Livro B nº 4, na página 40, sob o nº 2.260 em 20 de outubro de 1970. O Estabelecimento escolar situa-se na Praça D. José Coimbra, 250, no Distrito de Pindaíbas, município de Patos de Minas.

Figura 4 – Ginásio João XXIII – Pindaíbas



Fonte: Arquivo do pesquisador –2007

O Ginásio João XXIII era de propriedade de Dercílio Ribeiro de Amorim, sendo indicado para seu primeiro diretor o professor Waldemar Antônio Mendes e, para secretária, a professora Cremilda Pereira Mendes.

Naquela época o prédio do Ginásio, ora examinado, foi constituído com um pavimento em uma área de 253 m² de construção cuja área livre era de 1050 m², sendo o Senhor José Paulo de Amorim e sua mulher, Joventina Moreira de Amorim, os proprietários do imóvel. Houve um contrato de cessão de uso do prédio por um período de dez anos, com a condição de que não houvesse mudança em sua finalidade educacional.

Em 23 de novembro de 1976 os proprietários do terreno: José Paulo de Amorim e Joventina Moreira de Amorim fazem a doação do local onde funcionava o Ginásio em favor da firma individual de Dercílio Ribeiro de Amorim.

Os primeiros professores daquele estabelecimento foram: Altamir Pereira da Fonseca; Maria Celeste Mendes; Vera Lúcia Rocha; Maria José Guimarães; Antônio Alves de Araújo; José Mendonça de Moraes; Celsuita Pereira Guimarães; Diuza Pereira Borges.

Por sua vez, o primeiro ginásio rural público municipal, Ginásio Municipal Esperança em Major Porto, distrito de Patos de Minas (Figuras 5 e 6), foi idealizado pelo professor José Gonçalves de Arcanjo. O Ginásio foi fundado em 3 de junho de 1968 e as atividades escolares tiveram início em 3 de março de 1969.

Figura 5 – Ginásio Municipal Esperança – Major Porto – 1969



Fonte: Arquivo de José Gonçalves de Arcanjo – 2012

Figura 6 – Ginásio Municipal Esperança – Major Porto



Fonte: Arquivo do pesquisador – 2007

A princípio, o Ginásio Municipal Esperança era de propriedade dos professores Waldemar Antônio Mendes e José Gonçalves Arcanjo. Menos de três anos de funcionamento,

o Ginásio foi vendido para a Prefeitura de Patos de Minas em 1º de abril de 1971, passando, dessa forma, a ser a primeira instituição escolar pública, quer seja municipal ou estadual, a oferecer o ensino ginásial no meio rural de Patos de Minas.

No final de 1968, esse Ginásio ofereceu aos alunos pretendentes a uma vaga, o Curso de Admissão, ministrado pelos professores Geraldo Gonçalves Arcanjo e José Gonçalves Arcanjo. O Ginásio teve como primeira Auxiliar de Serviços Gerais, Gasparina Luísa de Amorim e, como Secretário um dos proprietários, José Gonçalves Arcanjo.

Já a Escola Municipal de 2º grau do Chumbo – onde atualmente em prédio estadual funcionam duas escolas (Figura 7): Escola Estadual Arlindo Porto e Escola Municipal Major Augusto Porto – foi a primeira escola municipal rural de Patos de Minas a implantar o curso de formação de professores de primeira à quarta série, em 1986, em conformidade com a Resolução CEE nº 306/83.

Figura 7 – Escola Municipal de 2º grau do Chumbo



Fonte: Arquivo do pesquisador – 2007

Por sua vez, o curso de formação de professores de 1ª a 4ª série cedeu lugar ao Ensino Médio Científico de forma progressiva até a sua extinção, de acordo com a Portaria nº 671/97..

3.2.1 AS PRIMEIRAS ESCOLAS RURAIS DE PRIMEIRAS LETRAS DO MUNICÍPIO

A primeira escola rural de primeiras letras no município de Patos de Minas, conforme estudos de Fonseca (1974), foi ativada em 1825 em Sant'Anna da Barra do Espírito Santo, com sete discípulos, sendo que as despesas e o trabalho do Professor Bernardo Ferraz de Araújo ficaram a cargo dos pais dos alunos e outros particulares.

Por sua vez, a primeira escola pública primária instalada no município aconteceu em 1853 (FONSECA, 1974). Essa instalação só foi possível em virtude da Lei Geral Relativa ao Ensino Elementar, de 15 de outubro de 1827²⁹ e, mesmo assim, essa instalação só ocorreu em Patos de Minas, depois de 26 anos da promulgação da lei.

A Lei Geral de 1827 trata-se de uma norma de grande importância para o ensino público primário rural e urbano, pois permitiu que se criassem “escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” (BRASIL, 1827), conforme necessidade de cada uma dessas comunidades.

Ao tempo em que a Lei em comento permitiu a criação de escolas públicas primárias, autorizou, também, “aos presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras”, que se extinguissem, conforme artigo 1º, as escolas já existentes em locais pouco populosos e removessem os professores que nessas escolas trabalhassem (BRASIL, 1827).

O artigo 3º da referida Lei permitiu flexibilidade nos ordenados dos professores a serem taxados pelos presidentes das províncias das escolas criadas, de acordo com as circunstâncias da população atendida e a carestia dos lugares.

As escolas de cada província deveriam funcionar nos edifícios já existentes nos locais onde coubessem suas instalações, e os materiais necessários a serem utilizados pelos professores seriam custeados pela Fazenda Pública, de acordo com o artigo 5º da Lei em comento. O referido artigo tratou, também, da instrução necessária aos professores desse ensino: aos que não fossem suficientemente instruídos para esse ofício, deveriam instruir-se à custa de seus ordenados e no menor prazo possível, nas escolas das capitais das províncias.

As disciplinas que deveriam ser ministradas pelos professores foram dispostas no artigo 6º da Lei do Ensino Elementar de 1827 conforme se verifica:

²⁹ Destaca-se a importância do dia e mês em que a Lei Geral Relativa ao Ensino Elementar foi promulgada: 15 de outubro; pois, posteriormente, por meio do Decreto nº 52.682, de 14 de Outubro de 1963, fez-se remissão a essa data para estipular o dia do professor.

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827).

Além das disciplinas dispostas no artigo 6º da referida Lei em comento, mestras seriam nomeadas para ensinar prendas domésticas aos alunos conforme disposto no artigo 12. Ressalta-se que essas mestras deveriam possuir os conhecimentos dispostos no artigo 6º, com exceção das noções de geometria e limando-se às quatro operações de aritmética, além de possuir reconhecida honestidade, passarem por exame público e serem brasileiras.

A Lei do Ensino Elementar tratou também de outras questões como: gratificação anual e provimento dos professores e das mestras (artigos 10, 13, 14); regimento estatutário das escolas e método de castigos a serem aplicados (artigo 15).

E, em decorrência da Lei de Ensino Elementar, ora comentada de forma sucinta, é que em 1853, surgiu, junto à criação da primeira escola pública primária do município, a primeira cadeira de instrução, cujo professor nomeado foi Francisco de Paula e Souza Bretas, em 18 de maio de 1853. É o que se verifica, conforme Fonseca (1974)

Em 7 de maio de 1853, atendendo a um pedido da Câmara de Vereadores de Patrocínio, o governo baixou portaria criando uma cadeira de instrução primária na Freguesia de Santo Antônio dos Patos. Uma data para ser guardada. Marca a oficialização do ensino em Patos de Minas (FONSECA, 1974, p. 125).

Porém, em 1857, em conformidade com Fonseca (1974), o professor Bretas é denunciado pelo exercício ilegal do ofício, como se observa:

O governo recebe denúncia, em 1857, de que o professor Bretas estava exercendo o ofício de escrivão da subdelegacia do Distrito de Patos. Determina ao diretor do Círculo Literário que, imediatamente, o repreenda “pelo ostensivo procedimento, e também por haver transferido o feriado da 5ª feira para o segundo dia da semana” (FONSECA, 1974, p. 127).

Contrariado com as denúncias sob sua atuação, Bretas abandona o cargo, sendo lavrado o ato de sua demissão em 2 de janeiro de 1858. Em 1859, o agente geral nomeia de forma precária o segundo professor Antônio José dos Santos e Formiguinha, sendo este designado interinamente a 23 de outubro de 1861.

Segundo (FONSECA, 1974), no ano de 1894 foi criada a segunda cadeira de ensino para o sexo masculino em Patos.

Em 1880, a Lei Provincial nº 2.716, de 18 de dezembro determinou que fossem criadas escolas primárias para o sexo masculino e feminino em todas as freguesias onde não as havia. É o que se verifica no artigo 21 da referida Lei: “Ficam creadas, em todas as freguesias da província que ainda as não tenha, uma escola primária para o sexo masculino e outra para o sexo feminino. Essas escolas serão providas na proporção dos fundos consignados annualmente em leis de orçamento provincial” (MINAS GERAIS, 1880).

A fim de atender a determinação legal, em 7 de maio de 1883, oficializou-se a instrução primária do sexo feminino no município, por portaria do governo provincial.

Contudo, não houve por parte dos pais de família apoio necessário que possibilitasse às suas filhas o acesso ao ensino e o Distrito de Santo Antônio dos Patos teve dificuldades nessa implantação. Perduravam as incertezas e o descaso dos chefes de família, em razão de uma mentalidade atrasada que via a mulher como uma peça unicamente capaz de cuidar da casa, do marido e dos filhos (FONSECA, 1974).

Pouco caso esse, agravado mais ainda, pela mentalidade quase generalizada, de que a mulher era traste de casa, escondida a sete chaves, até o namoro (de longe, sem pega de mãos, e muitas vezes – e quantas – através dos buracos das fechaduras). A bondosa dona Queta afirmava que, para a mulher do tempo antigo eram exigidos os três “cês”: costura, cueiro e comida. Boa costureira, boa lidadeira com os recém-nascidos, e boa cozinheira de forno e fomalha (FONSECA, 1974, p. 134).

Depois de instituída a escola primária pública no distrito sede, e em conformidade com a Lei nº 2.847, de 25 de outubro de 1881³⁰, assinada pelo Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, Senador do Império e Presidente da Província de Minas Gerais, outras sedes distritais do Município passaram a possuir, também, as primeiras cadeiras dessa instrução. Foram os seguintes distritos agraciados: Santa Rita de Patos; Areado, Lagoa Formosa e San'Ana do Parahyba (MINAS GERAIS, 1881).

Em relação à cadeira de instrução primária de Santa Rita de Patos, Fonseca (1974) afirma que essa cadeira foi convertida em noturna para o sexo masculino em 22 de abril de 1930 e, em diurna mista, por ato de 5 de setembro de 1931.

³⁰ A Lei nº 2.847, de 25 de outubro de 1881 criou cadeiras de instrução primárias em diversas localidades da província de Minas Gerais, incluindo o município de Patos de Minas.

Ainda em relação ao ensino primário, a pesquisa documental possibilitou localizar um ofício que indicava os livros de leitura utilizados nos anos 50, do século XX, nas escolas de educação primária do Município.

Trata-se do ofício nº 4.767, de 20 de março de 1958, do Diretor do Departamento Administrativo da Prefeitura de Patos de Minas, endereçado à Companhia Melhoramentos de São Paulo, solicitando os livros de leitura que seriam adotados pelas escolas de educação primária rural pública de Patos de Minas para aquele ano e os anos seguintes. O ofício listou os seguintes livros: O livro de Lili, de Anita Fonseca (1º ano); o livro Lalau, Lili e o lobo, de Anita Fonseca (1º e 2º anos); As mais belas histórias, de Lúcia Casasanta (2º ano); História de meninos na rua e na escola, de João Kupke (3º ano); e Na fazenda, de João Lúcio (4º ano) (NASCIMENTO, 1958).

3.2.2 A INSTRUÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

Com a oficialização da instrução primária no município de Patos de Minas, tanto a imprensa como os órgãos públicos municipais passaram a destacar a importância e os benefícios que a Educação trazia para a população e o desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, observa-se, no início do século XX, fragmento do jornal “O Trabalho” – de circulação no município de Patos de Minas –, destaque para a relevância dada à educação como condição de progresso do homem.

A instrução é à base do progresso; sem ella que desenvolve as faculdades pensantes de cada individuo ou cellula social; sem ella que faz o cidadão comprehender os misteres da vida e os deveres para com a sociedade; sem ella, enfim, que reveste o homem dos poderes para lucta quotidiana pelo viver, é impossível avaliar-se o benefício e prosperidade que possa trazer à nossa Pátria. (...) (O TRABALHO, 1905, p. 1).

Aos poucos, o município passa a contar com mais escolas e alunos alfabetizados. Destaca-se a instalação na cidade, no dia 4 de junho de 1917, do Grupo Escolar Marcolino de Barros, representando um significativo avanço no campo educacional de primeiras letras. Mesmo com inaugurações desse porte, havia, ainda, um baixo número de escolas mantidas pelo legislativo municipal, nas duas primeiras décadas do século XX. Fonseca (1974) traz informações relevantes sobre essa questão.

O presidente da Câmara de Patos, Dr. Marcolino de Barros, informava em 1912, o número de escolas mantido pelo legislativo municipal. Quatro escolas, sendo 3 do sexo masculino e 1 de ambos os sexos. Nas 3 primeiras, estudavam 154 alunos. Na escola mista, 36 alunos e 11 alunas. Na mesma época funcionavam 4 escolas particulares, sendo 2 do sexo masculino com 31 alunos, uma do feminino com 23 alunas, e uma mista com 39 alunos e 24 alunas. O recenseamento de 1920 apurou, 1.088 mulheres sabendo ler e escrever, na sede do município; nos distritos: Santa Rita, 615; San'Anna, 754; Dores do Areado, 262; Lagoa Formosa, 348, totalizando todo o município 3.067 (FONSECA, 1974, p.134).

Cientes das consequências positivas que a educação traria à população, as comunidades rurais decidiram se manifestar e buscaram junto à Câmara Municipal apoio para suprir as necessidades educacionais, como se observa na representação abaixo transcrita

[...] No expediente foram lidos os seguintes requerimentos: Dos Senhores Antônio José Dias e outros, residentes na Fazenda do Leal, districto desta Cidade, pedindo a criação de uma Cadeira Municipal naquele lugar, visto existir mais de sessenta crianças em idade escolar, sem poder receber instrução alguma, etc. Foi a Comissão de Legislação. Ata da terceira sessão ordinária de 17 de setembro de 1913 – Presidência do Senhor Arthur Thomaz de Magalhães da Câmara Municipal de Patos de Minas (CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 1913).

Decorridos seis dias dessa manifestação, o pedido foi colocado junto à Câmara para ser discutido e votado. Não havendo manifestação de nenhum representante do povo, procedeu-se a votação e a aprovação unânime com imposição de restrições para atender a representação da comunidade denominada Fazenda Leal. O pedido:

[...] Foi lido o parecer número oito, da Comissão de Legislação e Petições, indeferindo o requerimento dos Senhores Antônio José Dias e outros, residentes na Fazenda Leal, districto desta Cidade, pedindo a criação de uma Escola Municipal naquele lugar, etc; opinando que seja atendido o pedido, com a condição, porém, de ser pela população do lugar, construído um prédio apropriado a escola e ser este doado a Câmara, etc. Posto em discussão e não havendo quem sobre o mesmo pedisse a palavra, o senhor presidente pôs a votos, sendo unanimemente aprovado. Ata da terceira sessão ordinária de 23 de setembro de 1913 – Presidência do Senhor Arthur Thomaz de Magalhães da Câmara Municipal de Patos de Minas (CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 1913).

Situação semelhante ocorreu em relação aos residentes da Fazenda Pião ao solicitar à Câmara a criação de uma Escola na localidade:

[...] Foi também lida uma representação assignada pelo Senhor Pedro Antônio de Oliveira e outros, residentes na Fazenda do Pião, districto de Lagoa Formosa, pedindo a Câmara crear na referida fazenda, uma Escola Municipal, onde tem para mais de sessenta meninos em idade escolar, sem receberem a menor instrucção, etc. Foi a Comissão de Legislação. Ata da segunda sessão ordinária de 9 de janeiro de 1914 – Presidência do Senhor Marcolino de Barros da Câmara Municipal de Patos de Minas (CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 1914).

Decorridos três dias dessa representação, o Poder Público emite seu parecer

[...] O Senhor Noé Ferreira da Silva, por parte da Comissão de Legislação, apresentou o parecer que recebeu o número um, indeferindo a representação dos Senhores Pedro Antônio de Oliveira e outros, residentes na Fazenda do Pião, districto de Lagoa Formosa, pedindo a criação de uma Escola Municipal na referida fazenda, etc; opinando que sejam os suplicantes attendidos, com a condição, porém, de ser pela população do lugar, construída sob planta approvada pela Câmara Municipal, um prédio destinado a escola, fazendo os interessados, doação deste a esta Municipalidade, etc. Ficou sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos. Ata da quarta sessão ordinária de 12 de janeiro de 1914 – Presidência do Senhor Marcolino de Barros da Câmara Municipal de Patos de Minas (CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 1914).

Como sinaliza os fragmentos das atas da Câmara Municipal, observou-se que mesmo nos lugares campesinos de maior densidade demográfica da municipalidade, ainda não contava com escola pública no segundo decênio do século XX. Constatou-se que a criação de uma escola estaria condicionada à edificação e doação - pelos moradores da comunidade à Câmara Municipal – de um prédio construído de acordo com os padrões arquitetônicos exigidos na época.

Em outras situações, o município cedia o professor e material necessário, como a lousa ou tinteiro, ficando a cargo do professor ou da comunidade, local para funcionamento da escola. Esses esforços eram recompensados quando, mesmo que de forma precária, havia a instalação de uma escola de primeiras letras nessas comunidades rurais.

Sabe-se que uma instituição escolar não depende, contudo, apenas desses dois fatores ora abordados: autorização para a criação de uma escola e a própria edificação de um prédio que possibilite o ensino e a aprendizagem nessas comunidades. É preciso que professores sejam capacitados para a condução da educação junto aos distritos do município.

Em consulta às atas subsequentes existentes na Câmara até 1960, constatou-se que não há registro de construção e doação de prédios, pela população campesina, para instalação de escolas autorizadas a funcionarem no município nos padrões exigidos pelo Poder Público.

3.2.3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PATOS DE MINAS

As escolas normais brasileiras tinham como objetivo formar professores para atuarem, principalmente, no meio campesino, considerando ser o Brasil um país agrícola. Destacava-se, também, a formação cívica voltada para o patriotismo. Nas primeiras décadas do século XX, os alunos sabiam cantar o Hino Nacional, o Hino da Independência, o Hino da Proclamação da República. Os professores formados nessas escolas trabalhavam com seus alunos, um dia por semana, os cânticos cívicos. E assim, as datas mais importantes do país eram comemoradas nas escolas ou mesmo em desfiles pelas ruas das cidades e comunidades rurais.

Os professores advindos dessas escolas normais eram, dessa forma, preparados para atuarem, também, nas comunidades rurais e foi a partir de 1935 que a Escola Normal Professor Antônio Dias Maciel, instalada em 1932, insere no mercado as primeiras normalistas formadas que, somadas a outras dos anos seguintes, e as de outras instituições escolares com curso para habilitação de professores para atuar no ensino e atender às necessidades das escolas municipais rurais de Patos de Minas até a consolidação do processo de nucleação ocorrido 1998.

Apesar de terem uma formação específica para o ensino primário, alguns empecilhos dificultaram a permanência desses profissionais no campo e, também, ao aprendizado adequado do conteúdo repassado. Destacam-se os seguintes obstáculos:

- As dificuldades de locomoção para o meio rural e ou condições oferecidas ao professor para sua acomodação;
- Os professores quando direcionados para trabalharem no meio rural, já levavam consigo o pensamento de retorno à cidade.

Nesse sentido, era necessário que os professores dispostos a saírem da cidade para trabalharem no meio rural tivessem uma dedicação além da comumente existente junto àqueles que tinham essa profissão no meio urbano. Outra possibilidade seria a de oferecer à população do campo condições para que pessoas daquele próprio meio fossem capacitadas a repassarem conhecimento aos alunos rurais.

Torres (1943, p. 38) possui entendimento semelhante ao desta pesquisa, em relação a essa questão e, assim, afirma “A professora rural tem que ser uma abnegada, uma construtora antes de tudo. O ideal seria que fosse tirada de uma região campesina e não da cidade, onde a vida está cheia de comodidades.”

Nesse sentido, alguns projetos educacionais, como o Projeto Logos II e o Projeto Chama, foram implantados a fim de habilitar profissionais para o exercício do Magistério de 1^a a 4^a séries. Ressalta-se que foi por meio do Projeto Logos II que este pesquisador, até então professor rural leigo, formou-se normalista.

O Projeto Logos trata-se de um projeto semipresencial implantado no Brasil e em Minas Gerais em 1980 e, com núcleo em Patos de Minas, a partir de 22 de fevereiro de 1980. Esse projeto qualificou até 1988, em Patos de Minas, 282 professores que atuavam sem habilitação específica em escolas públicas municipais e estaduais, para o exercício do Magistério de 1^a a 4^a séries. Desses 282 apenas oito eram homens, ou seja, 2,83%, seguindo uma proporção, naturalmente mais elevada, para o índice de professores do sexo feminino nas primeiras séries escolares.

A formação desses professores visava qualificação profissional numa tentativa de reduzir os altos índices de repetência e evasão escolar no ensino primário, pois um professor mais bem capacitado é capaz de transmitir melhor as disciplinas ministradas e de estimular o desejo dos alunos em permanecer na sala de aula.

Por sua vez, o Projeto Chama foi implantado em Minas Gerais em 1993 e com núcleo em Patos de Minas no mesmo ano. O Projeto semipresencial também visava à formação de professores não titulados que atuavam no ensino de 1^a a 4^a séries na rede pública municipal e estadual.

3.3 A ESCOLA MUNICIPAL RURAL DE PATOS DE MINAS EM MEADOS DO SÉCULO XX

Na tentativa de conter a acentuada aglomeração dos campesinos no meio urbano, ações da municipalidade foram direcionadas no sentido de proliferar a educação e de instruir a população devido à democratização do saber e de seu acesso.

A edificação dessas escolas objetivava também conscientizar o homem camponês sobre sua importância no campo e não na cidade, local de muitas dificuldades a serem superadas. Nesse sentido, o professor tinha como tarefa articular junto ao homem camponês um ensino adequado capaz de conter o êxodo rural.

Nesse contexto, muitas escolas municipais rurais foram criadas em Patos de Minas. Para tanto, bastava que as lideranças comunitárias com demanda se manifestassem e fizesse a doação do terreno para que o Poder Público ali implantasse uma escola.

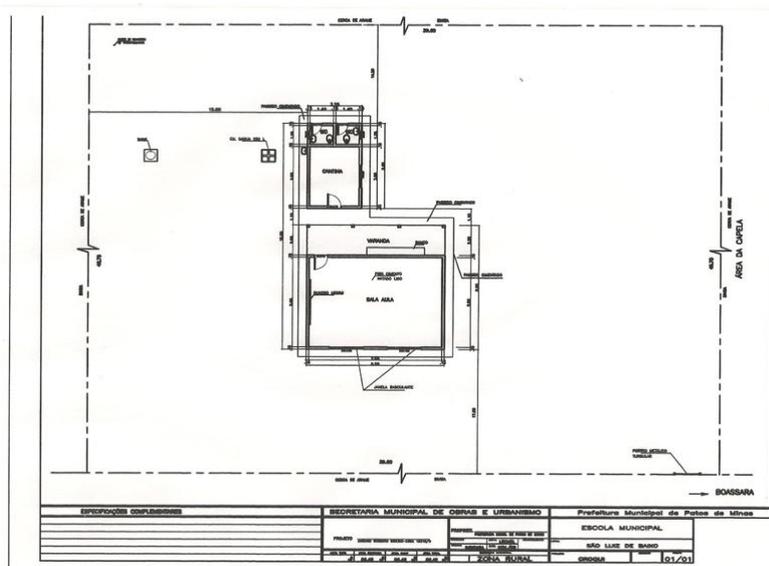
Geralmente era um fazendeiro que concedia permissão em sua própria residência para que o professor pudesse morar durante sua estada naquela comunidade, considerando que essa permanência objetivava atender, os filhos dos proprietários, bem como os dos seus empregados.

Outro fator relevante no processo de expansão das escolas campesinas, com oferta de educação primária, consistia na iniciativa do próprio professor, titulado ou não, fazer um levantamento junto às comunidades rurais, de crianças em idade escolar. Caso esse número atingisse o mínimo exigido pelo regulamento das escolas municipais rurais – em Patos de Minas era de trinta crianças – solicitava-se a criação de uma escola naquela comunidade campesina.

Ressalta-se que a inexistência de prédios para o funcionamento dessas escolas não constituía empecilho, uma vez que uma varanda de paiol ou mesmo um rancho coberto com capim sapê poderia se transformar em uma escola.

Contudo, a partir de meados do século XX, as doações dos terrenos com área de 2.000 m² eram feitas por fazendeiros e as edificações escolares eram construídas em sua maioria com uma única sala; sanitário masculino e feminino conforme planta (Figura 8) e foto (Figura 9).

Figura 8 – Planta da Escola Municipal “Josefina Mourão” – São Luiz de Baixo



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – 2012

A planta ilustrada na figura 8 é de uma escola construída na década de 80, do século XX; por sua vez, a escola representada na figura 9 foi construída em 1969.

Figura 9 - Escola Municipal Joaquim Eduardo dos Santos – Fazenda Areadinho



Fonte: Arquivo do pesquisador (1985 – 2006 e 2012)

As imagens da Figura 9 retratam o começo, o auge e o estágio final de 40% das escolas municipais rurais edificadas pela municipalidade. Para ampliar as áreas de pastagens ou evitar a invasão de posseiros, vários fazendeiros demoliram as escolas de suas fazendas; outras foram desmanteladas por moradores camponeses para aproveitamento de materiais de construção e, por último, a própria natureza se encarregou de fazer sua parte diuturnamente sem que houvesse intervenção do Poder Público.

Essas escolas, quando funcionavam, possuíam uma única sala de nível primário, porém, com classes multisseriadas onde o professor atendia crianças de séries, idade e conhecimentos diferentes, trabalhando vários conteúdos ao mesmo tempo em duas ou mais séries. Essa organização era necessária em razão do reduzido número de crianças em idade escolar da propriedade rural e entorno, da falta de recursos para manter mais de um professor na escola ou até mesmo pela falta de profissional interessado em residir no meio camponês.

Ressalta-se que as escolas de duas salas, inicialmente funcionavam com classes seriadas nos turnos da manhã e tarde, atendendo todo o ensino primário numa modalidade de organização diferente da multisseriada.

Essas escolas possuíam carteiras de um, dois ou três acentos, conforme ordenadas na Figura 12.

Figura 12 – Carteiras utilizadas nas escolas públicas até a nucleação em 1998



Fonte: Museu de Patos de Minas – 2012

O processo de expansão das escolas rurais encontrou vários entraves a serem solucionados. Muitas vezes, o fazendeiro, ao fazer a doação do terreno para a construção do prédio escolar acabava adotando estratégias de controle, pois muitos tinham interesse em indicar a professora, que era sua filha ou algum parente.

Em outras situações, um professor citadino, para residir no meio rural, exigia moradia e alimentação; e, quando o docente era mulher, exigia, também, um acompanhante para buscá-la ou levá-la nos pontos de ônibus.

Outro entrave referia-se à condução dos professores. Sabe-se que alguns veículos se deslocavam para o meio rural, saindo nas madrugadas de cada dia e só voltando ao entardecer. Assim, professores, muitas vezes, se deslocavam em carrocerias de caminhões leiteiros e retornavam somente à noite ao local de origem.

Dessa forma, poucos professores foram nomeados pela municipalidade até a década de 40 do século passado, quando se iniciou o processo de edificações de prédios escolares municipais, a fim de levar, aos lugares campesinos com maiores aglomerações de pessoas do município de Patos de Minas, a educação pública.

Em meados do século XX, o Jornal Tribuna de Patos trouxe um artigo de Oto Lara Rezende (1952) manifestando sua opinião sobre o elevado índice de analfabetos no Brasil e sobre a importância da educação para o desenvolvimento econômico da nação brasileira.

Não há, pois, desenvolvimento econômico sem um correspondente aprimoramento intelectual das grandes massas. No Brasil, infelizmente, estamos longe de atingir o estágio que seria de desejar, em matéria de educação. Basta dizer que abrigamos ainda com peso morto insuportável, um número elevadíssimo de analfabetos adultos, que se contam para além de 10 milhões (REZENDE, 1952, p. 2).

Como se observa, a opinião do escritor publicada no jornal patense revelou que esse anseio por uma educação mais primorosa que atingisse todas as populações do meio urbano e rural, refletia, não só a pretensão do município como, também, de todo o Brasil.

3.3.1 O REGULAMENTO MUNICIPAL DE 1941: NORMATIZAÇÃO PARA O ENSINO RURAL

No relatório enviado ao Governador do estado de Minas Gerais pelo Prefeito de Patos de Minas, Clarimundo José da Fonseca Sobrinho, em 30 de abril de 1941, que trata da situação das contas dos negócios do município no ano anterior, consta que as primeiras ações municipais no campo educacional foram no sentido de organizar internamente o serviço de Inspeção do Ensino Municipal, além da elaboração do Projeto do Regimento das Escolas Rurais Mistas do Município e do levantamento do inventário do mobiliário e material didático das escolas (FONSECA SOBRINHO, 1941).

Segundo esse mesmo relatório, havia em 1940, dezoito escolas municipais rurais mistas³¹ que contribuíram de forma significativa para o ensino secundário e complementar das crianças pobres, contudo, cinco escolas não funcionaram por falta de professores cidadãos que se dispusessem a residir no meio campestre, nem mesmo havia na comunidade professor leigo interessado no ofício de professor. Essa ausência provavelmente ocorreu pelos obstáculos já relatados no item 3.2.4, tais como: dificuldades de deslocamento para o meio rural; acomodações não adequadas para moradia; e o próprio desejo do professor de não sair da cidade onde obteve a formação profissional.

De acordo com o relatório, o município ainda contribuiu, financeiramente, com o Ginásio Municipal, hoje Colégio Nossa Senhora das Graças. Quanto às cinco cadeiras vagas das escolas rurais, seriam preenchidas e mantidas, assim que aparecessem professores candidatos aos respectivos lugares.

³¹ Escola Rural Mista são aquelas formadas por alunos do sexo masculino e feminino.

Posteriormente, comemorando o aniversário natalício do Sr. Getúlio Vargas, Presidente do Brasil, em 19 de abril, e atendendo ao apelo da Cruzada Nacional de Educação – campanha criada em 1932 – foi solenemente instalada a Escola Rural Mista na Fazenda Leal, distrito dessa cidade. Prestando justa homenagem ao Chefe da República, tomou essa escola a denominação de Escola Rural Mista Getúlio Vargas, sendo esse feito comunicado ao Senhor Presidente da Cruzada.

Ressalta-se que essa Cruzada foi considerada de utilidade pública pelo Decreto nº 21.731, de 15 de agosto de 1932 e consistia na luta pela alfabetização nacional, resultando, daí em solução para diversos problemas sociais do país (BICA; CORSETTI, 2011).

Foi essa campanha que possibilitou, dessa forma, a instalação da Escola Rural Mista, na Fazenda Leal, conforme já abordado, pois a Cruzada Nacional da Educação, de acordo com Bica e Corsetti (2011, p. 170), “mobilizou vários setores da sociedade na possibilidade de abrir mais de 10.000 escolas primárias em todo o Brasil”.

Diante dessa mobilização nacional em prol da alfabetização no Brasil foi que – de acordo com o disposto no artigo 12, item, II do decreto-lei federal nº 1.202/39 – em 2 de outubro de 1941³², o Decreto Municipal nº 77, dispôs sobre o regulamento e diretrizes para o funcionamento das Escolas Municipais Rurais do Município.

Destacam-se, de forma sucinta, os aspectos mais importantes do referido Decreto e ressalta-se que essa norma cuidou de inúmeras questões relacionadas ao bom desenvolvimento do aprendizado do aluno, desde aspectos relacionados à higiene, como a frequência em sala de aula.

De acordo com o Decreto 77, de 1941, todas as crianças de ambos os sexos na faixa etária de sete a quatorze anos eram obrigadas a frequentar a escola (art. 1º, *caput*), sendo que as matrículas deveriam ser feitas, tanto pelos pais, tutores, protetores ou responsáveis pela criança; bem como pelos fazendeiros, lavradores ou comerciantes, que tinham sob sua subordinação, crianças nessa idade (art. 2º) (PATOS DE MINAS, 1941).

O decreto eximia da obrigação de frequentar a escola as crianças: que residissem afastadas num raio de dois quilômetros, em relação às meninas e, de três aos meninos; com comprovada incapacidade física e mental; pobres, caso a escola não pudesse fornecer vestuário indispensável à decência e higiene; que recebessem instrução em casa ou em escolas particulares (parágrafo único do art. 1º) (PATOS DE MINAS, 1941).

³² Assim dispunha o referido inciso do decreto-lei nº 1.202/39: “Art. 12. Compete ao Prefeito: (...) II - expedir decretos, regulamentos, posturas, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do Município” (BRASIL, 1939).

Os responsáveis pelas matrículas ex-ofício de todos os analfabetos residentes no perímetro escolar eram os professores municipais a quem competia também, receber as notificações dos pais ou responsáveis alegando os motivos de não permitir essas matrículas. Aos pais que não atendessem esse dispositivo, a Prefeitura cobraria uma multa (PATOS DE MINAS, 1941).

O Decreto Municipal em comento não obrigava aos pais e responsáveis apenas pelas matrículas. Obrigava-os, também, a justificar – por escrito ou pessoalmente – as faltas ocorridas por cinco dias consecutivos de seus filhos ou subordinados, incorrendo em multa, caso não o fizesse (art. 5º e 7º) (PATOS DE MINAS, 1941).

O Decreto se preocupava com a frequência dos alunos matriculados e essa preocupação se estendia ao fato de que a norma obrigava, também, ao professor responsável pelo controle da frequência dos alunos, que informasse ao Inspetor do Ensino Municipal, essas faltas (art. 6º); caberia multa, também, àqueles que impedissem ou dificultassem a frequência escolar dos menores a seu serviço (art. 8º) (PATOS DE MINAS, 1941).

O capítulo II do Decreto 77 (do artigo 9º ao artigo 2) tratou da fiscalização das escolas rurais, sendo que, para tal exercício, o Prefeito nomearia um Inspetor de Ensino Municipal que seria responsável por todas as escolas rurais. O inspetor nomeado deveria ser uma pessoa idônea, com capacidade suficiente para essa missão e que fosse, sobretudo, um apreciador da educação (art. 9º) (PATOS DE MINAS, 1941).

Ao inspetor caberia, a fiscalização, orientação pedagógica e aplicação dos exames nas escolas rurais (art. 10º) e uma série de incumbências arroladas no artigo 12 do decreto em comento: visitar as escolas; orientar, fiscalizar e examinar o rendimento escolar dos alunos; dar posse e observar o cumprimento dos deveres dos professores; informar aos superiores sobre as necessidades materiais das escolas; examinar quaisquer documentos enviados pelos professores; controlar os livros de escrituração escolar; inventariar os materiais e mobiliários das escolas; zelar pela observância do regulamento, programa e métodos de ensino; prestar informações pertinentes à fiscalização estadual de ensino; convocar reunião dos professores quando houver realização de semana pedagógica nas escolas (PATOS DE MINAS, 1941).

Dois relatórios bastante importantes eram elaborados pelos inspetores de ensino, cujas determinações foram, também, dispostas no artigo 12 do Decreto nº 77. O primeiro deles referia-se a um relatório feito por esse profissional sobre o desenvolvimento do ensino rural, com sugestões para melhoria das condições das escolas rurais e “informando sobre a capacidade moral, física e intelectual dos professores.” O segundo era um relatório geral,

dirigido ao Prefeito, no final de cada ano, que abrangia os aspectos relevantes e apresentava a movimentação de todas as escolas sob sua responsabilidade (PATOS DE MINAS, 1941).

O Decreto cuidou da higiene dos alunos e da profilaxia escolar no Capítulo II, artigos 13 a 20. De acordo com o artigo 13, os professores foram designados como auxiliares de serviços de higiene das escolas bem como inspetores de asseio de seus alunos, tendo, ainda, o dever de inculcar, em sala de aula, a educação sanitária e práticas de higiene.

O aluno acometido por moléstia contagiosa era afastado da escola pelo tempo necessário a fim de evitar contágio nos demais colegas ou professores (artigo 15). Esse afastamento era tratado como suspensão e o prazo deveria ser estipulado de acordo com regras do Regulamento do Ensino Primário Estadual (artigo 16).

Havia, ainda, nesse capítulo destinado à higiene e à profilaxia escolar, várias determinações relacionadas à escola: limpeza e desinfecção diária (artigo 16); existência de uma talha com filtro e a troca diária da água; sanitários separados para as meninas e os meninos e desinfetados diariamente (artigo 19) e, por fim, a cor das paredes, que deveriam ser pintadas de verde e a indicação que se evitasse uso de tinta branca (artigo 20).

O Decreto também determinou, ainda no Capítulo II, artigo 18, que: “o professor deverá comparecer à escola decentemente trajado” (PATOS DE MINAS, 1941).

Aspectos relacionados à escrituração escolar: livros de matrícula, frequência e atas e, ainda, ao fornecimento de material foram tratados no capítulo IV, nos artigos de 21 a 25.

Questões relacionadas aos procedimentos de matrícula e frequência de alunos foram tratados no Capítulo V, artigos de 26 a 40. As matrículas nas escolas rurais deveriam atingir o mínimo de trinta e, o máximo de cinquenta alunos (artigo 27); caso houvesse setenta ou mais alunos matriculados, haveria de ser nomeado um professor auxiliar (artigo 28).

Importante destacar que para uma escola ser mantida era necessário a frequência mínima de vinte alunos, de acordo com o artigo 29 que também designava ao professor que se esforçasse no sentido de que a frequência³³ desses alunos atingisse um número elevado.

Duas consequências mais sérias poderiam advir da infrequência dos alunos durante um semestre: a) a escola poderia ser transferida ou suprimida (artigo 30); b) se a culpa fosse do professor ele seria exonerado, transferido ou suspenso (artigo 31).

Os horários das aulas nas escolas rurais foram estabelecidos de 10h15min as 14h15min e só poderiam ser alterados por motivos que justificassem essa mudança (artigo 37

³³ De acordo com o artigo 35 do Decreto nº 77/1941 “É considerado frequente todo aluno que comparecer às aulas 15 dias de cada mês, exceto em junho, cuja frequência legal será de 8 comparecimentos” (PATOS DE MINAS, 1941).

caput), com exceção para os meses de muito calor quando as aulas poderiam funcionar de manhã (parágrafo único do artigo 37). Nas duas situações, alterações só ocorreriam depois de autorizadas pelo Inspetor de Ensino Municipal (PATOS DE MINAS, 1941).

O capítulo V da norma em comento tratou também de outros aspectos relacionados à permanência do aluno na escola como, por exemplo: da não permissão do aluno em frequentar dois turnos da sua escola; da proibição de “reter o aluno após o horário regulamentar, mesmo a título de castigo”, conforme artigo 38; da rigorosa vigilância do professor em relação ao período de quinze minutos de recreio dos alunos.

Verifica-se, após essa breve análise das principais disposições tratadas no Decreto nº 77 de 1941, que esse regulamento tratou, de forma bem criteriosa, de aspectos relativos à promoção e exames finais dos alunos, no capítulo VI, sendo que o aluno seria aprovado caso atingisse o mínimo de cinquenta pontos. Àquele aluno que fosse aplicado durante o ano e não atingisse esse escore mínimo lhe era dada oportunidade de somar a média anual de aproveitamento, mais a média alcançada nas disciplinas. Se a soma desses dois indicadores atingisse os cinquenta pontos, o aluno era aprovado.

Embora, havendo possibilidade de se somar aproveitamento e notas, algumas escolas públicas rurais de Patos de Minas, no final de 1941, obtiveram índice baixo de aprovações, conforme ilustra o Quadro 5.

Quadro 5 - Frequência e aprovação nas escolas públicas primárias municipais rurais de Patos de Minas em 1941 – 1º, 2º e 3º anos.

Comunidades	Matrículas			Frequência %	Alunos aprovados
	Masculino	Feminino	Total		
Escola de Alagoas	21	19	40	72,0	1
Escola de Canavial	16	20	36	56,9	0
Escola de Capelinha do Chumbo	14	23	37	81,0	6
Escola de Carrancas	24	7	31	78,7	0
Escola de Guimarães	39	47	86	54,8	3
Escola de Leal de Patos	40	48	88	83,6	0
Escola de Limão	38	22	50	62,8	3
Escola de Mata Burros	31	31	62	67,4	0
Escola de Mata dos Fernandes	51	37	88	87,0	5
Escola de Monjolinho	24	16	40	51,5	0
Escola de Pindaíbas	14	13	27	78,5	0
Escola de Ponto Chique	30	20	50	58,8	3
Escola de Santa Maria	17	17	34	80,0	10
Escola de São Luiz	36	25	61	84,4	0
Escola de Sertãozinho	36	26	62	87,7	3
Total Geral	421	371	792	72,3	34

Fonte: Arquivo Público Municipal de Patos de Minas

Obs.: 1) A Escola de São Luiz começou a funcionar em outubro. 2) Por motivo de força maior a Escola de Canavial não funcionou no mês de agosto.

Dos dados apresentados no Quadro 5, este estudo depreende três situações que merecem destaque. Duas referem-se ao trabalho dos professores e uma à cultura daquela época.

Em relação ao trabalho dos professores, percebe-se que esses profissionais conseguiram cumprir o determinado no artigo 29 do Decreto nº 77 de 1941, ou seja, se esforçaram para que os alunos frequentassem a escola. Basta observar os índices de frequência apresentados na quinta coluna do quadro 5 ora apresentado.

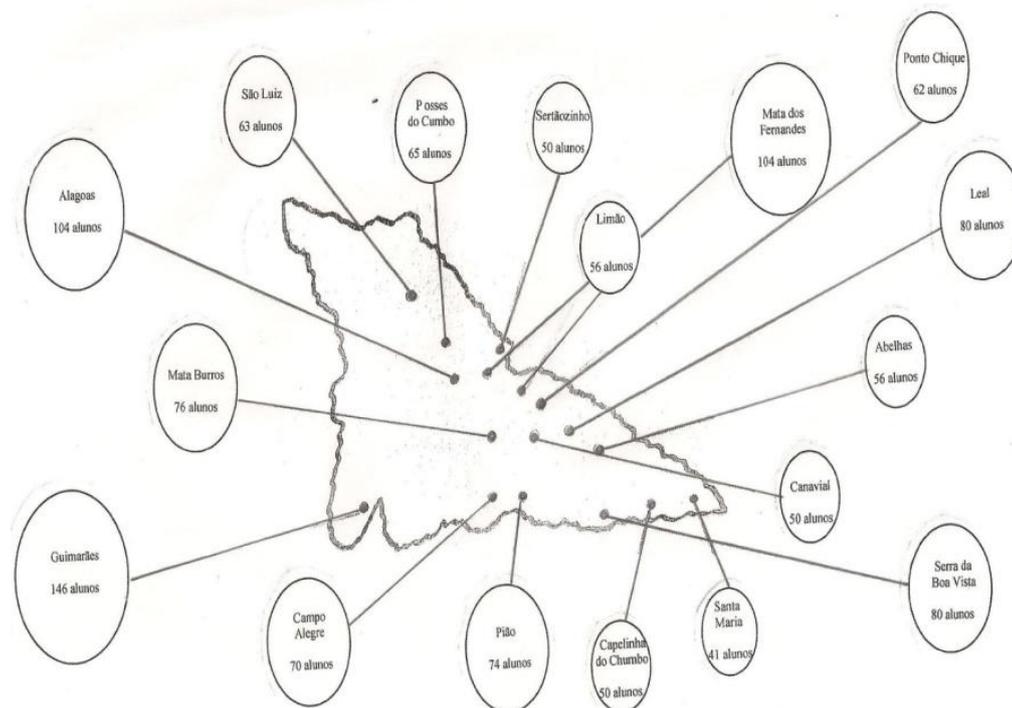
Contudo, esses mesmos professores que conseguiram manter uma frequência adequada não foram capazes de repassar as disciplinas ministradas de forma devida, bastando para isso observar a última coluna do referido quadro. Considerando o universo de 792 alunos matriculados inicialmente nas escolas públicas primárias municipais rurais do Município, apenas 4,3% deles foram aprovados. Apreende-se desses números apresentados que apesar do esforço dos professores em manter a frequência dos alunos em sala de aula esses profissionais da educação não tinham preparo suficiente, àquela época, para trabalhar com os alunos camponeses.

O insucesso nas aprovações deve-se, também, à deficiência dos prédios escolares, materiais didáticos e pedagógicos necessários ao bom funcionamento de uma escola.

A outra situação observada em relação ao disposto no Quadro 5, refere-se aos nomes das escolas públicas primárias rurais àquela época: as escolas eram denominadas de acordo com o nome da Comunidade onde estavam instaladas.

Finalizando a análise do Decreto nº 77 de 1941, observa-se que questões relacionadas às nomeações, posse, exercícios e vencimentos dos professores foram dispostos no capítulo VII; e as disposições transitórias fizeram parte do capítulo VIII do Decreto em comento.

Este estudo considerou importante destacar as escolas municipais rurais e respectivas comunidades existentes no Município no início da década de 40, do século XX (Figura 13), bem como o número de matrículas efetuadas em cada escola camponesa dessas localidades e o percentual de frequência dos alunos (Quadro 6).

Figura 13 – Escolas municipais rurais de Patos de Minas – julho de 1942

Analisando o mapa observa-se que havia concentração de escolas no entorno da cidade, enquanto a maior parte do município estava desprovida desse benefício.

Quadro 6 – Matrículas e frequências das escolas campestres de Patos de Minas em 1942

LOCALIZAÇÃO	MATRÍCULAS			
	Masculino	Feminino	Total	Frequência %
Abelhas	42	14	56	85,7
Alagoas	52	52	104	66,3
Campo Alegre	42	28	70	91,4
Canavial	24	26	50	-
Capelinha do Chumbo	27	23	50	44,0
Guimarães	71	87	148	63,5
Leal de Patos	37	43	80	76,2
Limão	30	26	56	78,5
Mata Burros	40	36	76	85,5
Mata dos Fernandes	63	41	104	88,4
Pião	45	29	74	93,2
Ponto Chique	42	20	62	56,4
Posses do Chumbo	40	25	65	90,8
Santa Maria	16	25	41	87,8
São Luiz	37	36	73	93,6
Sertãozinho	32	18	50	90,0
Serra da Boa Vista	45	35	80	52,5
Total	675	564	1.239	-

Fonte: Arquivo Público Municipal de Patos de Minas

Observações: As escolas de Abelhas, Campo Alegre e Mata Burros começaram a funcionar em março de 1942; a de Pião, em abril; e a de Serra da Boa Vista em maio do mesmo ano. Por carência de professora substituta, a escola de Canavial não funcionou no primeiro semestre de 1942.

Nota-se que houve um nível de frequência elevado, indicando o interesse dos pais, professores e alunos quanto ao ensino e desenvolvimento escolar das comunidades. Havia, também, nesse período, predominância de alunos do sexo masculino matriculados nessas escolas.

3.3.2 MARCO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO: PRIMEIRA SEMANA PEDAGÓGICA DE 1948

Inicia-se em todo Brasil, em 1948, o processo de discussão do primeiro projeto Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que só seria concluído treze anos mais tarde (Lei 4.024 de 1961). Durante esse período de discussão, continuou em vigor a antiga Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946³⁴, que sofria acréscimos constantes, numa tentativa de se ajustar às exigências da sociedade brasileira.

A Lei nº 4.024/61 foi uma lei que primou pela descentralização educacional, ditando os princípios gerais da educação e deixando para que os estados, municípios e escolas fizessem o restante.

No tempo em que a referida Lei nº 4.024/61 começou a ser discutida por todo o país, Patos de Minas promoveu a Primeira Semana Pedagógica, de 12 a 17 de julho, e, segundo relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Vicente Pereira Guimarães em 1948, o evento teve grande êxito e foi bastante proveitoso.

O relatório aborda os benefícios do programa, conforme se verifica

Programa elaborado com esmero e carinho pela Secretaria da Prefeitura, executado com o mesmo cuidado e boa vontade, melhorou, de fato, o nível intelectual do professorado rural. [...] A frequência média obtida durante o ano foi de 66,34%. Se bem que não seja ótima, pode ser considerada boa para o meio rural, levando-se em consideração, principalmente, que o homem do campo ainda usa o filho como companheiro de enxada. Tem-se batido muito para alterar este pensar de nosso inculto município e parece, os

³⁴ Tanto o Decreto nº 8.529, quanto a Lei nº 4.024/61 já foram analisadas no item 1.5.2 deste estudo.

resultados já estão se evidenciando: diversas escolas apresentaram ótimas médias de frequência. Melhor foi o número de promoções que se elevou a novecentos e quarenta e seis (946). Já é bastante alentadora esta cifra. Não foi possível ao Serviço de Educação acompanhar pessoalmente a aplicação dos testes finais de 3ª série. Ficou, portanto, a cargo das próprias professoras essa aplicação que teve como resultado oitenta e duas (82) aprovações. Após a indispensável concorrência pública, foi adquirido o material didático e móveis que as verbas próprias comportarem. Assim foram entregues a diversas Escolas cento e setenta e quatro (174) carteiras e oito (8) quadros negros e toda Escola recebeu o respectivo material didático. Em 1947, ao apresentar o Relatório de suas atividades durante o exercício, o então Chefe do Serviço de Educação aconselhou à Administração Municipal elaborar projetos de decreto-lei, e de prédios para escolas e residência dos professores. Seria, no seu modo de pensar, a única medida capaz de resolver, dentro de cinco ou seis exercícios, o problema até então insolúvel da “Casa da Escola”. Assim também entendendo, fizemos elaborar aqueles projetos e os apresentamos ao Legislativo, que não negou o integral apoio, aprovando-os. Foram convertidos em lei que teria vigor a partir de 1948. Por falta de recursos financeiros sua execução foi prejudicada, no ano; não se construiu prédio algum. No exercício vindouro, por verba própria orçamentária, serão auxiliadas dez (10) construções, marcando o início da campanha da alfabetização de nosso povo rural. Outro entrave à instalação da escola rural era o parco vencimento da professora, já assim o viu a sadia administração do bacharel Jacques Corrêa da Costa quando, ao orçar a Despesa de 1948, melhorou muito essa situação. Amparo de igual natureza e pelos mesmos motivos procurou o atual Governo dispensar ao professorado rural, também reajustando seus vencimentos. Já disse alguém que “governar é educar”. Comungando a mesma ideia, é intenção nossa, ao terminar o mandato, deixar o município com cento e cinquenta (150) Escolas Rurais em franco funcionamento. Foram criadas, nos diversos distritos, e para serem instaladas em 1949, mais vinte e três (23) escolas, ficando o Município com o elevado número de setenta e três (73). De acordo com a legislação em vigor e consoante o programa de governo de S. Excia. o Dr. Milton Soares Campos, seria realizado, em cooperação com o Município, do dia 3 a 31 do corrente, no Grupo Escolar local, um curso intensivo, para o professorado rural. Tal curso, por motivo independente de nossa vontade, teve início a 12 do corrente, com o comparecimento de mais de quarenta (40) professoras. (GUIMARÃES, 1948).

No quadro de informações sobre os participantes da Primeira Semana Pedagógica de 1948, diversos professores representaram as 47 escolas municipais rurais: um homem e 46 mulheres. Esses participantes foram nomeados nos referidos anos: um em 1929; um em 1938; um em 1939; três em 1941; cinco em 1946; trinta em 1947 e seis em 1948.

O encontro contou com os seguintes professores capacitadores: José Caixeta Frasão – Leitura e Escrita; Celcídia Alves Tibúrcio – Leitura e Escrita; Alda de Mendonça – Aritmética Primária; Guiomar Ferreira de Melo – Língua Pátria; Norma Borges Beluco – História Pátria e Educação Moral e Cívica; Leda Brasileiro – Geografia Regional; Ermelinda Artiaga – História do Município e Escrituração Escolar; Aristides Memória R. de Oliveira –

Higiene e Noções de Agricultura; Tomaz Olivieri – Religião; e Valmy Alberto de Magalhães Muniz – Geografia e Geografia.

No relatório analisado, do prefeito Vicente Pereira Guimarães (1948) pode-se observar a preocupação com o processo de expansão das escolas municipais rurais.

O orçamento de 1948 fixou em cinquenta (50) o número de Escolas Rurais Mistas. Em 2 de fevereiro, após instruções indispensáveis ao professorado rural e fornecimento do material didático necessário, foram iniciados os trabalhos escolares com a instalação de quarenta e duas (42) escolas, obtendo-se uma matrícula de dois mil setecentos e quarenta e nove (2.749) alunos de ambos os sexos. Em março foram instalados mais quatro, aumentando-se a matrícula para dois mil novecentos e sessenta e seis (2.966) escolares. Em abril instalou-se mais uma, a das Posses. Passou então a matrícula a dois mil novecentos e oitenta e um (2.981) alunos. Todas as escolas foram visitadas e inspecionadas durante o ano letivo findo (GUIMARÃES, 1948).

O relatório aponta a existência de 47 Escolas Municipais Rurais Mistas instaladas e 2.981 alunos de ambos os sexos em 1948, média de 63,42 estudantes por escola, sendo todas visitadas e inspecionadas no mesmo ano pelas autoridades competentes.

No primeiro Curso de Aperfeiçoamento, sob a administração do Prefeito Vicente Pereira Guimarães, ocorreu uma confraternização dos professores municipais rurais em 17 de julho de 1948, no Auditório da Rádio Clube de Patos localizada na Rua Major Gote conforme ilustra abaixo.

Figura 14 – Confraternização dos professores municipais – 1948



Fonte: Acervo documental de imagens do Museu de Patos de Minas

Na mesa do meio, da frente para trás, do lado direito: Prefeito Vicente Pereira Guimarães e sua esposa Maria Guimarães, do lado esquerdo: o Diretor do Departamento Administrativo José Caixeta Frasão, o Inspetor Escolar Municipal Baltazar Guimarães Silva e a Chefe do Serviço de Educação e Cultura Ermelinda Artiaga de Souza.

Outras imagens iconográficas dos professores distritais das escolas municipais rurais tiradas durante um desses Encontros Pedagógicos visualizam profissionais vestidos decentemente e harmonicamente em conformidade com o Regulamento da Municipalidade.

Esse encontro, cujas figuras de 13 a 17, localizadas no acervo documental de imagens do Museu de Patos de Minas (MUP), refere-se ao Curso de aperfeiçoamento direcionado aos professores primários das escolas municipais de Patos de Minas realizado na administração do Prefeito Sebastião Alves do Nascimento no período de 1959 a 1962.

O curso aconteceu na Escola Normal e foi organizado pela Diretora do Departamento Municipal de Educação e Cultura Ermelinda Artiaga de Souza e pela Diretora da Escola Normal Filomena de Macedo Melo.

Figura 15 - Professorado do Distrito Sede – [19--]



Fonte: Acervo documental de imagens do Museu de Patos de Minas

Estão assentados, da direita para a esquerda: Ermelinda Artiaga de Souza (Diretora Municipal do Departamento de Educação e Cultura), Sebastião Alves do Nascimento (Prefeito de Patos de Minas) e Filomena de Macedo Melo (Diretora da Escola Normal). Os demais participantes que se encontram de pé são professores pertencentes ao Distrito Sede.

Figura 16 - Professorado do Distrito de Guimarães – [19--]



Fonte: Acervo documental de imagens do Museu de Patos de Minas

Estão assentados, da direita para a esquerda: Ermelinda Artiaga de Souza (Diretora Municipal do Departamento de Educação e Cultura), Sebastião Alves do Nascimento (Prefeito de Patos de Minas) e Filomena de Macedo Melo (Diretora da Escola Normal). Os demais participantes que se encontram de pé são professores pertencentes ao Distrito de Guimarães.

Figura 17 - Professorado do Distrito do Chumbo – [19--]



Fonte: Acervo documental de imagens do Museu de Patos de Minas

Estão assentados, da direita para a esquerda: Ermelinda Artiaga de Souza (Diretora Municipal do Departamento de Educação e Cultura), Sebastião Alves do Nascimento (Prefeito de Patos de Minas) e Filomena de Macedo Melo (Diretora da Escola Normal). Os demais participantes que se encontram de pé são professores pertencentes ao Distrito de Chumbo.

Figura 18 - Professorado do Distrito de Lagoa Formosa – [19--]



Fonte: Acervo documental de imagens do Museu de Patos de Minas

Estão assentados, da direita para a esquerda: Ermelinda Artiaga de Souza (Diretora Municipal do Departamento de Educação e Cultura), Sebastião Alves do Nascimento (Prefeito de Patos de Minas) e Filomena de Macedo Melo (Diretora da Escola Normal). Os demais participantes que se encontram de pé são professores pertencentes ao Distrito de Lagoa Formosa.

Figura 19 - Professorado do Distrito de Santana de Patos – [19--]



Fonte: Acervo documental de imagens do Museu de Patos de Minas

Estão assentados, da direita para a esquerda: Ermelinda Artiaga de Souza (Diretora Municipal do Departamento de Educação e Cultura), Sebastião Alves do Nascimento (Prefeito de Patos de Minas) e Filomena de Macedo Melo (Diretora da Escola Normal). Os demais participantes que se encontram de pé são professores pertencentes ao Distrito de Santana.

Posterior ao evento educacional da cidade: Primeira Semana Pedagógica de 1948 e, já na década de 50, do século XX, houve um surto migratório para Patos de Minas, bem como a instalação de importantes firmas comerciais na Cidade e eventos de destaque em todo o Município relacionados a essa movimentação urbana. “Nessa época, construiu-se o primeiro Terminal Rodoviário e iniciou-se a comemoração da Festa do Milho, evento que hoje é de grande relevância em todo país e expressa com vigor as manifestações culturais da região” (PREFEITURA DE PATOS DE MINAS, 2004, p. 7).

Importante ressaltar que a primeira Festa do Milho foi realizada no Distrito de Chumbo, povoado de Bonsucesso de Patos, em 1956 e, só posteriormente, a partir de 1959, a Festa passou a ser realizada na Cidade Sede do Município.

Diversas outras inaugurações importantes na Cidade referem-se, também, à temática deste estudo: educação. É o que se observa em relação aos grupos escolares instalados na década de 50, do século XX, de acordo com Fonseca (1974)

Um bem feito folheto da administração Genésio Garcia Rosa (1955/1959), aponta doze grupos escolares fundados em seu governo: o Grupo Escolar de Vila do Chumbo, iniciado em 1955 e terminado em 1957; o Grupo Escolar do Bairro do Brasil, inaugurado a 25 de dezembro de 1958; o Grupo Escolar Professor Modesto; o Grupo Escolar Monsenhor Fleury; o Grupo Escolar dos Afonsos, inaugurado em 1956; o Grupo Escolar de Ponto Chic, inaugurado em 1956; o Grupo Escolar Caldeira Brant em Alagoas inaugurado em 1956; o Grupo Escolar do Aragão, inaugurado em 1956; o Grupo Escolar de Limeira, inaugurado em 1956; o Grupo Escolar Horizonte Alegre, inaugurado em 1957; o Grupo Escolar de Limão; e o Grupo Escolar Manoel da Luz em Campo Alegre, inaugurado em 1957 (FONSECA, 1974, p. 153).

Posterior a essas inaugurações e já no início da década de 60 do século XX, o Prefeito de Patos de Minas, Sebastião Alves do Nascimento encaminha à Professora Helena Antipoff em Ibirité, na Escola Rosário, a chefe do Serviço de Educação e dezesseis professores para serem capacitados. É o que se observa no Ofício 6/60, de 18 de janeiro de 1960.

Tenho a satisfação de apresentar a V. Sa. a Professora Ermelinda Artiaga de Souza – Chefe do Serviço de Educação desta Prefeitura, que, acompanhada de dezesseis professoras rurais municipais, vão participar do Curso de Treinamento de Professoras desta Escola.

A minha administração tem um grande programa de ensino, já em plena execução, e conta com a colaboração necessária desse órgão educacional.

Desde já, antecipo a V. S^a., uma das pioneiras do ensino no Estado, os meus agradecimentos particulares e em nosso Município, pelo aproveitamento que as nossas professoras colherão na famosa Escola do Rosário (NASCIMENTO, 1960).

Nota-se a preocupação do então Prefeito do Município em relação ao treinamento de professores sob sua responsabilidade administrativa e a crescente inauguração de escolas primárias. Segundo informações demográficas de 25 de outubro de 1966, o município de Patos de Minas, na época desse censo, contava com dezoito escolas primárias urbanas, com 7.759 alunos nelas matriculados, 373 professores. Por sua vez, esse mesmo censo informou que havia 97 escolas primárias rurais, com 5.746 alunos matriculados e 157 professores responsáveis por esses alunos e escolas (AMARAL, 1966).

Com o passar do tempo, novas exigências e necessidades vão sendo cobradas da população e a educação não pôde fugir desse processo evolutivo, tendo que se renovar quanto aos métodos para cumprir seu papel junto à sociedade.

Ressalta-se que a estagnação econômica ocorrida em diversas cidades interioranas, nas décadas de 60 e 70, em virtude da mudança da capital do país, para Brasília e

o conseqüente deslocamento de parte da população brasileira em busca de emprego e uma vida mais promissora, também ocorreu no município uma vez que Brasília atraiu “a população patense, principalmente pela criação das universidades, e hoje, encontra-se uma colônia de mais de quatro mil patenses” (PREFEITURA DE PATOS DE MINAS, p. 7, 2004).

Alterações na legislação educacional também foram acontecendo no país, depois dessa Primeira Semana Pedagógica ocorrida em Patos de Minas, como a Lei nº 4.024/61 e a Lei nº 9.394/96, já anteriormente abordadas e o município procurou na medida do possível acompanhar toda essa evolução no sistema educacional primário.

3.4 A DECADÊNCIA DAS ESCOLAS RURAIS

Nas décadas de 60 e 70, do século passado, como já se viu anteriormente, houve uma pequena estagnação econômica no Município motivada pela mudança da capital do País para Brasília, para onde parte da população patense se deslocou em busca de emprego e de uma vida melhor para seus filhos.

O quantitativo de edificações escolares municipais rurais, nesse período, chegou a 98 prédios escolares, que ofereciam educação primária. No ano de 1962, os distritos de Lagoa Formosa e Guimarães se emanciparam, reduzindo de forma significativa as escolas municipais rurais em Patos de Minas. Posteriormente, ainda na década de 60, o município contava com 89 escolas municipais rurais.

Nos anos finais da década de 80 inicia-se o processo de encerramento das atividades nas escolas municipais rurais por falta de alunos e, conseqüentemente, o início do processo de nucleação que culminaria no fechamento de inúmeras escolas reduzindo-as ao quantitativo de oito escolas em 1998, quando, por fim, finaliza o processo de nucleação das escolas primárias municipais rurais do município de Patos de Minas.

Este estudo considera importante ilustrar, conforme Quadro 6, a movimentação do quantitativo de escolas primárias municipais rurais bastante irregular, sobretudo a partir de 1941, quando foi promulgado o Decreto Municipal nº 77, com o objetivo de atender à mobilização nacional em prol da alfabetização no Brasil, até o ano de 1998, quando do processo de nucleação dessas escolas rurais. Contudo, a título de documentação histórica da cidade é importante para qualquer estudo sobre a educação rural, o referido quadro apresenta, também, dados desde o ano de 1881.

Quadro 7 – Cadeiras de Instrução primária provinciais e estaduais rurais do município de Patos de Minas (1881 a 1935)

Ano	Lei / Decreto	Localidade	Tipo
1881	2.847 - 25/10	Santa Rita de Patos Areado	Escola do Sexo Masculino Escola do Sexo Masculino
1881	2.765 - 13/09	Sant'Anna do Paranahyba Lagoa Formosa	Escola do Sexo Feminino Escola do Sexo Feminino
1910	2.823 - 14/05	Lagoa Formosa	Escola do Sexo Masculino
1910	2.828 - 14/05	Lagoa Formosa	Escola do Sexo Feminino
1922	5.947 - 21/02	Quintinos	Escola Mista
1923	6.748 - 19/12	Lagoa Formosa	Escola Mista
1924	6.447 - 04/01	Ponte Firme	Escola Mista
1924	6.535 - 11/03	Matta dos Fernandes Alagoas Carrancas Mata Burros	Escola Mista Escola Mista Escola Mista Escola Mista
1924	6.584 - 25/04	Santa Rita de Patos	Escola do Sexo Masculino
1926	7.154 - 05/03	Onça Ponte Grande São Joãozinho	Escola Ambulante Escola Ambulante Escola Ambulante
1928	8.705 -15/08	Capellinha do Chumbo Pindahybas Jardim	Escola Mista Escola Mista Escola Mista
1928	8.794 - 02/10	Gamelleira	Escola Mista
1934	-	Santana de Patos Lagoa Formosa Santa Rita de Patos	Escola Mista Escola Mista Escola Mista
1935	11.787 - 19/01	Monjolinho Serra Negra Onça Simão Barreiros	Escola Mista Escola Mista Escola Mista Escola Mista Escola Mista

Fonte: Arquivo Público Mineiro e Biblioteca Pública Estadual Luiz Bessa em Belo Horizonte.

Obs.: Foram pesquisados dados até o ano de 1939, porém não foram localizadas escolas nos anos de 1936 a 1939.

O quadro 7 contempla parte das escolas provinciais e estaduais criadas no município de Patos de Minas para atender os lugares com maior número de pessoas.

Quadro 8 – Cadeiras de Instrução primária municipal rural criadas de 1905 a 1939 no município de Patos de Minas

Ano	Lei / Resolução / Decreto-Lei	Localidade	Tipo
1905	Lei 078 – 28/09	Sant' Anna do Parahyba Santa Rita de Patos	Escola do Sexo Feminino Escola Mista
1906	Lei 086 – 13/01	Converte a cadeira mista de Santa Rita de Patos, em do sexo feminino.	
1908	Resolução 111 – 22/09	A cadeira de instrução mista de Areado fica convertida em cadeira do sexo masculino.	
1910	Resolução 141 – 29/09	Mata dos Fernandes	Escola do Sexo Masculino
1912	Lei 148 – 15/01	Campo Bonito	Escola Mista
1916	Lei 179 – 14/01	Escola de Aprendizado Agrícola na Fazenda Limoeiro.	
1918	Lei 218 – 05/10	Mata Burros	Escola Mista
1919	Lei 222 – 28/02	Leal	Escola Mista
1927	Lei 289 – 11/04	Pindahybas	Escola do Sexo Masculino
1938	Decreto-Lei 04 – 07/03	Leal	Escola Mista
		Posses do Chumbo	Escola Mista
1938	Decreto-Lei 05 – 07/03	Carrancas	Escola Mista
		Lagoa Velha	Escola Mista
1938	Decreto-Lei 06 – 07/03	Pindaibas	Escola Mista
		Santa Maria	Escola Mista
1938	Decreto-Lei 07 – 07/03	Jardim	Escola Mista
		Palmeiras	Escola Mista
1938	Decreto-Lei 33 – 30/12	Ponto Chique	Escola Mista
		Curraleiro	Escola Mista
		Carrancas	Escola Mista
		Campo Alegre	Escola Mista

Fonte: Advocacia Geral do Município de Patos de Minas.

Junto à criação de escolas estaduais, conforme apresenta o Quadro 7, a municipalidade também criava escolas primárias rurais como se pode observar no Quadro 8.

O quadro 9 a seguir apresenta a quantidade de normas de criação de escolas existentes no período de 1948 a 1987.

Quadro 9 – Número de regulamentos para criação de escolas municipais rurais – 1948 -1987

Ano de criação das escolas municipais rurais e quantidade de normas estabelecidas							
Ano	Número	Ano	Número	Ano	Número	Ano	Número
1948	33	1949	3	1955	38	1959	4
1960	1	1962	4	1963	12	1964	1
1967	1	1968	12	1969	3	1970	2
1971	5	1974	35	1986	1	1987	1

Fonte: Arquivo Público Municipal de Patos de Minas

Em 1948 havia no município de Patos de Minas 47 escolas municipais rurais ativas, porém, aparecem apenas 33 regulamentadas com lei de criação pela municipalidade.

Esse desencontro de informações decorre do fato de que até a década de 60 do século XX, foram detectadas situações de haver, por exemplo, em um mesmo povoado,

escolas que funcionavam com apenas um professor, no período da manhã atendia uma parte dos alunos e à tarde outra classe; ocorria, também, o funcionamento de duas escolas com nomes diferentes num mesmo prédio escolar, sendo que cada professor era responsável por classe.

Outro aspecto importante a ser destacado era que até o terceiro quartel do século XX, para uma escola no município ser denominada como tal, bastava a existência de um cômodo de uma casa, que fosse uma varanda de paiol ou mesmo um rancho coberto com capim sapê.

Quadro 10 - Escolas primárias municipais rurais mistas de 1940 a 1998

Anos e quantidade de escolas											
ano	nº	ano	nº	ano	nº	ano	nº	ano	nº	ano	nº
1940	13	1941	15	1942	17	1943	14	1944	10	1945	12
1946	12	1947	28	1948	47	1949	64	1950	65	1951	54
1952	56	1953	56	1954	53	1955	84	1956	85	1957	96
1958	100	1959	93	1960	97	1961	97	1962	97	1963	97
1964	75	1965	75	1966	97	1967	83	1968	87	1969	89
1970	97	1971	98	1972	95	1973	93	1974	92	1975	88
1976	87	1977	85	1978	85	1979	85	1980	85	1981	84
1982	83	1983	80	1984	77	1985	78	1986	78	1987	75
1988	76	1989	89	1990	80	1991	65	1992	64	1993	63
1994	62	1995	62	1996	46	1997	38	1998	08	-	-

Fonte: Procuradoria-geral do Município de Patos de Minas. Leis Municipais – período de 02/01/1948 a 11/12/1974. Arquivo Público Municipal de Patos de Minas e Secretaria Municipal de Educação.

Ressalta-se que as oscilações dos números de escolas funcionando no município, entre um ano e outro, deve-se ao fato da inconstância com que os professores primários rurais permaneciam nos locais para onde eram nomeados ou contratados a lecionar.

Porém, pode-se destacar a existência de escolas com os respectivos alunos matriculados sem que houvesse funcionado um único dia, uma vez que não havia professores interessados a se deslocarem da cidade para residir no meio rural, considerando que essas escolas estavam instaladas em locais de difícil acesso, não possibilitando seu retorno ao local de origem diariamente.

De acordo com dados obtidos junto à Procuradoria-geral do município, Patos de Minas contava em 1960 com 118 professores municipais rurais atuando em 97 instituições escolares conforme ilustrou, também, o Quadro 10.

Ocorre que a maioria desses professores não tinha formação específica para o magistério conforme se observa no Quadro 11 a seguir

Quadro 11 – Habilitação e padrão dos professores municipais rurais em 1960

PROFESSORES	PADRÃO	ESCOLARIDADE
80	MI	Primário
18	MII	Ginásio
10	MIII	Colegial
10	MIV	Normal

Fonte: Procuradoria-Geral do Município

Dados apurados nos arquivos da Procuradoria-Geral do município demonstram que em 1963, Patos de Minas contava com 9.058 escolares de nível primário, sendo 4.845 em escolas estaduais urbanas, rurais e distritais e 4.213 em escolas municipais rurais.

Na mesma pesquisa documental, observou-se que em 1964 a situação dos professores habilitados (Quadro 12) havia pouco melhorado em relação ao ano de 1960 em que existiam 97 escolas municipais rurais e 92 professores.

Quadro 12 – Habilitação e padrão dos professores municipais rurais em 1964

PROFESSORES	PADRÃO	ESCOLARIDADE
67	MI	Primário
10	MII	Ginásio
8	MIII	Colegial
7	MIV	Normal

Fonte: Procuradoria-Geral do Município

Analisando os dados dispostos nos quadros 11 e 12, constata-se que em 1964 mesmo existindo 97 escolas, a quantidade de professores era inferior à real necessidade do que deveria ser, no mínimo, de um professor para cada escola. Como as 97 escolas funcionam habitualmente, supõe-se que alguns professores trabalhavam em mais de uma escola, alternando o ofício entre o turno da manhã em uma escola e da tarde, noutra; costume usual da época.

Em 1960, de acordo com os dados apurados, apenas 8,47% dos professores municipais rurais era habilitado e em 1964 esse índice permaneceu praticamente inalterado: somente 7,6% dos professores tinham habilitação específica para o magistério.

3.4.1 O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS MUNICIPAIS DE PATOS DE MINAS – A SOLUÇÃO

De acordo com Flores (2000), as nucleações não se configuram em inovação para as escolas rurais. Sua implantação constituiu-se na tentativa de solução dos problemas mais evidentes das escolas campesinas, com professores executando múltiplas funções, com salas multisseriadas e, ainda, com a precariedade do espaço físico onde essas escolas estavam instaladas.

Flores (2000) aponta aspectos negativos das escolas localizadas nas zonas rurais antes do processo de nucleação, principalmente no que se refere à sobrecarga atribuída ao professor que trabalhava nesses locais. A autora afirma:

A escola rural isolada economiza o dinheiro público em vários momentos: primeiro, economiza na dupla exploração do professor, que além de mal remunerado é professor, faxineiro, diretor, coordenador, cozinheiro e secretário.

Há, portanto, uma sobrecarga de trabalho, o que dificulta não só a sua permanência na sala de aula como também seu desempenho pedagógico acaba por ser insatisfatório.

(...)

O salário é insatisfatório e acaba se constituindo em um elemento que contribui para a alta rotatividade dos professores. Na verdade, em sua maioria, estes professores começam a trabalhar pensando na possibilidade de se mudarem, tão logo, para uma escola da cidade (FLORES, 2000, p. 2 e 3).

Nesse sentido, o processo de nucleação escolar municipal de Patos de Minas consistiu em concentrar os alunos de diversas instituições escolares isoladas e com classes multisseriadas, em escolas núcleos, por meio do transporte escolar. A Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer e as comunidades rurais, unidas pelo pensamento de redução de gastos para o município; melhoria da qualidade do ensino; professores mais preparados; prédios com infraestrutura adequada; oferta de classes seriadas e extensão de séries para conclusão do ensino fundamental se mobilizaram em busca dessa sonhada educação.

Dessa forma, competia à Administração Municipal dialogar com as comunidades sobre a nucleação e valorizar a participação das famílias nesse processo, sobretudo para reduzir as possíveis implicações negativas que pudessem ocorrer com o deslocamento dos estudantes das escolas com classes multisseriadas para as escolas núcleos.

Para o agrupamento dos alunos dessas escolas são necessários alguns quesitos indispensáveis. É o que afirma Flores (2000)

O principal é o meio de transporte que passa pelas fazendas buscando os alunos para participarem das aulas diariamente. Essa condução leva os alunos para uma escola maior, com mais dependências como diretoria, secretaria, várias salas de aula, cozinha. Há também um acréscimo significativo do quadro de pessoal: cozinheiro, secretário, diretor, e vários professores. A partir do momento da Nucleação, os alunos começam a contar com professores por série e o ensino nas áreas rurais se estende de quatro para oito anos (FLORES, 2000, p. 7).

Iniciado o processo de nucleação das escolas municipais campesinas de Patos de Minas, houve o fechamento de diversas escolas com classes multisseriadas, sendo os alunos transportados para as chamadas escolas núcleos municipalizadas, escolas municipais rurais ampliadas ou construídas para esse fim e, também, para escolas municipais no perímetro urbano.

Os campesinos das comunidades rurais foram movidos pelo pensamento de que a manutenção de poucas instituições escolares e a concentração dos alunos em escolas núcleos, por meio do transporte escolar, implicaria em redução de gastos para o município; melhoria da qualidade do ensino; separação em classes de acordo com o ano de escolaridade e maior oferta de educação ao alunado campesino, possibilitando a todos a conclusão do Ensino Fundamental.

A precariedade de inúmeras escolas rurais multisseriadas existentes, o pouco número de alunos que cada uma dessas escolas tinha, bem como a existência de professores não muito bem preparados para essa missão, foram também aspectos que contribuíram para que o processo de nucleação no município fosse iniciado.

Assim, era imprescindível oferecer educação em classes unisseriadas e fechar as escolas isoladas de classes multisseriadas, municipais ou estaduais. No município de Patos de Minas, até o ano de 1998, foram fechadas 98 escolas municipais rurais, maior cifra alcançada depois da emancipação dos distritos de Lagoa Formosa e Guimarães em 1962.

Foram ainda nucleadas sete escolas estaduais primárias rurais durante o processo de nucleação e nos anos subsequentes, conforme se observa no Quadro 13.

Quadro 13 - Escolas primárias estaduais rurais nucleadas

Nome	Localidade	Nucleação
Escola Estadual Altino Fernandes Caixeta	Colônia Agrícola	02 / 2000
Escola Estadual da Mata dos Fernandes	Mata dos Fernandes	02 / 2002
Escola Estadual de Horizonte Alegre	Horizonte Alegre	02 / 1997
Escola Estadual Deocleciano da Silva Prado	Canavial	02 / 1997
Escola Estadual de Ponto Chique	Ponto Chique	03 / 2002
Escola Estadual Joaquim das Chagas	Aragão	02 / 1998
Escola Estadual Prof. Zoraida Mendonça Pinheiro	Sertãozinho	02 / 2003

Fonte: Superintendência Regional de Ensino – 2012

Contudo, algumas comunidades não aceitaram, de imediato, o encerramento das atividades de algumas escolas rurais, que continuaram a funcionar durante e após o processo de nucleação, como anexos de outras instituições escolares municipais ou estaduais, só fechando as portas no início do ano 2000.

Essa resistência se deve ao fato de que muitas famílias não aceitaram fechar as escolas em suas comunidades e que seus filhos fossem transportados para outras localidades, sabedores que eram da importância da escola para o desenvolvimento local.

Dessa forma, o processo de nucleação em Patos de Minas “teve início em 1990 e alcançou seu auge na administração 1997-2000” (SALES, 2007, p. 75) e as primeiras nucleações ocorreram em três comunidades do Município: Cabral, Posses do Chumbo e Santa Maria.

Scher (1996), aponta argumentos favoráveis da nucleação das escolas municipais rurais, dentre os quais a autora destaca que essas escolas “oferecem condições mais adequadas e mais ricas, tanto quanto ao ambiente físico (espaço, quadras, hortas), como equipamentos (vídeos, aparelhos de TV, programas), salas especiais (artes e bibliotecas) e pessoal especializado” (SCHER, 1996, p. 24).

Após uma avaliação realizada pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de Patos de Minas, Scher (1996) aponta uma série de vantagens e desvantagens advindas do processo de nucleação realizado no Município e este estudo considera importante destacar:

Vantagens:

- . O atendimento dos alunos por série facilitou o trabalho do professor em sala de aula;
- . Houve aumento das relações sociais entre os alunos;
- . A capacitação dos professores para atuar em uma só série ficou mais simples;
- . Houve maior racionalização na prestação dos serviços de apoio.

Desvantagens:

- . O afastamento dos alunos das suas comunidades, das suas raízes;
- . O deslocamento do aluno por meio do transporte;
- . A necessidade de constante manutenção das estradas vicinais e a decorrente elevação dos custos (SCHER, 1996, p. 25).

A autora prossegue afirmando que apesar de algumas desvantagens serem observadas, um fato constata o sucesso do trabalho realizado pelas escolas municipais nucleadas: “só no projeto ‘Classes Seriadas’, em todas as turmas de uma escola núcleo e em mais outras 18, atingiu-se, em 1995, a meta proposta de repetência zero” (SCHER, 1996, p. 25).

Já em conformidade com o Decreto nº 2.118 de 8 de dezembro de 1998 e visando garantir a melhoria da qualidade do ensino através da formação continuada e atualização pedagógica dos professores da rede municipal de ensino, foi instituído o Programa “Centro Municipal de Pesquisa e Formação Educacional” (CEMPEF) José Eustáquio Romão, para que a educação de Patos de Minas pudesse se destacar em toda região, assim como em outros municípios e até mesmo outros estados.

Verifica-se, contudo, que ao mesmo tempo em que se trabalhava no sentido de priorizar a educação, com o processo da nucleação escolar rural e melhoria da qualidade do ensino, iniciava-se, por outro lado, o desaparecimento da articulação entre as famílias de uma mesma região e seus professores, uma vez que esses educadores eram considerados líderes na comunidade ao cuidarem da realização de festas religiosas, encontros de lazer das crianças e adolescentes, reuniões e outros assuntos afetos ao interesse da coletividade local.

Inexistindo esse líder nas comunidades, deixa também de existir benefícios que há anos vinham sendo difundidos. Por sua vez, nas escolas núcleos, novos afazeres surgiram e surgirão principalmente relacionados à interação com as novas famílias. Consequentemente, essas pequenas comunidades aos poucos têm sendo esquecidas pelo poder público municipal, que priorizam os locais com maior aglomeração.

Sabe-se que a comunidade rural, por muito tempo, primava pela forte influência religiosa quando os professores preparavam os alunos para a primeira comunhão; crisma e até

mesmo como se comportar em determinados locais; a terem, de fato, bons valores cristãos e sociais.

A figura 20 ilustra a Professora Maria Carlos Bernardes, da Escola Municipal Rio de Janeiro da Comunidade de Firmes, após preparação dos alunos, conduzindo-os até a Igreja Nossa Senhora das Dores – Chumbo, para a celebração da Primeira Eucaristia.

Figura 20 - Alunos da Escola Municipal Rio de Janeiro – 1951



Fonte: Arquivo de Emérito Orlando da Mota – 2012

Como consequência do processo de nucleação escolar, famílias campesinas deixam de se reunir pela perda desse líder comunitário: o professor, tornando-se mais passivos e distantes de ações de mobilização para defesa de seus interesses.

Outras implicações negativas decorrentes do processo de nucleação foi o fato de que, por critérios de conveniência da Administração Municipal, os alunos eram deslocados de suas residências, tendo que ficar, às vezes, mais tempo dentro dos veículos escolares do que na própria escola. Alguns alunos campesinos levantavam, muitas vezes, 4 ou 5 horas da manhã para chegarem à escola onde estudavam, ficando, mais tempo dentro do transporte escolar do que na própria escola.

O processo de nucleação no Município fez, também, com que os alunos abandonassem seus afazeres junto à família, pela falta de contato nos momentos necessários à lida do dia a dia. O fechamento das escolas fez, também, com que antigos hábitos do homem campesino deixassem de ser vivenciados, assim como o cotidiano característico das famílias da roça, relacionados à cultura local.

3.4.2 A MUNICIPALIZAÇÃO EM PATOS DE MINAS

Com a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Patos de Minas e tantos outros municípios brasileiros – visando o cumprimento do artigo 5º da referida lei que dá competência tanto aos estados quanto aos municípios para que a população tenha acesso ao Ensino Fundamental completo –, optam pela municipalização³⁵ desse ensino.

Esse acesso ao Ensino fundamental, se não atendido pelos estados e municípios, dá direito ao cidadão de exigí-lo, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em comento, conforme se verifica no caput do artigo 5º

o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, para atender ao preceito legal e, ainda, para reduzir a distância do traslado dos alunos, em três sedes distritais foram municipalizadas escolas estaduais em conformidade, também, com a Lei Municipal nº 4.516, de 6 de outubro de 1997, através do regime de cooperação com o estado de Minas Gerais, transferindo, assim, para a rede municipal, escolas estaduais que ministravam o Ensino Fundamental completo.

Assim, o Poder Legislativo de Patos de Minas, de acordo com Lei Municipal nº 4.516, de 6 de outubro de 1997, autoriza a municipalização de escolas da rede pública estadual conforme artigos da referida lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer o regime de cooperação com o Estado, transferindo para a rede municipal escolas estaduais que ministram o ensino fundamental.

Art. 2º As transferências de que trata o art. 1º se fará em consonância com os recursos previstos na Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996 e no Orçamento Municipal.

Art. 3º A municipalização se fará com vistas a garantir o direito subjetivo do cidadão de acesso ao ensino fundamental (PATOS DE MINAS, 1997).

³⁵ A municipalização constitui em transferir encargos e serviços educacionais à municipalidade, desestatualizando escolas e possibilitando que servidores e professores estaduais e municipais convivam juntos.

De acordo com o Ofício nº 637/1997- GAB, endereçado ao Senhor João Batista dos Mares Guia, datado de 25 de novembro de 1997, é solicitado a municipalização das seguintes escolas do meio rural: Escola Estadual de Alagoas, com oitenta alunos; Escola Estadual Major Augusto Porto, com 333 alunos; Escola Estadual José Paulo de Amorim, com 266 alunos; Escola Estadual Frei Leopoldo, com 639 alunos.

Por sua vez, a Resolução nº 8.472, de 31 de janeiro de 1998, autoriza, conforme Lei Municipal 4.516/97, anteriormente comentada, a municipalização de diversas escolas estaduais, a seguir:

- Escola Estadual Frei Leopoldo, de Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), situada na Rua Dr. Adélio Maciel, 19, que passa a denominar-se Escola Municipal Frei Leopoldo, de Ensino Fundamental (1ª a 4ª série);
- Escola Estadual de Alagoas, de Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), situada no Povoado de Alagoas, que passa a denominar-se Escola Municipal de Alagoas, de Ensino Fundamental (1ª a 4ª série);
- Escola Estadual Major Augusto Porto, de Ensino Fundamental (1ª à 8ª série), situada na Praça Principal, que passa a denominar-se Escola Municipal Major Augusto Porto, de Ensino Fundamental (1ª à 8ª série);
- Escola Estadual José Paulo de Amorim, de Ensino Fundamental (1ª à 8ª série) e Ensino Médio, situada na Avenida Professor Lopes, 1, que passa a denominar-se Escola Municipal José Paulo de Amorim, de Ensino Fundamental (1ª à 8ª série) e Ensino Médio.

O principal objetivo da municipalização das escolas rurais é oferecer à população campesina o ensino fundamental completo e extinguir a multisseriação, porém, no meio urbano foi municipalizada a Escola Estadual Frei Leopoldo, que oferecia o ensino de 1ª a 4ª séries.

Para a concretização da municipalização em Patos de Minas não foi levado em consideração posicionamentos contrários ou favoráveis dos envolvidos, levou-se em conta apenas uma decisão política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre as práticas do ensino rural surgem em meio às discussões em relação ao distanciamento quase sempre havido, no decorrer da história, entre o que se ensinava nas salas de aula e a vida dos alunos no meio campesino.

Ao analisar a história da educação no Brasil verifica-se que a educação rural contou por muitas décadas com o empenho e trabalho dedicado dos mestres-escolas na transmissão do conhecimento aos alunos. Esses mestres-escolas tiveram papel de destaque não só junto aos alunos, mas, também, junto às famílias e às comunidades rurais. Essa importância deve-se ao papel desse abnegado profissional que, muitas vezes, foi elemento de ligação e integração entre os habitantes das comunidades onde ensinavam.

A participação e importância dos mestres-escolas no meio rural do município de Patos de Minas puderam ser constatadas até meados do século XX, quando começaram a ser substituídos em decorrência da expansão das escolas com ensino institucionalizado.

A educação rural – muitas vezes tratada com descaso até meados do século XX – tem sido preocupação recente para alguns estudiosos que buscam analisá-la e contextualizá-la – é objeto desta pesquisa que se propôs a caracterizar de que forma ocorreu o processo de criação e expansão das escolas municipais rurais, do ensino de primeiras letras, em Patos de Minas – MG, no período de 1941 a 1998 e a avaliar as contribuições dos mestres-escolas na transmissão do saber no período anterior.

Nesse sentido, os autores abordados no decorrer da pesquisa, tiveram papel primordial para constatar que o conhecimento empírico do pesquisador, que viveu e trabalhou diversos anos no meio rural, vai ao encontro de outros estudos realizados que abordam o ensino rural no Brasil, em Minas Gerais e em Patos de Minas.

A mesma importância tiveram os autores que pesquisaram e registraram a história de Minas Gerais e de Patos de Minas. Sabe-se que o Brasil é predominantemente rural e, assim, tornou-se indispensável esse estudo à medida que o ruralista contribuiu e contribui, por meio de seu trabalho no campo, para o desenvolvimento da economia do país, do estado e da cidade.

Além dos autores abordados, este estudo contou com uma pesquisa de campo junto a diversos arquivos públicos o que possibilitou corroborar documentos localizados não só com o conhecimento empírico do pesquisador como, também, com os estudos dos

especialistas. Muitos documentos analisados por esta pesquisa foram utilizados pela primeira vez em trabalhos que abordam essa temática ressaltando, portanto, o valor deste estudo.

A pesquisa de campo realizada contou com aspectos facilitadores e algumas limitações. Quanto ao primeiro aspecto, registra-se que não houve nenhum empecilho dos responsáveis pelos arquivos públicos para que o pesquisador pudesse acessar os documentos desses acervos. Por sua vez, a maioria dos arquivos públicos não se encontrava ordenado de forma adequada limitando a pesquisa ou mesmo dificultando-a. Apesar dessas limitações, o resultado da pesquisa de campo pôde ser considerado positivo uma vez que possibilitou comparações entre a vivência do pesquisador e o registro de outros especialistas.

Ressalta-se que a maioria dos autores consultados faz crítica ao distanciamento que sempre houve entre o material didático e os conteúdos repassados aos alunos camponeses e a realidade do que viviam e ainda vivem. À medida que novas possibilidades foram oferecidas para que esses alunos passassem a estudar na cidade, as escolas rurais foram, cada vez mais, perdendo espaço e importância e tendo como consequência inúmeras salas com poucos alunos; havendo, assim, necessidade de adaptação e correção dessa realidade.

Em virtude dessa realidade, verificou-se que o ensino rural de Patos de Minas deveria passar pelo processo de nucleação das escolas rurais municipais e, assim, oferecer um ensino de melhor qualidade às comunidades camponesas.

Os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados e este estudo constatou a importância dos mestres-escolas para o desenvolvimento do ensino no meio camponês do município à medida que eram os únicos indivíduos com capacidade – mesmo que precária – a repassar um pouco de educação às crianças que não tinham condição de sair do campo para estudar na Cidade.

A pesquisa constatou, também, que a expansão da escola pública rural municipal ocorrida no período de 1941 a 1998, quando se encerrou o processo de nucleação, atravessou esse período de forma oscilante, uma vez que vários professores, indicados para esse exercício, desistiam do cargo ocupado em virtude das condições precárias que encontravam nas salas de aula, da falta de transporte adequado e moradia e, ainda, do desejo de voltar para a cidade onde haviam se formado.

Foi, portanto, em meio a essas oscilações relacionadas à permanência dos educadores no campo, às inúmeras salas com poucos alunos é que se deu o processo de nucleação das escolas rurais primárias municipais de Patos de Minas.

A nucleação no município de Patos de Minas é um processo já sedimentado e, dessa forma, a Administração Pública possibilita que a população rural atendida pela

nucleação das escolas municipais usufrua de meios de transportes adequados, em maior número e mais rápidos; de professores qualificados e de materiais compatíveis ao ensino fundamental. Esses recursos permitirão que o meio rural receba a devida atenção dos órgãos públicos e, assim, diminua a discrepância que sempre existiu no decorrer da história da educação, entre o ensino rural e o ensino urbano.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar os temas abordados e sugere estudos mais aprofundados da história da educação rural de Patos de Minas de forma que possa haver em outros estudos, mais registros que impossibilitem que parte da história da cidade seja diluída com o tempo.

Espera-se que os resultados obtidos nesta pesquisa provoquem discussões sobre a prática do ensino no campo, sobre o papel do educador de forma geral e sobre a história do município, seus distritos e suas gentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kellen Tarciana de. **O ensino primário agrícola: o caso do Instituto João Pinheiro em Minas Gerais (1909-1942)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica), Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

AMARAL, Manoel Ferreira do. **História de São Gonçalo do Pará: à beira do Rio Pará. 1720 a 2000**. São Gonçalo do Pará: SERFOR Serviços Gráficos Ltda., 2003.

AMARAL, Geraldo Francisco do. Demografia Escolar do Triângulo Mineiro. Patos de Minas: Agência Municipal de Estatística. 25 out. 1966.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANTIPOFF, Daniel I. **Helena Antipoff: sua vida, sua obra**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

ANTIPOFF, Helena. Festa do Milho. In: ANTIPOFF, Helena. **Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff**. Educação Rural IV. Transcrito de um Jornal Mensageiro Rural de 1964, p. 156-159.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Os Grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In.: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2006, p. 233-257.

ARCHÊRO JÚNIOR, Aquiles. **Lições de sociologia educacional**. 6. ed. São Paulo: Edições e publicações Brasil S.A. 1961. (Coleção Didática Nacional – Série Normal).

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Saterb Ltda., 1971.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: Editora Comunicação. 1979. v. 3, p. 535-768.

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender**: introdução à metodologia científica. 12 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas da alfabetização na era Vargas: a cruzada nacional de educação. **História da Educação – RHE**, n. 33, v. 15, p. 170-180, jan./abr.2011.

BILHARINHO, Guido. **Uberaba**: dois séculos de história. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2007.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **“Casa de escola”**: cultura camponesa e educação rural. 2. ed. Campinas: Papirus, 1984.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939. Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1939.

BRASIL. Decreto nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. In: AGUIAR, José Márcio de. **Coletânea Mai da legislação federal do ensino**: da reforma Benjamin Constant – 1891 à reforma Darcy Ribeiro – 1996. vol. I. Belo Horizonte: Editora Lâncer Ltda., 1997. p. 315-324.

BRASIL. Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959. Dispõe sobre as campanhas extraordinárias de educação no Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. **Diário Oficial**: Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1959.

BRASIL. Lei Geral Relativa ao Ensino Elementar, de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: AGUIAR, José Márcio de. **Coletânea Mai da legislação federal do ensino**: da reforma Benjamin Constant – 1891 à reforma Darcy Ribeiro – 1996. vol. II. Belo Horizonte: Editora Lâncer Ltda., 1997. p. 1-19.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Decreto nº 56.286, de 17 de maio de 1965. Dispõe sobre o Dia Nacional do Milho e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 de maio de 1965.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: AGUIAR, José Márcio de. **Coletânea Mai da legislação federal do ensino**: da reforma Benjamin Constant – 1891 à reforma Darcy Ribeiro – 1996. vol. II. Belo Horizonte: Editora Lâncer Ltda., 1997. p. 61-84.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Portaria nº 193, de 16 de maio de 1966. **Diário Oficial da União**, Seção I, parte I. Coluna 2, [s.p].

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**. n. 20, v. 57, 2006. p. 221-222.

BUFFA, Ester; PINTO, Gerson de Almeida. **Arquitetura e educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971. São Carlos: Ed. da UFSCar; Brasília: Inep, 2002.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Perfil do município de Patos de Minas/MG**. Parceria para o desenvolvimento. Fev. 2000. Patos de Minas: Caixa do Município.

CAMARGO, José Francisco de. **Êxodo rural no Brasil**. Ensaio sobre suas formas, causas e consequências econômicas principais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1957.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. **Estudos Avançados**. n. 49, v. 17, São Paulo, set./dez. 2003.

CARVALHO, Daniel de. **A formação histórica das Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1956. (Os Cadernos de Cultura, v. 99).

CARVALHO, Carlos Henrique de. Das “educações” do urbano ao rural: o projeto modernizador mineiro nos anos iniciais do século XX. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 2, p. 75-88, maio/ago. 2011.

CARVALHO, Orlando M. **Ensaio de política econômica**. Primeira série. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro. 1934.

CORRÊA, Leopoldo. **Achegas à história do oeste de Minas**. (Formiga e municípios vizinhos). 2. ed. Formiga: Consórcio Mineiro de Comunicação, 1993.

COURY, Marialda. **A festa do Milho através dos tempos**. Presidente Olegário: Editora Edipre, 2008.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: Campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. 13. ed. Campinas: Papyrus. 2002.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1973.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FARHAT, Emil. **Educação, a nova ideologia**. 3. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, Ltda. 1984.

FERNANDES, Nilson André. **A história da diocese de Patos de Minas**. Antecedentes históricos, preparação, criação e primeiro episcopado (1866-1968). Patos de Minas: Ed. do autor, 2012.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, v. 29, n. 2, jul./dez., 2004, p. 179-200.

FERRARO, Alceu Ravello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (Ed.). **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1975.

FLORES, Maria Marta Lopes. Escolas rurais nucleadas. Rio de Janeiro: **Anped**. GT – Educação e Movimentos Sociais. 2000.

FONSECA, Geraldo. Domínios de pecuários e enxadachins. História de Patos de Minas. Belo Horizonte: Ingrabras, 1974.

FONSECA SOBRINHO, Clarimundo José da. **Relatório enviado ao Governador do Estado de Minas Gerais**. Prestação de contas do Município de Patos, do exercício de 1940, 30 abr. de 1941.

FONTOURA, Amaral. **Aspectos da vida rural brasileira**. Seus problemas e soluções. Rio de Janeiro: [s.n.], 1945.

SOUSA, Everaldo Sebastião de. FREITAS, Marlene Nunes Freitas (coord.). **Manual de Orientação**. FUNDEB. Goiânia: MP, 2009.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990. (Coleção Magistério – 2º grau. Série formação do professor).

GRITTI, Silvana Maria. **Educação rural e capitalismo**. Passo Fundo: UPF, 2003.

GUIMARÃES, Vicente Pereira. **Relatório apresentado à Câmara Municipal**. Prestação de Contas. Prefeitura de Patos de Minas, 1948.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob Von. **A província brasileira de Minas Gerais**. Tradução de Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1998.

INÁCIO FILHO, Geraldo. Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960). In.: GATTI JÚNIOR, Décio; ARAÚJO, José Carlos Souza (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia – MG: EDUFU. 2002, p. 39-64 (Coleção memória da educação).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos demográficos**. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Panorama da educação no campo**. Brasília: INEP, 2007.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: A origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Série Sociedade e Educação, v. 1, 1959.

LATIF, Miran de Barros. **As Minas Gerais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora. 1960.

LEÃO, Antônio Carneiro. **Sociedade rural**: seus problemas e sua educação. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940.

LEITE, Sérgio Celani Leite. Educação e escola no campo: urbanização do processo escolar rural. In: **IV Encontro Regional de Educadores**. Patos de Minas: [s.n.], 1997.

LEITE, Sérgio Celani Leite. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção questões da nossa época: v. 70).

LEITE, Sérgio Celani Leite. A escola rural como valor social. **Revista Alpha**. n. 1, v. 1, p. 131-147, nov. 2000.

LEMME, Paschoal. **Memórias IV**: estudos e reflexões sobre problemas da educação e ensino. Participação em Conferências e Congressos nacionais e internacionais. Documentos. Brasília: INEP. 2004. v. 4.

LIMA JUNIOR, Augusto. **A capitania das Minas Gerais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1943.

LOBATO, Monteiro. **Ideias de Jeca Tatu**. 1ª série – Literatura geral. v. 4. 2. ed. São Paulo: Brasiliense Limitada, 1948.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Cinquentenário da 1ª publicação de Urupês – 1918-1969. 1ª série – Literatura geral. v. 1. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das Minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU), 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande**. A história de Minas, roubada do povo. São Paulo: A Gazeta Maçônica. 1995.

MEDEIROS, Aldalita. **Patos de Minas** – Minas Gerais. IBGE – Conselho Nacional de Estatística, 28 out. 1966. (coleção de monografias, n. 343).

MINAS GERAIS. Lei nº 1.291, de 30 de outubro de 1866. Carta de Lei que eleva à categoria de Villa a Freguesia de Santo Antônio dos Patos, designa qual a Freguesia e Districtos de que ella se comporá, e contem outras disposições. In: **Arquivo Público Mineiro**.

MINAS GERAIS. Lei nº 2.460, de 19 de outubro de 1878. Cria a Comarca de Santo Antônio dos Patos e Carmo do Paranaíba. In: **Arquivo Público Mineiro**.

MINAS GERAIS. Lei nº 2.716, de 18 dezembro de 1880. Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1881 a 1882. In: **Arquivo Público Mineiro**.

MINAS GERAIS. Lei nº 2.847, de 25 de outubro de 1881. Cria cadeiras de instrução primária em diversas localidades. In: **Arquivo Público Mineiro**.

MINAS GERAIS. Lei nº 439 de 28 de setembro de 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do estado e dá outras providencias. **Imprensa Oficial**. Belo Horizonte, 1906a.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906. **Imprensa Oficial**. Belo Horizonte, 1906b.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.641, de 28 de dezembro de 1932. **Imprensa Oficial**. Belo Horizonte, 1932.

MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 5ª Legislatura no anno de 1908. Bello Horizonte: **Imprensa Official do Estado de Minas Geraes**, 1908.

MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Fernando de Mello Vianna ao Congresso Mineiro em sua 4ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura no anno de 1926. Bello Horizonte: **Imprensa Official do Estado de Minas Gerais**, 1926.

MINAS GERAIS. Lei nº 23, de 24 de maio de 1892. Eleva a categoria de cidade todas as actuaes villas – sedes de comarcas. In: **Arquivo Público Mineiro**. Imagens 1

MINAS GERAIS. Regulamento a que se refere o Decreto 1960 (Regulamento de Instrução Pública). **Imprensa Oficial**. Belo Horizonte, 1906c.

MOURA, Clóvis. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2004.

MUNDIM, Luis Gustavo Molinari. **Sob o signo do moderno**. Revista do Arquivo Público Mineiro. História e arquivística. ano XLVI, n. 2, jul./dez. 2010, p. 60-73.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, Rio de Janeiro, 1974.

NASCIMENTO, Sebastião Alves do Nascimento. **Ofício 6/60**, de 18 de janeiro de 1960. Prefeitura de Patos de Minas, 1960.

NASCIMENTO, Waldir. **Ofício 4.767**, de 20 de março de 1958. Prefeitura de Patos de Minas, 1958.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. Verbetes: **Abolição da escravatura**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1999a. v. 1. p. 13.
O TRABALHO. Cidade de Patos, anno I, n. 2, 27 ago. 1905.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. Verbetes: **Euclides da Cunha**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1999b. v. 3. p. 39-40.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. Verbetes: **Monteiro Lobato**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1999c. v. 10. p. 142-143.

OLIVEIRA MELLO, Antônio. **Festa do milho: 25 anos**. Patos de Minas: Ed. da Academia Patense de Letras, 1983.

OLIVEIRA MELLO, Antônio. **Patos de Minas: Capital do Milho**. Patos de Minas: Ed. Academia Patense de Letras, 1971.

OLIVEIRA MELLO, Antônio. **Patos de Minas: minha cidade**. 2. ed. Patos de Minas: Ed. da Academia Patense de Letras, 1982.

OLIVEIRA MELLO, Antônio; OLIVEIRA, José Eduardo de; SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. **Uma história de exercício da democracia**. 140 anos do legislativo Patense. Patos de Minas: Câmara Municipal de Patos de Minas, 2006.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PATOS DE MINAS. Decreto Municipal nº 2.118, de 8 de dezembro de 1998.

PATOS DE MINAS. Lei Municipal nº 4.516, de 6 de outubro de 1997.

PATOS DE MINAS. Lei nº 3.027, de 30 de julho de 1992. Cria o Distrito de Pilar no Município de Patos de Minas.

PATOS DE MINAS. Lei nº 4.516, de 6 de outubro de 1997. Autoriza a municipalização de escolas da rede pública estadual.

PATOS DE MINAS. Resolução 8.472, de 31 de janeiro de 1998. Autoriza a municipalização de Escolas Estaduais.

PATOS DE MINAS. Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas. Decreto n. 77, de 2 de outubro de 1941. Regulamenta as escolas rurais do município de Patos de Minas.

PAULA, João Antonio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Educação no Brasil**: anos vinte. São Paulo: Loyola, 1983. (Coleção Educ-Ação).

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1976. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 14).

PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. **Situação sócio-econômica do município de Patos de Minas**. Patos de Minas: Prefeitura de Patos de Minas, 1994.

PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. Secretaria Municipal de Planejamento. **Diagnóstico Sócio Econômico**, 2004.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

REVISTA MINEIRA DE EDUCAÇÃO. Belo Horizonte: **Imprensa Oficial**, anno 2, n. 15, p. 73, mar. 1926.

REZENDE, Oto Lara. Instruir é enriquecer. **Tribuna de Patos**. Patos de Minas, ano I, n. 6, p. 2, 30 abr. 1952.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás**. Tomo Primeiro. Tradução de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1944. (Série 5^a. Brasiliana, v. 68).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 4).

SALES, Suze da Silva. **A educação rural brasileira: limites e possibilidade do processo de nucleação em Patos de Minas (1990-2002)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2007.

SANTOS, Roberto Carlos. **Urbanização, moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2002.

SCHER, Marluce Martins de Oliveira. **A educação na rede municipal Patos de Minas (1993/1996)**. Prefeitura de Patos de Minas. Secretaria Municipal de Educação. 1996.

SCHMIDT, Carlos Borges. **O meio rural: investigações e estudos das suas condições sociais e econômicas**. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1942.

SILVA, Eurides Brito da. **Textos selecionados de educação brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SILVA, Fabrício Valentim da. Gênese e evolução do ensino agrícola em Minas Gerais nos marcos do “Desenvolvimento Mineiro” (1903-1920). **Trabalho Necessário**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, ano 9, n. 12, 2011.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

SILVA, Ruth Ivoty Torres da. **A escola primária rural**. Porto Alegre: Editora Globo, 1952. (Coleção Biblioteca Vida e Educação, v. 10).

SMITH, T. Lynn. **Sociologia da vida rural**. Tradução de Jorge de Sá Almeida. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil. 1946.

SOUZA, William Wilson Coelho de. **Escola rural**. Novos Rumos. Rio de Janeiro: J. R. de Oliveira & C Editores. 1936.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima. **Lições da escola primária: um estudo sobre a cultura escolar paulista ao longo do século XX**. São Paulo: UNESP, 2004.

TIMMER, Willy Johanan. **Planejamento do trabalho em extensão agrícola**. Bases e diretrizes da agronomia social aplicada com referência ao Brasil e outros países da América Latina. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954. (Série Estudos e Ensaios, n. 7).

TORRES, Vasconcelos. **Ensaio de Sociologia Rural Brasileira**. Rio de Janeiro: Gráfica Milone Ltda, 1943.

VARGAS, José Resende. **Rio Paranaíba, 250 anos de história**. Uberlândia (MG): Editora Zardo Ltda., 2008.

VASCONCELOS, Agripa. **A vida em flor de Dona Beja**. Romance do ciclo do povoamento nas Gerais. 4. ed. São Paulo: Itatiaia, 1986. (Série Sagas do País das Gerais, v. 3).

VASCONCELOS, Diogo. **História antiga das Minas Gerais**. 1º volume. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. Biblioteca Popular Brasileira XXV. 1948a.

VASCONCELOS, Diogo. **História antiga das Minas Gerais**. 2º volume. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. Biblioteca Popular Brasileira XXV. 1948b.

VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. **História média de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. Biblioteca Popular Brasileira XXV. 1948c.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In. VIDAL, Diana Gonçalves (Org). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1873-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 7-20.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edipe Artes Gráficas, 1970.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. São Paulo: Papyrus, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luísa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção Aprender & Ensinar).

FONTES

ARQUIVO DO PESQUISADOR.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. Atas de 1868 a 1922; 1927 a 1929 e 1946 a 1960.

CONSELHO CONSULTIVO DE PATOS DE MINAS. Atas de 1930 a 1945.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PATOS DE MINAS.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE PATOS DE MINAS.

MUSEU DE PATOS DE MINAS (MUP). Acervo documental de imagens do município de Patos de Minas.